Universidade do Minho
Escola de Economia, Gestão e Ciência Política

Cristiana Silva Lopes

A Cooperação entre a Organização das Nações Unidas e as Organizações Não-Governamentais na Resposta às Crises Humanitárias: o Caso dos Refugiados Rohingya

Abril de 2026

A Cooperação entre a Organização das Nações Unidas e as Organizações Não-Governamentais na Resposta às Crises Humanitárias: o Caso dos RefugiadosRohingya
UMinho | 2026 Cristiana Silva Lopes

Universidade do Minho
Escola de Economia, Gestão e Ciência Política

Cristiana Silva Lopes

A Cooperação entre a Organização das Nações Unidas e as Organizações Não-Governamentais na Resposta às Crises Humanitárias: o Caso dos Refugiados Rohingya

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Relações Internacionais

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Maria do Céu Pinto Arena

Abril de 2026

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-Não Comercial-Sem Derivações

CC BY-NC-ND

https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/

AGRADECIMENTOS

O meu percurso académico e a realização desta dissertação só foram possíveis com o apoio e a motivação de várias pessoas, pelo que gostaria de lhes deixar o meu agradecimento mais sincero.

Agradeço à minha família por todo o apoio durante esta etapa. Aos meus pais, Fernanda e Adélio, agradeço por todo o esforço despendido de forma a conseguir a melhor educação possível e por todo o apoio nas minhas escolhas pessoais e académicas. A eles devo a minha profunda gratidão por me terem oferecido o melhor instrumento, a educação, que está na base de todas as oportunidades que tenho, independentemente das dificuldades sentidas. À minha irmã, Rafaela, por ser um exemplo durante toda a minha vida e por nunca me ter deixado desistir, mesmo nos momentos mais difíceis, em que tudo parecia impossível. Obrigada por me darem a liberdade de "ser o que eu quisesse" e por me incentivarem e apoiarem de todas as formas possíveis.

Agradeço aos meus amigos por me acompanharem nas diferentes fases da vida e independentemente do caminho seguido, mostrarem o seu apoio e incentivo. Aos meus "amigos de Braga" agradeço todos os momentos partilhados e por fazerem de Braga casa. Sem eles estes cinco anos não teriam sido tão leves e alegres como foram. À Maria, o meu sincero obrigada, por todos os momentos, tristezas, dúvidas, alegrias e sentimentos partilhados desde o nosso primeiro ano e por ser sempre um pilar de apoio. À Mafalda e à Mariana, agradeço o companheirismo, as alegrias partilhadas e todas as experiências que podemos vivenciar juntas. Ao Carlos, agradeço por me ter aturado em todos os meus momentos de dúvida e por nunca me ter deixado desistir e por me incentivar. À minha afilhada, Inês, agradeço a sinceridade, pelos risos e momentos incomuns que partilhei com ela e por se mostrar sempre disponível para dividir as incertezas e angústias por mim sentidas. Àqueles que não mencionei diretamente, saibam que os guardo no coração com um grande carinho.

Agradeço à minha orientadora, a Professora Doutora Maria do Céu Pinto Arena, por me ter orientado com toda a paciência durante estes meses, demonstrando exigência e rigor científico no decorrer deste processo. Agradeço também aos restantes professores com quem me cruzei ao longo do meu percurso académico e que de certa forma contribuíram para a minha formação.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração. Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

DECLARAÇÃO DE USO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri a qualquer forma de utilização indevida de ferramentas de Inteligência Artificial (IA), nem à falsificação ou omissão de informações, fontes, dados, resultados ou processos em nenhuma das etapas conducentes à sua elaboração. Declaro ainda que qualquer utilização de ferramentas de IA foi feita de forma transparente e responsável, encontrando-se devidamente assinalada/descrita no trabalho, e que procedi à verificação crítica da exatidão do conteúdo produzido com o seu apoio, assumindo integralmente a responsabilidade pelo que submeto. Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho, bem como as normas aplicáveis de integridade académica e de proteção de dados.

A Cooperação entre a Organização das Nações Unidas e as Organizações Não-Governamentais na Resposta às Crises Humanitárias: o Caso dos Refugiados Rohingya

RESUMO: As crises humanitárias têm assumido um carácter cada vez mais complexo e multidimensional, desafiando os mecanismos tradicionais da resposta humanitária e obrigando a uma articulação mais profunda entre os vários atores humanitários. Assim, a relação entre a Organização das Nações Unidas e as organizações não-governamentais mostra-se como um elemento fundamental à resposta humanitária entregue às populações afetadas. Portanto, esta investigação trata da cooperação entre estes dois atores na resposta à crise humanitária dos Rohingya. Analisa os seus modelos de cooperação, os mecanismos utilizados, tal como os desafios enfrentados, procurando perceber qual é o seu contributo para esta resposta. Compreende uma análise do período entre 2017, quando ocorreu uma campanha sistemática e de limpeza étnica contra os Rohingyas, e 2025, quando é lançado o Joint Response Plan mais recente, que estabelece o plano de ação para resposta humanitária a esta crise. Adota-se uma metodologia qualitativa, apoiada pela análise de conteúdo dedutiva dos documentos técnicos, sendo os resultados considerados à luz da teoria da interdependência complexa. O presente estudo conclui que a cooperação entre a ONU e as ONG contribuiu para a qualidade, alcance e eficácia da resposta humanitária entregue à população Rohingya. Adicionalmente, conclui-se também que esta cooperação trata-se de uma situação de interdependência mútua, ainda que assimétrica.

Palavras-chave: Cooperação; Interdependência complexa; Organizações não-governamentais; Resposta humanitária; Rohingya.

Cooperation Between the United Nations and Non-Governmental Organizations in Humanitarian Crisis Response: The Case of the Rohingya Refugees

ABSTRACT: Humanitarian crises have increasingly assumed a complex and multidimensional character, challenging traditional humanitarian response mechanisms and necessitating a deeper articulation among various humanitarian actors. Consequently, the relationship between the United Nations and non-governmental organizations has become a fundamental element of the humanitarian action delivered to affected populations. This research examines the cooperation between these two actors in response to the Rohingya humanitarian crisis. It analyses their cooperation models, the mechanisms employed, and the challenges faced, aiming to understand their contribution to the humanitarian response. The study encompasses the period between 2017, marked by a systematic campaign of ethnic cleansing against the Rohingya, and 2025, with the launch of the most recent Joint Response Plan outlining the humanitarian action strategy. A qualitative methodology was adopted, supported by deductive content analysis of technical documents, with results interpreted through the lens of Complex Interdependence theory. This study concludes that cooperation between the UN and NGOs contributed to the quality, reach, and effectiveness of the humanitarian response provided to the Rohingya population. Additionally, it concludes that this cooperation represents a state of mutual, albeit asymmetrical, interdependence.

Keywords: Complex interdependence; Cooperation; Humanitarian response; Non-governmental organizations; Rohingya.

Índice

Introdução 1

Enquadramento e Justificação do Tema 1

Problemática 3

Revisão Bibliográfica 5

Metodologia 9

Estrutura da Dissertação 12

Capítulo I: A Interdependência Complexa e as Noções do Mundo Humanitário 14

A Teoria da Interdependência Complexa 14

Críticas à Interdependência Complexa 20

Noções do Mundo Humanitário 21

Crises Humanitárias 21

Ação Humanitária 23

Modelos de Cooperação 24

Capítulo II: A Crise Humanitária dos Rohingya 28

A Comunidade Rohingya 28

O Período Pós-Independência 29

Os Rohingya: Um Povo Apátrida 30

A Crise Humanitária dos Rohingya 33

A Reação Internacional à Crise dos Rohingya 37

Capítulo III: A Cooperação entre a ONU e as ONG na Crise Humanitária dos Rohingya 39

Dimensão Modelos de Cooperação 40

Dimensão Mecanismos Operacionais 42

Dimensão Desafios e Limites 44

A Interdependência na Cooperação ONU - ONG no Caso dos Rohingya 45

Conclusão 49

Bibliografia 52

Apêndices 73

Apêndice 1 73

Apêndice 2 80

Apêndice 3 81

Apêndice 4 83

Apêndice 5 93

Índice de Tabelas

Tabela 1: Operacionalização das dimensões analíticas da cooperação 11
Tabela 2: Principais violações dos direitos humanos cometidas contra os Rohingya 34
Tabela 3: Síntese dos resultados obtidos da dimensão Modelos de Cooperação 40
Tabela 4: Síntese dos resultados obtidos da dimensão Mecanismos Operacionais 43
Tabela 5: Síntese dos resultados obtidos da dimensão Desafios e Limites 44
Tabela 6: Operacionalização da Interdependência Complexa na cooperação ONU-ONG no caso Rohingya 46

Índice de Figuras

Figura 1: Cluster Approach 26

Lista de Siglas e Abreviaturas

AH - Ação humanitária

CERF - Fundo Central de Resposta de Emergência

CH - Crise humanitária

HCT - Humanitarian Country Team

IOM - Organização Internacional para as Migrações

ISCG - Inter-Sector Coordination Group

JRP - Joint Response Plan

OCHA - Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários

ONG - Organizações Não-Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

SC - Save the Children

UNHCR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

WFP - Programa Alimentar Mundial

Introdução

Enquadramento e Justificação do Tema

O panorama internacional atual, marcado pelos conflitos prolongados, deslocamentos forçados e colapsos estatais, torna as crises humanitárias contemporâneas cada vez mais complexas e multidimensionais. Isto desafia os mecanismos tradicionais da resposta humanitária e impõe uma articulação crescente entre os organismos multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), e os atores não estatais, nomeadamente as Organizações Não Governamentais (ONG). Desse modo, a relação entre a ONU e ONG tem-se revelado essencial para o apoio às populações afetadas pelas crises humanitárias (CH). De forma mais profunda, esta cooperação assume um papel central na operacionalização da ação humanitária (AH) nas regiões afetadas por conflitos, deslocamentos forçados e violações sistemáticas dos direitos humanos das populações, permitindo alcançar respostas mais eficazes e abrangentes. No entanto, o modo como estes dois atores cooperam no terreno, os mecanismos e instrumentos que mobilizam, bem como as limitações e consequências dessa cooperação permanecem insuficientemente explorados pela literatura.

A crise dos Rohingya, embora remonte aos anos 1980, intensificou-se a partir de 2017. Esta constitui um caso paradigmático da necessidade de atuação multilateral e interinstitucional, de modo a conseguir responder à CH, oferecendo a melhor resposta possível à população afetada (Gülal et al., 2022). O êxodo forçado de mais de 700 mil pessoas da etnia Rohingya, provenientes de Myanmar e refugiadas em Bangladesh, desencadeou uma das maiores e mais complexas emergências humanitárias da atualidade, sendo classificada por diversos organismos internacionais como uma limpeza étnica e um possível genocídio (Gülal et al., 2022). Nos primeiros momentos, a atenção internacional foi limitada, o que levou a uma resposta inicial altamente dependente da atuação das ONG (Lewis, 2019). Esta situação evidenciou diversas falhas estruturais no sistema de proteção internacional, enquanto destacou o papel das ONG na linha da frente da resposta humanitária (Ullah, 2016).

Neste cenário, a ONU, por meio das suas agências como o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (UNHCR), o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), passou a atuar em estreita colaboração com as ONG, tanto internacionais como locais (Chowdhury et al., 2022). Esta cooperação assume diversas formas, incluindo parcerias formais para implementação de projetos humanitários, participação em mecanismos de coordenação e a partilha de dados, de recursos e de responsabilidades (Faye, 2021).

O presente estudo justifica-se pela relevância, complexidade e atualidade do tema. A relação entre a ONU e as ONG constitui um dos pilares mais importantes da resposta às crises humanitárias, sobretudo em contextos nos quais os Estados falham em garantir a proteção às populações. Assim, é fundamental compreender de que forma se estrutura a resposta humanitária internacional, segundo a cooperação entre estes dois atores em contextos de crises humanitárias. Adicionalmente, importa examinar como a cooperação ONU-ONG pode influenciar, tanto negativamente como positivamente, as respostas humanitárias e a sua eficácia. Também é pertinente examinar os efeitos para a população afetada, para a ação humanitária prestada, tanto individualmente como conjuntamente, e para a própria evolução da AH. Portanto, pretende-se analisar como a cooperação ONU-ONG foi operacionalizada na resposta à crise dos Rohingya, identificando a sua organização interna, os mecanismos de atuação, tal como os limites e as consequências impostas.

A escolha da crise dos Rohingya como estudo de caso justifica-se por se tratar de uma das mais graves emergências humanitárias da última década. Apesar da magnitude da situação, a resposta internacional inicial foi lenta e limitada, marcada por uma clara insuficiência de recursos, de atenção política e de mecanismos de proteção eficazes (Faye, 2021; Gülal et al., 2022). Nos primeiros meses, muitas das intervenções de emergência foram lideradas pelas ONG, já presentes na região, que atuaram em condições adversas. Apenas com o passar do tempo, a crise ganhou maior visibilidade internacional, mobilizando as agências das Nações Unidas e ampliando os mecanismos de cooperação, colaboração e coordenação já existentes (Tan, 2021). Neste contexto, a crise dos Rohingya constitui um caso particularmente relevante para analisar de que forma a cooperação entre a ONU e as ONG se estrutura na prática, dado que é marcada pelo trabalho conjunto dos atores na ação humanitária e consequente resposta humanitária.

Assim, o período de análise compreende-se entre 2017 e 2025. O ano de 2017 foi escolhido como ponto de partida desta análise, por corresponder ao início da crise em grande escala, desencadeada por uma operação militar comandada pelo Estado. Esta operação resultou na perseguição sistemática e na limpeza étnica dos Rohingya, o que forçou a deslocação dos refugiados para Bangladesh em massa, marcando o início de uma das maiores crises humanitárias, em termos de pessoas refugiadas. O período de análise estende-se até 2025, momento que assinala a consolidação da resposta humanitária provida aos Rohingya, marcada pela definição do Joint Response Plan (JRP) para os anos de 2025 e 2026.

Desta forma, esta investigação pretende contribuir tanto para o debate académico como para a reflexão prática sobre a cooperação ONU-ONG no domínio humanitário. Ao analisar a cooperação entre a ONU e as ONG no contexto da crise dos Rohingya, procura-se identificar os fatores que condicionam o sucesso ou as limitações desta parceria em contextos de crise humanitária prolongada, os efeitos na ação humanitária fornecida e na dinâmica da própria CH. Desse modo, este estudo pretende contribuir para colmatar uma lacuna existente na literatura, ao oferecer uma análise aprofundada da cooperação entre a ONU e as ONG em contextos de CH, tendo a crise dos Rohingya como referência. Ao fazê-lo, procura-se contribuir para o avanço do debate académico e para a reflexão prática sobre o aperfeiçoamento da resposta humanitária internacional em cenários semelhantes.

Problemática

A crescente frequência e intensidade das crises humanitárias no sistema internacional desafiam os modelos tradicionais da resposta humanitária, levando a um reforço da cooperação entre os organismos multilaterais e os atores da sociedade civil internacional. A ONU, embora detenha a legitimidade normativa e capacidade de mobilização global, muitas vezes depende das ONG para a execução das suas missões humanitárias, devido à capacidade de inserção das mesmas nos locais de crise e de conflito. Essa dependência cria uma relação de interdependência operacional, cujos efeitos concretos da ação humanitária nem sempre são devidamente compreendidos ou avaliados (Shahin & Hasan, 2023).

Assim, a presente investigação parte do pressuposto de que a cooperação entre a ONU e as ONG não é um processo linear nem isento de tensões, mas sim um campo de interação caracterizado pelas assimetrias institucionais, disputas de competências e condicionamentos políticos. No caso dos Rohingya, o envolvimento da ONU e das ONG internacionais impõe desafios significativos à coordenação, à divisão de responsabilidades, à implementação de uma resposta eficaz e à colaboração nos domínios como proteção, saúde, educação e abrigo da sociedade civil (Ansar & Khaled, 2021; Chowdhury et al., 2022).

No caso da crise dos Rohingya, a magnitude do deslocamento populacional, a complexidade política da situação em Myanmar, as limitações do governo de Bangladesh em gerir uma crise de tal escala e a falta de resposta internacional, bem como a ineficácia deste, colocaram em evidência a necessidade de uma melhoria da resposta internacional (Ansar & Khaled, 2021; Kader & Choudhury, 2019). A cooperação ONU-ONG surge como um elemento central para complementar a AH e reforçar a

eficácia da resposta humanitária internacional. Contudo, emergem questões fundamentais sobre a mesma:

1. Como se organizou, na prática, a cooperação entre a ONU e as ONG nesta crise humanitária?;
2. Quais são os principais mecanismos e instrumentos utilizados na resposta humanitária conjunta?;
3. Em que medida esta cooperação contribuiu para garantir proteção, abrigo, saúde, educação e dignidade à população afetada?;
4. E quais foram os obstáculos e desafios encontrados, as lições aprendidas e as implicações subsequentes da cooperação?.

Dessa forma, a problemática que se coloca, portanto, é a de compreender como se estruturou a cooperação entre a ONU e as ONG ao longo do período de 2017 a 2025, analisando os principais mecanismos e instrumentos mobilizados, os desafios operacionais e políticos enfrentados. Tal como analisar as implicações concretas desta cooperação na vida da população Rohingya e de que forma esta cooperação influencia a resposta humanitária prestada. Assim, a problemática coloca-se da seguinte forma: "Como é que a cooperação entre a Organização das Nações Unidas e as Organizações Não-Governamentais contribuiu para a resposta humanitária à crise dos Rohingya?".

Esta pergunta de investigação permite analisar como a cooperação entre a ONU e as ONG se insere na crise dos Rohingya e na resposta humanitária. A análise da organização, dos mecanismos utilizados e dos desafios enfrentados permite identificar a sua contribuição para a resposta humanitária à população afetada. Nesse sentido, o estudo torna-se relevante para identificar padrões e transformações na relação entre estes atores, contribuindo para aprofundar a compreensão sobre a dinâmica da cooperação em contextos de crise humanitária prolongada. Para analisar estas dinâmicas de cooperação entre os atores humanitários, esta investigação recorre ao enquadramento teórico da Interdependência Complexa, desenvolvido por Robert Keohane e Joseph Nye. Esta perspetiva permite compreender as relações de interdependência que se estabelecem entre as organizações internacionais e atores não estatais, bem como os diferentes canais de interação e as assimetrias existentes no contexto da ação humanitária.

Revisão Bibliográfica

A cooperação, a colaboração e a coordenação

Clegg & Bailey (2008) referem que frequentemente os termos da cooperação e de colaboração são utilizados como sinónimos (Elayah & Al-Mansori, 2024; Kahn & Cunningham, 2013; Romero et al., 2024). Todavia apresentam definições distintas, tanto que a conceção da cooperação não está somente associada às vantagens obtidas desta ação, mas também à colaboração (Clegg & Bailey, 2008; Pain, 2005). A definição de colaboração é muito diversificada, sendo baseada nos processos, condições e resultados da mesma (Sillah, 2016). Para Nolte (2018), a colaboração é descrita pela relação de indivíduos e organizações para um objetivo comum, refletindo altos níveis de interação em atividades conjuntas. Em termos humanitários, esta é fundamental para melhorar a resposta às crises humanitárias, aumentando a sua qualidade e consequentemente os seus resultados (Elayah & Al-Mansori, 2024).

A coordenação atua segundo os princípios da cooperação, sendo expectável que a mesma ocorra quando há coordenação, portanto, é uma atividade complexa que requer mecanismos. Isto é, estruturas e estratégias estabelecidas por diferentes áreas e setores, de modo a simplificá-la e a facilitar a passagem de informações e recursos (Romero et al., 2024). Ademais, entre as organizações, a cooperação é uma necessidade, uma vez que é "quase impossível que uma organização sozinha satisfaça as necessidades das pessoas afetadas"[1] (Akhtar et al., 2012, p. 86). Em contexto de ajuda humanitária, a coordenação consiste no uso otimizado de recursos e na responsabilização (Donini, 1996). Esta ação assegura que os esforços humanitários sejam realizados eficientemente, o que "evita duplicação de esforços e garante que a ajuda chegue aos necessitados de forma rápida e eficaz"[2] (Romero et al., 2024, p. 3).

Assim, embora se verifique frequentemente um uso dos termos sobrepostos e como sinónimos na literatura, nomeadamente no campo humanitário, esta diferencia claramente os três termos. A cooperação é definida como uma ação que traz benefício mútuo; a colaboração como interação conjunta; e a coordenação como uma articulação estrutural.

A Organização das Nações Unidas

A visão da ONU na literatura existente pode ser dividida em duas correntes distintas: uma que vê a organização humanitária como essencial e outra como uma organização sem credibilidade e sem

[1] Tradução própria de: "it is almost impossible for a single organization to fufill the needs of people affected".
[2] Tradução própria de: "avoiding duplication of effort and guaranteeing that aid reaches those in need quickly and effectively".

eficácia no humanitarismo. Portanto, diversos autores consideram que a ONU tem um papel central na resposta aos vários desafios humanitários, iniciado no pós da segunda guerra mundial (Crisp, 2018) e lideraram a AH durante a guerra fria (Barnett, 2013).

Sob a visão de Natsios (1995), Silva et al. (2023) e Walker & Maxwell (2009), a ONU é vital como ator humanitário, contendo 4 agências - OCHA, Programa Alimentar Mundial (WFP), UNHCR e UNICEF - atuantes nas crises humanitárias. Darmayadi et al. (2024) discordam e afirmam que somente a UNICEF e a UNHCR ajudam a população durante as crises humanitárias. As diversas agências da ONU envolvidas no mundo humanitário tencionam integrar as atividades humanitárias de organizações internacionais e governos para garantir uma resposta consistente e rápida (Harat et al., 2015). Portanto, a ONU coordena a resposta humanitária (Kent, 2004; MacCormack, 2013), tornando-se um ator fundamental no mundo humanitário. Dessa forma, a ONU tem estado frequentemente na linha da frente da coordenação e na facilitação da entrega de ajuda em contextos de conflito (Elayah & Al-Mansori, 2024). Walker & Maxwell (2009) consideram que as suas ações protagonizam um progresso em termos humanitários, verificando-se na melhoria da resposta humanitária fornecida às populações afetadas.

Sob uma ótica distinta, existe uma corrente que considera que a ONU apresenta algumas falhas e limitações, tendo impacto reduzido na ação humanitária, contrariando a imagem do ator humanitário perfeito (Crisp, 2018; Kent, 2004; Natsios, 1995; Walker & Maxwell, 2009). Silva et al. (2023) e Stephenson (2006) aprofundam esta ideia e concebem a ONU como uma organização que não tem capacidade para atuar humanitariamente e por isso não tem sucesso no meio. Ademais, na literatura também se levantam dúvidas sobre a eficácia da atuação da ONU e sob a confiança depositada na mesma. Barnett (2013) e Donini (1996) argumentam que em algumas crises onde a organização atuou, como na crise humanitária do Iraque, a sua resposta humanitária revelou-se aquém das expectativas, resultando na perda da confiança concedida anteriormente à organização. Samarasinghe & Kuele (2023) complementam esta ideia, afirmando que a sua eficácia foi contestada no mundo humanitário, devido ao seu desempenho. Portanto, a ONU perdeu a credibilidade no mundo humanitário, pois as suas decisões foram bastante limitadas, não tendo a repercussão necessária na ação humanitária entregue (Crisp, 2018; Kent, 2004; Silva et al., 2023).

Adicionalmente, a liderança da OCHA também é questionada (Walker & Maxwell, 2009), já que, embora a ONU tenha a legitimidade de atuar nas crises humanitárias (Familoye & Toyin, 2024), não impede que as suas operações dependam diretamente da vontade política (McDermott, 1998). Assim,

segundo Klee & Klee (2002), a ONU é influenciada pelo Estado e depende do financiamento dos Estados e dos doadores (Kent, 2004; Minear, 2002), o que tem repercussões na resposta humanitária fornecida.

As Organizações Não-Governamentais

No que toca à definição das Organizações Não Governamentais, Sillah (2016) considera que a literatura é ambígua e variada, sendo esta difícil de conceptualizar. No entanto, diversos autores conceptualizaram as ONG, definindo-as distintamente. Segundo Khairunnisa et al. (2023), o engajamento das ONG no mundo humanitário identifica-se desde os anos 1960, verificando-se um grande aumento de ONG, nos anos 1980, uma vez que o papel humanitário destas tornou-se fundamental (Harvey, 2013).

Numa perspetiva generalista, Vakil (1997) afirma que as ONG são organizações autónomas, privadas e sem fins lucrativos, que visam a melhoria da qualidade de vida das pessoas desfavorecidas, tornando-se presentes e ativas, desde os anos 2000 (Ryfman, 2007). São grandes mobilizadoras e influenciadoras da resposta humanitária mundialmente (Donini, 1995; Kahn & Cunningham, 2013). Frangonikolopoulos (2005) e Harvey (2013), consideram que as ONG surgem das ações falhadas dos Estados e da comunidade internacional na resposta às crises humanitárias, estando conectadas à ação/inação dos Estados. Por outro lado, Roth (2019) apresenta as ONG como o reflexo dos processos, tanto modernos como colonialistas, internacionais e pelos conflitos violentos, já Mills (2005) argumenta que nem todas as ONG conseguem influenciar as decisões humanitárias dos outros atores.

As ONG são vistas como atores centrais na arquitetura da ajuda humanitária internacional (Atar et al., 2023), dado que têm a competência de influenciar os decisores políticos, recolher informações e representar a opinião pública (Khairunnisa et al., 2023). Além disso, detêm a capacidade de alterar as dinâmicas do conflito em que se envolvem (Mills, 2005). À vista disso, as ONG atuam essencialmente no campo (Donini, 1996), apostando em missões rápidas, baratas e estão frequentemente na linha da frente (Minear & Weiss, 1995). Conforme Crisp (2018) e Minear & Weiss (1995), as ONG atuam onde a ONU não intervém, ou detém um papel humanitário limitado, tanto que nessas situações lideram as missões humanitárias (Ryfman, 2007). Inclusive para Romero et. al (2024) as organizações coordenam a resposta humanitária, tal como as informações e missões da ação humanitária, transpondo a agenda humanitária para a realidade (Mills, 2005). Edwards (1999) e Lewis (2023) concebem que há a necessidade destas se afirmarem como bons atores cívicos, atuando a nível local, nacional e internacional.

Robinson (2013) afirma que as ONG assumiram o papel de 'contratadas para os serviços públicos', no que toca à ação humanitária. Hulme & Edwards (2013) adicionam que para muitos Estados, as ONG são o canal preferido para a prestação de serviços, substituindo o Estado deliberadamente. Embora os Estados concebam as ONG como um canal humanitário, estes tomam as decisões finais, sendo as ONG condicionadas por fatores políticos, logísticos e financeiros (MacCormack, 2013), tal como são dependentes de outros atores (Natsios, 1995; Steffek, 2013). Khairunnisa et al. (2023) refere a importância das ONG como atores fundamentais em promover a justiça, prosperidade e equidade durante as crises, no entanto, relembra que estas enfrentam diversos desafios, como o acesso às crises, o que resulta na diminuição da eficácia da resposta humanitária fornecida. Ainda assim, Barnett & Weiss (2011) caracterizam as ONG como atores primordiais para a sobrevivência da população afetada, uma vez que a sua autoridade advém da sua experiência prática.

A relação entre a Organização das Nações Unidas e as Organizações Não-Governamentais

A literatura considera que a relação entre a ONU e as ONG mostrou-se limitada até aos anos 1980, destinando-se somente à cooperação na fase de implementação de projetos, interagindo quase exclusivamente no campo (Martens, 2006). Esta interação verificou um aumento, nomeadamente, após a Guerra Fria (Donini, 1995; Martens, 2005a; Natsios, 1995), que se traduziu numa institucionalização das relações entre as ONG e a ONU (Martens, 2006).

Duffield (2001) argumenta que os maiores desenvolvimentos verificados no mundo humanitário deram-se devido à relação entre as agências da ONU e as ONG. De modo que, para alguns autores como Elayah & Al-Mansori (2024) e Natsios (1995), esta relação demonstra-se essencial para o fornecimento de ação humanitária e para as próprias instituições envolvidas. Para Elayah & Al-Mansori (2024), esta interação não é só vantajosa, mas imperativa na complexa paisagem da entrega da ação humanitária, pois a mesma depende, na maioria das vezes, da colaboração entre a ONU e as ONG. Adicionalmente, necessitam um do outro, nas crises humanitárias, complementando-se (Natsios, 1995), uma vez que a ONU alia-se estrategicamente às ONG, de modo a lidar com os problemas impostos pela crise (Elayah & Al-Mansori, 2024). Assim, segundo Natsios (1995), esta relação é muito próxima em contextos de conflitos civis, crises de fome e de deslocação forçada, principalmente, onde os governos anémicos não são eficazes, fazendo com que as agências da ONU trabalhem cada vez mais com as ONG.

Em termos de formas de interações entre as Nações Unidas e as ONG, a literatura é bastante coesa. À vista disso, Martens (2005c) e Ritchie (1995) estimam esta relação como benéfica para ambas

as partes, aumentando tanto a eficiência como a credibilidade das duas instituições. Pois, a relação estende-se a diversos domínios (Klee & Klee, 2002), tanto que, segundo Ryfman (2007), conforme o grau de envolvimento entre as ONG e as principais agências humanitárias da ONU, há um sistema sofisticado para interagirem. Portanto, a ONU proporciona acesso às ONG, estabelecendo mecanismos formais de cooperação (Martens, 2006), e criando outras formas de se relacionarem (Duffield, 2001; Martens, 2006; Ryfman, 2007). Ou seja, esta relação persiste, uma vez que trabalham juntas para entregarem os projetos humanitários (Martens, 2005a; Ritchie, 1995). Além desta interação, as ONG concedem o seu conhecimento e assistência técnica humanitária à ONU (Klee & Klee, 2002), fazendo com que as ONG assumam o papel de policy advisors da ONU (Martens, 2005b, 2006; Ritchie, 1995).

Todavia, verifica-se uma corrente que considera que esta relação não é tão linear. Martens (2005c), que argumenta que esta relação é favorável, também diz que a interação varia entre a distância e a 'quase igualdade'. Ou seja, em determinadas áreas a participação das ONG é quase inexistente, não existindo interação funcional entre as duas instituições. Já Weiss (2013) acrescenta que ambas instituições partilham valores, mas são frequentemente obrigadas a distanciar-se.

Em contrapartida, numa outra linha, aborda-se esta interação num contexto de conflito. A ONU e as ONG entram num 'casamento de conveniência', devido aos governos e aos doadores. Em outras palavras, as duas instituições competem pelos recursos dos governos e dos doadores, tendo métodos distintos de trabalho, mas necessitam desta relação para obter os recursos necessários (Natsios, 1995). Portanto, acontece uma luta entre o sistema da ONU e das ONG, sendo esta acompanhada pela luta pelos doadores (Weiss, 2013). Natsios (1995) inclusive afirma que ambas as instituições pretendem separar-se, todavia, nas crises humanitárias necessitam um do outro profundamente, não querendo admitir o mesmo, pois as suas competências complementam-se nestes cenários.

Metodologia

No que diz respeito à ontologia, neste trabalho será adotada uma perspetiva anti-fundacionalista e uma orientação epistemológica interpretativista, descrita por Furlong e Marsh (2010). Esta opção, justifica-se porque nesta operacionalização, a realidade social é entendida como uma construção moldada por processos sociais, culturais e políticos. Desse modo, as conclusões obtidas resultam da interação entre o objeto de estudo, a cooperação entre ONG e a ONU na resposta à crise dos Rohingya e a observação do fenómeno analisado, refletindo a natureza subjetiva do acontecimento em análise.

A investigação centra-se num único estudo de caso, a crise dos Rohingya, sendo este *interpretative*, ou seja, o caso não é estudado para gerar generalizações teóricas, mas sim para ser compreendido em profundidade através da aplicação de uma teoria existente (Lijphart, 1971). Assim, a teoria escolhida foi a Interdependência Complexa de Keohane e Nye, de modo a ser a ferramenta analítica do tema. Ou seja, à luz da teoria, interpreta-se a cooperação ONU-ONG, adaptando-a ao contexto humanitário.

O método trata-se de uma *Small N Analysis*, dado que foi analisado um único estudo de caso (Lijphart, 1971), o que possibilitou gerar conhecimento 'expresso' (Coppedge, 1999) sobre a cooperação entre as ONG e a ONU no campo da crise humanitária. O principal método de tratamento da informação foi a análise de conteúdo aplicada a documentos oficiais (Weber, 1990), ou seja, analisa-se a cooperação entre os dois atores humanitários. Portanto, as unidades de análise são os modelos de cooperação empregados, as formas conceptuais de organização das relações entre a ONU e as ONG, os mecanismos de cooperação, tal como os desafios e os obstáculos evidenciados na resposta à crise.

Em consonância com a abordagem qualitativa adotada e com o recurso à análise de conteúdo, elaborou-se uma tabela grelha analítica estruturada em dimensões, para sistematizar e interpretar os dados recolhidos nos documentos selecionados. Na Tabela 1, identifica-se as três dimensões analíticas. Cada dimensão representa uma camada da cooperação ONU-ONG. A primeira dimensão, *Modelos de Cooperação*, corresponde à estruturação da cooperação, ou seja, como as ONG e a ONU se organizam hierarquicamente, abordando as estruturas formais utilizadas. Esta dimensão visa mapear a arquitetura formal e a hierarquia da relação. A segunda dimensão, *Mecanismos Operacionais*, revela como as instituições atuam no terreno, evidenciando as práticas e canais utilizados na entrega da resposta humanitária, focando-se na execução prática e na entrega da ajuda no terreno. A última dimensão. *Desafios e Limitações*, relata as falhas e obstáculos enfrentados pelas ONG e pela ONU e as consequências das mesmas na resposta fornecida, permitindo confrontar os modelos e as práticas com as barreiras reais encontradas.

Tabela 1

Operacionalização das dimensões analíticas da cooperação

Dimensão	Questão Orientadora	Indicadores
Modelos de Cooperação	- Como é estruturada a cooperação ONU-ONG? - Quais os papéis e a hierarquia?	- Estruturas formais (HCT[3], ISCG[4] e *Cluster Approach*[5]); - Definição das lideranças (lead/co-lead agencies[6]); - Estruturas verticais[7] e horizontais[8].
Mecanismos Operacionais	- Como se concretiza a cooperação no terreno? - Que práticas e canais são utilizados?	Financiamento conjunto (CERF[9], pooled funds[10]); - Partilha de informação/mecanismos; - Missões conjuntas; - Coordenação logística;
Desafios e Limitações	- Que obstáculos e falhas de coordenação são registadas?	- Falhas de coordenação; - Sobreposição de mandatos; - Competição/dependência financeira; - Burocracia institucional.

Nota. Desenvolvida pela autora.

Para cada dimensão, pré-estabeleceram-se categorias correspondentes, isto significa que para cada dimensão, existiram indicadores que ao analisar os documentos procurou-se distinguir. Na primeira dimensão, analisaram-se referências sobre as estruturas formais[11], como se organizam as lideranças no setor dos campos de refugiados e a organização hierárquica entre a ONU e as ONG; na segunda, examinaram-se as evidências de financiamento conjunto pelas instituições, se partilham recursos e informações, se realizam missões conjuntas, se há coordenação logística e como se organiza a entrega de serviços; na última, analisaram-se evidências relativas à sobreposição de mandatos e de falhas de coordenação entre a ONU e as ONG, se ocorre dependência ou competição entre os dois, e se se aplica algum tipo de burocracia institucional à cooperação.

A grelha analítica foi elaborada pela autora com base nos objetivos da investigação e no enquadramento teórico previamente apresentado. As dimensões definidas refletem os principais eixos

[3] *Humanitarian Country Team*: tem como objetivo principal garantir que as atividades dos diferentes atores humanitários estejam devidamente coordenadas
[4] Inter-Sector Coordination Group: reúne todos setores ativos, com o propósito de garantir uma resposta operacional integrada, procurando eliminar a duplicação e assegurar uma abordagem imparcial.
[5] *Cluster Approach*: reúne a ONU e outros atores, tendo como função primária coordenar a ação entre os diferentes setores humanitários, promovendo uma resposta coerente e eficaz.
[6] Modelo governativo onde a responsabilidade pela coordenação de um cluster é dividida entre duas organizações.
[7] Entenda-se pela existência de diferentes níveis de coordenação, nos quais uma entidade central (geralmente a ONU) supervisiona e orienta o trabalho de outros atores
[8] Refere-se pela relação entre agências humanitárias do mesmo nível, sem relações hierárquicas.
[9] Fundo global gerido pela ONU (nomeadamente o OCHA), destinando-se principalmente para as agências da ONU.
[10] São fundos específicos para um país, que é destinado diretamente para ONG.
[11] HCT, ISCG, Cluster Approach, cooperação horizontal e/ou vertical.

identificados na literatura sobre a relação ONU-ONG no campo humanitário, nomeadamente: a estruturação institucional da cooperação, os mecanismos operacionais de coordenação e implementação no terreno e os desafios, tensões e limitações inerentes à interação entre os atores.

Portanto, a análise foi conduzida através de uma estratégia dedutiva de análise de conteúdo, uma vez que as dimensões e categorias foram definidas previamente. Os documentos referidos anteriormente foram examinados de forma sistemática à luz da grelha analítica construída, procedendo-se à identificação e categorização das informações relevantes segundo os indicadores estabelecidos[12]. Para além da análise por dimensões, procedeu-se igualmente a uma articulação sistemática entre os conceitos centrais da teoria da Interdependência Complexa e as evidências empíricas identificadas. Essa correspondência foi sintetizada num quadro analítico apresentado no Capítulo III, para explicitar a operacionalização teórica do caso em estudo.

Para a seleção das fontes primárias analisadas, foram definidos critérios de seleção. Assim sendo, seguiu-se três critérios: em primeiro, a adequação ao período temporal delimitado (2017-2025); em segundo, a relevância temática, ou seja, a relação explícita com a cooperação entre as ONG e a ONU e com a resposta humanitária à crise dos Rohingya; em terceiro, se mencionavam o foco geográfico, isto é, se aborda a AH no campo de refugiados em Cox's Bazar[13] e no Bhasan Char[14].

Sobre as fontes da presente dissertação, foram usados como fontes primárias, os Joint Response Plan Rohingya Humanitarian Crisis, os Global Humanitarian Overview da OCHA, Annual Results Report | Bangladesh e os Global Report da UNHCR, os Situation Report: Rohingya Refugee Crisis, o JRP Implementation Update e Year-end Report do Inter-Sector Coordination Group (ISCG), tal como outros relatórios dos clusters ativos. Além das fontes primárias foram utilizadas fontes secundárias, como artigos académicos, livros e capítulos de livros, compondo a bibliografia da presente dissertação.

Estrutura da Dissertação

A presente dissertação está organizada em três capítulos principais, além da introdução e da conclusão. O primeiro capítulo é dedicado ao enquadramento teórico da Interdependência Complexa e aos conceitos centrais humanitários, apresentando e discutindo os conceitos teóricos aplicados, bem como os modelos de cooperação analisados. O segundo capítulo centra-se na comunidade Rohingya, apresentando a sua história ao longo do tempo, as políticas e ações do governo de Myanmar dirigidas

[12] Ver nos Apêndices as tabelas das informações obtidas da análise de cada documento.
[13] Cox's Bazar é um distrito costeiro no sudeste do Bangladesh que acolhe o maior complexo de campos de refugiados Rohingya desde 2017.
[14] Bhasan Char é uma ilha no Golfo de Bengala para onde parte da população refugiada foi relocalizada pelo governo do Bangladesh a partir de 2020.

contra a comunidade e o desenvolvimento da crise humanitária. O terceiro capítulo apresenta os resultados da análise documental realizada e a interpretação dos mesmos à luz do enquadramento teórico previamente apresentado. Por fim, a conclusão apresenta uma síntese da investigação, na qual os principais resultados são discutidos e a pergunta de investigação é respondida. Adicionalmente são apresentados os limites deste estudo e apresentadas as possíveis linhas de investigação futuras.

Capítulo I: A Interdependência Complexa e as Noções do Mundo Humanitário

O presente capítulo pretende apresentar a base teórica e conceptual que suporta esta investigação. A teoria é uma ferramenta crucial para compreender e analisar fenómenos. Neste caso, será analisada a teoria da Interdependência Complexa de Robert Keohane e Joseph Nye. Este capítulo também tem como função definir e operacionalizar determinados conceitos no âmbito das crises humanitárias, nomeadamente os conceitos *Crise Humanitária*, *Ação Humanitária* e os modelos de cooperação existentes.

A Teoria da Interdependência Complexa

A Teoria da Interdependência Complexa foi formulada por Robert Keohane e Joseph Nye, na obra *Power and Interdependence: World Politics in Transition*. Esta teoria emerge como uma crítica aos principais pressupostos do realismo (Keohane & Nye, 2011a), que se focava nas capacidades militares para explicar o comportamento do Estado (Rana, 2015). Ao verificarem uma mudança na estrutura do sistema internacional, Keohane e Nye afirmaram que a visão realista sob o estado da política internacional não analisava a integração económica e os papéis desempenhados pelos vários atores. Portanto, decidiram abordar estas insuficiências, esclarecendo o conceito de interdependência complexa e mostrando como esta contribui para o surgimento de regimes internacionais em várias áreas (Keohane & Nye, 1987; Walker, 2013).

Segundo Spindler (2014), o termo interdependência surgiu na construção das teorias das relações internacionais, por volta dos anos 1960. Assim, surgiu pela primeira vez, associado ao contexto do conflito este-oeste. Concebida como um elemento fundamental para a preservação da paz mundial, e no cenário de desenvolvimento dos mísseis intercontinentais, a interconectividade entre as grandes potências tornava a guerra impossível. Essa interdependência forçada alterou profundamente como as nações concebiam a segurança internacional. Tanto que Morse (1972) afirmou que "nenhum Estado pode efetivamente mover-se em direção ao isolamento ou aumentar a sua própria autonomia em matéria de segurança"[15] (p.138). Portanto, a interdependência assume, nesse momento, uma dimensão militar e estratégica, refletindo a consciência de que a segurança das potências estava intrinsecamente vinculada à do adversário. Tal contexto conduziu ao reconhecimento de que a sobrevivência global dependia da manutenção de uma relação de interdependência forçada (Spindler, 2014).

[15] Tradução própria de: "neither state can effectively move toward isolation or increase its own autonomy so far is concerned".

No entanto, foi com os trabalhos da década de 1970, na área da economia, que a interdependência teve impacto no desenvolvimento teórico das Relações Internacionais, com a eclosão de dois grandes choques económicos: o colapso do sistema monetário de Bretton Woods e o fim da conversibilidade ouro-dólar (Spindler, 2014). No final de 1974, os quatro principais países industrializados - os Estados Unidos da América, a França, a Alemanha Ocidental e o Japão - decidiram lidar com a crise, através da coordenação económica global. Desse modo, os economistas e os internacionalistas começaram a ligar os aspetos económicos às interdependências da política internacional. Assim, o estudo de Keohane e Nye é essencial nas Relações Internacionais, visto que forneceram uma abordagem inicial sobre a interdependência.

Em *Power and Interdependence: World Politics in Transition*, os autores consideraram que aconteceram mudanças na estrutura do sistema internacional, no qual os Estados perderam parte da sua capacidade de agir eficazmente e controlar eventos (Keohane & Nye, 2011a; Spindler, 2014). Ou seja, para eles, a dependência mútua tem consequências importantes, assim, tentaram identificar os instrumentos políticos, a nível doméstico e internacional, que se adequam a esta mudança (Spindler, 2014).

A interdependência corresponde a uma situação de vulnerabilidade mútua (Kroll, 1993). No cenário da política internacional, os Estados e/ou outros atores encontram-se numa relação de dependência recíproca, na qual as ações de uns criam efeitos e custos sobre os outros (Keohane & Nye, 2011a; Kroll, 1993; Rana, 2015). Keohane e Nye (2011a) concebem as relações interdependentes como algo que vai ter sempre custos associados, pois a condição restringe a autonomia. Isto é, as interações entre os atores impõem custos, portanto, as ações de um ator têm implicações nos outros atores que podem ou não ser assimétricas (Keohane & Nye, 1987; Spindler, 2014).

Contudo, não é possível saber a 'priori' se os benefícios dessa relação vão exceder os custos, pois isso depende dos valores dos atores e da própria natureza da relação. Não há garantias de que uma relação de interdependência será caracterizada pelo benefício mútuo (Keohane & Nye, 2011a). De acordo com Keohane e Nye (2011a), os benefícios e custos de uma relação de interdependência podem ser analisados por duas perspetivas: a primeira, foca-se nos ganhos ou perdas conjuntas para as partes envolvidas; a segunda, enfatiza os ganhos relativos e as questões distributivas. Todavia, mesmo sem conseguir materializar os benefícios, no sistema de interdependência, os "estados cooperam porque é

do seu interesse comum e o resultado direto dessa cooperação é a prosperidade e a estabilidade no sistema internacional"[16] (Rana, 2015, p. 291).

O poder é um conceito de interesse da política internacional, pois este tem a habilidade de convencer os outros a fazer coisas que de outra maneira não o fariam (Rana, 2015). De modo a compreender o papel do poder na interdependência, Keohane e Nye distinguem duas dimensões: a sensibilidade e a vulnerabilidade. A *sensibilidade* refere-se ao grau, à quantidade e ao ritmo dos efeitos da dependência (Cademartor & Santos, 2016; Keohane & Nye, 2011a; Rana, 2015). A partir da sensibilidade verifica-se "quão rapidamente as mudanças num país provocam custos noutro e quão significativos são esses efeitos custosos"[17] (Keohane & Nye, 2011a, p. 10), antes das políticas serem alteradas. Esta pode ser social, económica e política (Keohane & Nye, 2011a). Já a vulnerabilidade refere-se à capacidade dos atores de lidarem com os custos impostos por eventos externos, após as políticas terem sido alteradas (Keohane & Nye, 2011a; Spindler, 2014). Por outras palavras, refere-se aos custos relativos à mudança do sistema de interdependência (Cademartor & Santos, 2016). Contudo, como é difícil alterar as políticas rapidamente, os efeitos iniciais das mudanças refletem sobretudo a dependência à sensibilidade. Por sua vez, a dependência da vulnerabilidade é medida pelos custos associados à capacidade de realizar ajustes eficazes a um ambiente alterado ao longo do tempo (Keohane & Nye, 2011a). Portanto, a vulnerabilidade concentra-se nos custos de romper as relações, enquanto a sensibilidade se concentra nos custos de mantê-la.

Baldwin (1980) argumenta que a interdependência é um caso de vulnerabilidade por três razões: em primeiro, corresponde ao uso histórico; em segundo, a interdependência de sensibilidade pode ser inversamente relacionada à vulnerabilidade; e por último, a interdependência deve ser reservada apenas para questões de vulnerabilidade. Por outro lado, outros autores consideram a interdependência um caso de sensibilidade, enfatizando que há um "aumento da sensibilidade quando as suas relações mútuas aumentam"[18] (Kroll, 1993, p. 323). Assim, um Estado pode ser sensível, mas pouco vulnerável, se conseguir responder ou compensar rapidamente os efeitos de uma mudança de política.

Como referido anteriormente, Keohane e Nye consideravam que a política vista pelos realistas não era adequada, por isso, desenvolveram a *Interdependência Complexa*. Keohane e Nye (1987) dizem que a:

[16] Tradução própria de: "states cooperate because it is in their own common interest and direct result of this cooperation is prosperity and stability in the international system".
[17] Tradução própria de: "how quickly do changes in one country bring costly changes in another, and how great are the costly effects".
[18] Tradução própria de: "increased sensitivity states feel when their relations with one another increase".

> Interdependência complexa refere-se a uma situação entre vários países em que múltiplos canais de contacto conectam as sociedades (os Estados não monopolizam esses contactos); não há hierarquia de questões; e a força militar não é usada pelos governos uns contra os outros[19]. (p. 731)

À vista disso, a interdependência complexa tem três características principais (Keohane & Nye, 2011b):

a) Múltiplos canais de interação: diversos canais conectam as sociedades, tanto formalmente como informalmente, isto é, pode acontecer entre elites governamentais, elites não governamentais, bem como entre organizações transnacionais (Bharti, 2023; Keohane & Nye, 2011b). Neste contexto, os "estados não são os atores unitários ou únicos[20]" (Walker, 2013, p. 149), desse modo, estes canais podem ser resumidos em relações interestatais, transgovernamentais e transnacionais. As relações interestatais são os canais assumidos pelos realistas; as transgovernamentais aplicam-se quando se deixa de lado a suposição realista de que os Estados agem coerentemente como unidades; e as transnacionais aplicam-se quando se relaxa a suposição de que os Estados são os únicos atores no plano internacional (Keohane & Nye, 2022).

b) Ausência de hierarquia na agenda: na agenda realista, a segurança e as questões militares assumem-se predominantes. Contudo, outros problemas, como aquecimento global, pobreza, mudanças climáticas, entre outros, têm-se tornado importantes na definição da agenda (Bharti, 2023). Assim, os problemas da agenda não estão organizados numa hierarquia clara ou consistente, o que implica o fim da distinção da política interna e internacional e a interseção dos vários temas (Keohane & Nye, 2011b). O que significa que "qualquer área temática pode estar no topo da agenda internacional em qualquer momento específico"[21] (Rana, 2015, p. 292).

c) Redução da importância da força militar: "a força militar não é usada por governos relativamente a outros governos dentro da região, ou em questões em que prevalece a interdependência complexa[22]" (Keohane & Nye, 2011b, p. 21). Isto é, de acordo com Bharti (2023), o uso da força

[19] Tradução própria de: "Complex interdependence refers to a situation among a number of countries in which multiple channels of contact connect societies (that is, states do not monopolize these contacts); there is no hierarchy of issues; and military force is not used by governments towards one another".
[20] Tradução própria de: "States are not the unitary or sole actors".
[21] Tradução própria de: "any issue-area might be at the top of the international agenda at any particular time".
[22] Tradução própria de: "Military force is not used by governments toward other governments within the region, or on the issues, when complex interdependence prevails".

não é o instrumento apropriado para resolver as questões e problemas entre os Estados, pois a força militar é custosa e incerta.

Posto isto, Keohane e Nye (1987) argumentam que o uso da força tornou-se demasiado custoso para os Estados, devido a quatro condições: riscos de escalada nuclear; resistência das pessoas em países pobres; efeitos incertos e negativos; e a opinião interna contrária aos custos humanos derivantes do uso da força, ou seja, o seu uso tem um impacto negativo no panorama geral. Adicionalmente, através da mesma, o alcance dos objetivos políticos será árduo, pois ao haver uma interdependência económica partilhada pelos Estados, o uso da força fará com que se rompam relações mutuamente exclusivas (Walker, 2013).

Numa situação de interdependência, a força não é um instrumento apropriado para atingir outros objetivos, como económicos e ecológicos, no entanto, o poder militar ainda pode ser usado politicamente (Keohane & Nye, 2011b). Ainda que não seja uma condição da interdependência complexa, dois pressupostos prevalecem relevantes. Por um lado, as mudanças sociais e políticas podem transformar novamente a força num instrumento direto da política, por outro lado, mesmo quando os interesses das elites são complementares, um Estado pode usar a força militar para exercer influência política significativa (Keohane & Nye, 2011b).

A menor eficácia da força militar na resolução de problemas multidimensionais e na concretização dos objetivos dos Estados contribuiu para a complexificação do sistema internacional, promovendo a emergência de novos intervenientes. Assim, os atores transnacionais, como as organizações internacionais, assumem crescente relevância no cenário político contemporâneo. Estes são uma fonte de poder entre os Estados, pois ajudam a definir os temas da agenda internacional (Bharti, 2023; Keohane & Nye, 2011b). À vista disso, os diferentes atores transnacionais impõem distintos objetivos e conforme os seus próprios interesses, tornando-os tão importantes como os Estados, tanto internamente como internacionalmente (Işiksal, 2004). A capacidade de dominar a agenda revela-se em parte pela sua notoriedade na negociação política, bem como pelo seu papel como catalisadores de coligações e de arenas políticas pelos Estados mais fracos (Keohane & Nye, 2011b). Keohane e Nye (2011b) acreditavam que as organizações internacionais, ao definir os assuntos importantes, ajudam a determinar as propriedades dos governos, tal como a definir outros arranjos nos governos, absorvendo parte do poder dos Estados (Michalak, 1979).

De acordo com Kroll (1993), "a interdependência sempre teve um papel na política internacional"[23] (p. 324), influenciando o comportamento dos Estados nas diversas áreas de atuação. Dessa maneira, as três principais características da interdependência complexa dão origem a diferentes processos políticos. Estes processos traduzem-se em recursos de poder compreendidos como uma forma de controlo dos resultados políticos, pelo que a distribuição de poder e o típico processo político variam consoante os objetivos em causa (Keohane & Nye, 2011b). No contexto da interdependência complexa, a ligação entre os assuntos económicos e a estrutura militar raramente ocorre. Por um lado, a cooperação económica e a interdependência ecológica são bastante benéficas (Bharti, 2023), por outro lado, mesmo os Estados militarmente mais fortes têm dificuldades a controlar os resultados em áreas nas quais são mais fracos, o que leva a processos políticos e resultados distintos (Keohane & Nye, 2011b).

A interdependência complexa altera a estrutura e o contexto da interação internacional, obrigando os Estados a adaptaram-se a novas circunstâncias, visto que existe uma nova economia mundial, que exclui os interesses próprios (Spindler, 2014). Neste contexto, o potencial de poder, isto é, a capacidade de tomar medidas eficazes, surge de campos políticos que se caracterizam pela interdependência assimétrica (Spindler, 2014). Por outras palavras, os Estados apresentam diferentes níveis de vulnerabilidade em diferentes áreas temáticas, o que significa que os custos de adaptação às mudanças são distribuídos de forma desigual pelos atores envolvidos. Assim, os Estados que estão numa posição de invulnerabilidade dispõem da habilidade para manipular o sistema internacional, conforme os próprios interesses. Esta manipulação acontece através das organizações internacionais, atores e fluxos transnacionais e grupos específicos das questões da agenda (Keohane & Nye, 2011b; Spindler, 2014).

Além disso, a multiplicidade de objetivos que os Estados prosseguem em diferentes áreas temáticas torna o processo político ainda mais complexo. Esta pluralidade dificulta a definição dos interesses nacionais, que varia conforme os canais de interação que existem e os atores neles inseridos (Keohane & Nye, 2011b; Spindler, 2014). Assim, a tentativa de liderar unilateralmente, sob as condições da interdependência complexa, revela-se ineficaz. Nesse sentido, a cooperação internacional mostra-se fundamental para os ganhos comuns, particularmente nos campos da economia e da ecologia nas inter-relações (Spindler, 2014). Isso resulta do facto de que a realização dos objetivos individuais dos Estados depende das decisões tomadas em conjunto, assim, a interdependência leva a uma situação em que a

[23] Tradução própria de: "interdependence has always had a role in international politics".

cooperação é benéfica para os 'egoístas'. Portanto, a cooperação é a condição para a interdependência acontecer e a causa da necessidade da mesma (Spindler, 2014).

Deste modo, recorrer à lente da Interdependência Complexa, especialmente aos seus conceitos estruturantes, como os múltiplos canais de interação, a sensibilidade, a vulnerabilidade e a interdependência assimétrica, mostra-se particularmente adequado para compreender a cooperação entre a ONU e as ONG. Através desta perspetiva, é possível analisar como a cooperação no campo humanitário se constrói num contexto de dependências recíprocas. Ou seja, como os vários atores humanitários se interligam através das redes formais e informais de coordenação, partilha de informação e gestão de recursos, tornando a cooperação possível num ambiente global caracterizado pela complexidade e pela interdependência. Assim, a teoria da Interdependência Complexa oferece um enquadramento teórico capaz de captar as dinâmicas relacionais e as dependências recíprocas que moldam a resposta humanitária.

Críticas à Interdependência Complexa

Apesar da sua relevância e influência, a teoria da interdependência complexa tem sido objeto de múltiplas críticas, tanto no plano conceptual como metodológico. Uma das críticas foi feita por Kenneth Waltz (1970) ao seu carácter tautológico, visto que alguns dos seus conceitos são definidos de forma sobreposta. Por exemplo, Keohane e Nye argumentam que um alto grau de dependência mútua leva a uma mudança na escolha dos instrumentos políticos (como a nova importância dos objetivos de bem-estar relativamente à segurança, o significado secundário da força militar e o aumento da importância de campos políticos individuais). Contudo, estas mudanças nos objetivos e nos instrumentos da política estatal já são tomadas como pressupostos do sistema internacional. Assim, os argumentos de que os instrumentos políticos são afetados pela interdependência complexa são tautológicos, uma vez que definem a teoria da interdependência complexa à volta desses mesmos objetivos e instrumentos (Keohane & Nye, 1987; Waltz, 1970).

Devido à tautologia, foi impossível desenvolver uma alternativa teórica coerente e metodologicamente viável para o estudo da política mundial. Keohane e Nye (1987) reconheceram que "ironicamente (...), o resultado da nossa análise sintética em *Power and Interdependence* e de trabalhos subsequentes (...), foi ampliar o neorrealismo e fornecer-lhes novos conceitos"[24] (p. 733).

[24] Tradução própria de: "Ironically (...) the result of our synthetic analysis in Power and Interdependence, and of subsequent work (...), has been to broaden neorealism and provide it with new concepts".

Outra crítica desenvolvida por Waltz (1970) foi que a interdependência é um mito, defendendo que a interdependência desconsidera as desigualdades nas capacidades de cada país. Na realidade, existe apenas uma distribuição desigual de dependência e independência. Além disso, Waltz acredita que os estados mais poderosos podem alcançar a autarcia rapidamente, tornando a interdependência politicamente insignificante. Adicionalmente, a ideia de que há uma erosão da hierarquia internacional e o domínio dos processos políticos por parte dos Estados mais fracos é criticado. Michalak (1979) afirma que, embora os estados mais fracos possam ter políticas coerentes e as organizações internacionais facilitem a aquisição de poder, estes necessitam dos Estados mais fortes para conseguir políticas operacionais.

Por fim, a escola da dependência também é crítica à interdependência complexa. A política da interdependência não deve ser vista apenas como uma gestão de áreas específicas entre os Estados industrializados ocidentais em condições de interdependência complexa, e sim como a política da ordem global. Partindo desta premissa, é razoável examinar as consequências da política de interdependência para a estrutura global do sistema internacional. Dessa forma, os críticos referem-se não à interdependência, mas sim à dependência como uma forma de interdependência internacional. Para eles, a dependência é essencialmente exploradora e estruturalmente desvantajosa para os Estados dependentes, principalmente os do Sul, e não uma forma de distribuir o poder igualmente, fornecendo um modo para os Estados mais fracos obterem poder (Spindler, 2014).

Noções do Mundo Humanitário

Após ter sido abordada a questão teórica do estudo, consideramos importante explorar os conceitos estruturantes da nossa investigação, com vista à sua operacionalização. No âmbito do estudo em questão, dois termos são centrais: *crise humanitária* e *ação humanitária*. De forma associada, são também relevantes os mecanismos e modelos de cooperação.

Crises Humanitárias

Segundo, o Glossário INEE, uma crise humanitária define-se pela "perturbação grave do funcionamento de uma comunidade ou sociedade, evolvendo perdas humanas, materiais, económicas ou ambientais generalizados que excedem a capacidade da comunidade ou sociedade afetada de lidar

com os seus próprios recursos e, portanto, exigem ação urgente"[25]. As Nações Unidas, por sua vez, adotam a definição do Inter - Agency Standing Comitte, no qual afirmam:

> uma crise humanitária num país, região ou sociedade onde há colapso total ou considerável da autoridade resultante de conflito interno ou externo e que requer uma resposta internacional que vai além do imediato ou da capacidade de qualquer agência individual e/ou do programa nacional em andamento das Nações Unidas[26]. (Organização das Nações Unidas, 1997)

De modo semelhante, Emmanuelar (2015), Gambo (2020), Harmer & Macrae (2003) e Rozakou (2020) definem uma CH como um evento/série de eventos que envolvem uma ameaça crítica e excecional à vida ou ao bem-estar humano, saúde, segurança e proteção da comunidade afetada. Para Binder (2009), trata-se de uma "crise social profunda, caracterizada por um alto número de vítimas, deslocamento interno e externo em larga escala e fome e doenças generalizadas"[27] (p. 332). Portanto, uma CH afeta todas as dimensões da vida social de uma sociedade, devido a um evento que levou ao colapso da autoridade, exigindo uma resposta internacional.

Consoante as definições da ONU, as crises humanitárias podem ser resultado de diferentes causas, nomeadamente:

1. Catástrofes naturais, como terramotos, ciclones, tsunamis, epidemias (Alexander, 2000; Ramos et al., 2017; Rozakou, 2020; Victor & Sanches, 2020);
2. Ações provocadas pelo ser humano, incluindo acidentes nucleares, conflitos armados, terrorismo e degradação ambiental (Alexander, 2000; Ramos et al., 2017; Rozakou, 2020; Victor & Sanches, 2020);
3. Emergências complexas, isto é, situações em que os efeitos de diversos eventos ou fatores impedem que uma sociedade satisfaça as suas necessidades básicas. Resultando numa violência generalizada, perda de vidas humanas, deslocamentos forçados e necessidade de assistência humanitária (Victor & Sanches, 2020).

[25] Tradução própria de: "Serious disruption of the functioning of a community or a society involving widespread human, material, economic or environmental losses and impacts that exceeds the ability of the affected community or society to cope using its own resources and therefore requires urgent action".
[26] Tradução própria de: "A humanitarian crisis in a country, region or society where there is total or considerable breakdown of authority resulting from internal or external conflict and which requires an international response that goes beyond the mandate or capacity of any single agency and/ or the ongoing United Nations country program".
[27] Tradução própria de: "a profound social crisis that is characterized by high numbers of casualties, large-scale internal and external displacement, and widespread hunger and disease".

Estas situações podem ocorrer em contextos nos quais o Estado e as suas instituições demonstram incapacidade de prevenir, mitigar ou resolver as situações, comprometendo a proteção das comunidades afetadas. Em outros casos, o próprio Estado pode ser o agente causador da crise (Ramos et al., 2017).

Ação Humanitária

O termo *ação humanitária* foi escolhido em detrimento do termo *assistência* ou *ajuda humanitária*, porque, além do termo ser conceitualmente mais neutro, também não implica uma relação unilateral ou de hierarquia entre os atores humanitários. Além disso, embora por vezes seja considerada um ato de misericórdia ou simplesmente como um ato de distribuição de bens, a AH configura-se como um "campo multifacetado de políticas e práticas que envolve inúmeras partes interessadas"[28] (Radtke & Roepstorff, 2025, p. 4).

Segundo o Good Humanitarian Donorship (2018), a definição afirma que:

1. Os objetivos da ação humanitária são: salvar vidas, aliviar o sofrimento e manter a dignidade humana durante e após as crises;
2. Deve ser guiada pelos princípios humanitários;
3. Inclui a proteção de civis e daqueles que não participam das hostilidades e o fornecimento de itens de assistência, realizados em benefício das pessoas afetadas e para facilitar o retorno à vida e aos meios de subsistência normais.

Assim, a AH requer a mobilização coordenada de esforços, visando à prevenção e ao alívio do sofrimento humano nas crises (Ramos et al., 2017). Para que essa resposta seja eficaz, é indispensável seguir os princípios humanitários, pois estes são fundamentais para a prestação da AH, garantindo uma resposta humanitária eficaz (United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs [OCHA], 2022).

Os princípios humanitários derivam dos princípios fundamentais, que orientavam o trabalho do Comité Internacional da Cruz Vermelha (Iji, 2025; Özerdem & Rufini, 2005). Desse modo, toda a AH deve pautar-se por quatro princípios essenciais: humanidade, imparcialidade, neutralidade e independência.

[28] Tradução própria de: "multilayered field of policy and practice involving numerous stakeholders".

a) Princípio da *humanidade*: impõe o dever de aliviar o sofrimento, preservar a dignidade e o valor intrínseco do ser humano, assegurando uma resposta com compaixão (Barnett, 2005; Iji, 2025), independentemente do local ou das circunstâncias em que a crise ocorre (OCHA, 2022);

b) Princípio da *imparcialidade:* exige que a AH seja prestada, tendo em conta as necessidades, priorizando os casos mais urgentes, sem qualquer discriminação religiosa, racial, de nacionalidade, de género e de filiação política e ideológica, promovendo uma resposta igualitária (Barnett, 2005; Iji, 2025; Özerdem & Rufini, 2005);

c) Princípio da *neutralidade:* determina que os atores humanitários não escolham um lado nos conflitos, nem que se envolvam em controvérsias políticas, ideológicas ou religiosas, preservando a confiança e o acesso às populações afetadas (Barnett, 2005; Iji, 2025; Özerdem & Rufini, 2005);

d) Princípio da *independência:* estabelece que a AH seja autónoma face a qualquer objetivo político, económico, militar e/ou religioso, orientando-se exclusivamente conforme as necessidades humanitárias e não segundo a pressão de outras agendas (Barnett, 2005; Iji, 2025).

Apesar destes princípios guiarem a AH, a aplicação prática dos mesmos demonstra alguns desafios significativos. Por exemplo, o princípio da imparcialidade revela-se de difícil aplicação quando o acesso às populações mais desfavoráveis é restringido, colocando os agentes humanitários em perigo (van Mierop, 2018). De igual modo, o princípio da neutralidade também se revela conflituoso, dado que as agências podem-se tornar não neutras numa tentativa de a preservar. Ademais, algumas agências humanitárias, embora afirmem que realizam o seu trabalho seguindo os princípios humanitários, utilizam-nos como uma forma de não se responsabilizarem pelas suas ações, escondendo-se atrás dos mesmos (Özerdem & Rufini, 2005).

Modelos de Cooperação

Os diversos modelos de cooperação aplicados pela ONU são essenciais para a coordenação da AH, visto que constituem a base para uma resposta humanitária eficaz. Desse modo, uma AH adequada e eficiente depende do trabalho conjunto dos atores humanitários, o que torna a coordenação um elemento fundamental. Portanto, os modelos de cooperação a adotar dependem da complexidade, da escala e do tipo da CH. Assim, abordaremos a cooperação horizontal e vertical; o *Humanitarian Country Team* (HCT); *a Cluster Approach e o* ISCG, tal como a coordenação dos atores humanitários.

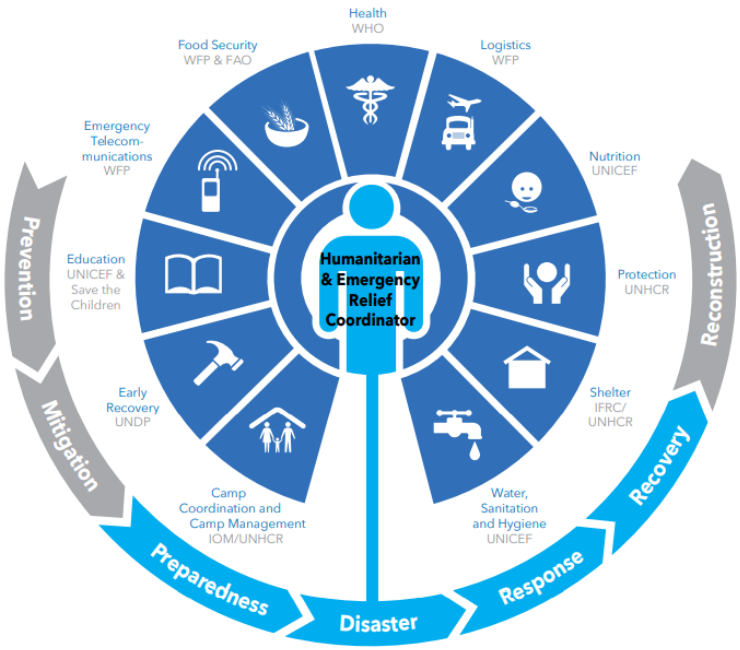
A cooperação horizontal e a cooperação vertical são modelos utilizados para a organização das respostas humanitárias. A primeira ocorre entre agências humanitárias do mesmo nível, sem relações hierárquicas, favorecendo a troca de informações, recursos e boas práticas. Já a cooperação vertical pressupõe a existência de diferentes níveis de coordenação, nos quais uma entidade central (geralmente a ONU) supervisiona e orienta o trabalho dos outros atores (Mochizuki et al., 2015). A cooperação horizontal tem-se demonstrado particularmente eficaz na coordenação entre organizações da sociedade civil, permitindo respostas mais flexíveis e adaptadas aos contextos locais (Mochizuki et al., 2015).

O *Humanitarian Country Team* trata-se de um organismo humanitário internacional do mais alto nível estabelecido e liderado pelo Coordenador Humanitário, que visa garantir que as atividades dos diferentes atores humanitários estejam devidamente coordenadas (Inter-Agency Standing Committee [IASC], 2009, 2024). Baseado nos princípios humanitários, o HCT procura aliviar o sofrimento humano e proteger as vidas humanas (IASC, 2009). É o principal responsável pela tomada de decisões estratégicas, pela facilitação da preparação e pela implementação de respostas adequadas, eficientes e baseadas nas necessidades da comunidade afetada (IASC, 2024).

A Cluster Approach reúne a ONU e os outros atores envolvidos na AH. Assim sendo, a sua função primária é coordenar a ação entre os diferentes setores humanitários, promovendo uma resposta coerente e eficaz (IASC, 2024; Steets et al., 2010). Portanto, trata-se de um conjunto de estruturas, projetos, princípios e compromissos, de forma a coordenar a AH quando solicitado apoio internacional. Os clusters são grupos de organizações humanitárias, que incluem as ONG, agências da ONU, órgãos governamentais e a Cruz Vermelha, que coordenam as suas ações para garantir a melhor resposta. Ademais, promovem uma estratégia comum e boas práticas, construindo uma capacidade nacional para responder a crises humanitárias (Steets et al., 2010).

Figura 1

Cluster Approach



Nota. De *Cluster Approach*, por United Nations High Commissioner for Refugees, 2025 (*https://emergency.unhcr.org/coordination-and-communication/cluster-system/cluster-approach*).

Como é possível identificar na Figura 1, o sistema cluster está organizado em onze setores de atuação, liderados pelas organizações líderes, sendo estas nomeadamente as agências da ONU (*Cluster Approach*, 2025). Da esquerda para a direita, verificam-se os setores e as suas organizações específicas: coordenação e gestão de campos - Organização Internacional para as Migrações (IOM) e UNHCR; recuperação precoce - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; educação - UNICEF e Save the Children (SC); comunicações de emergência - WFP; segurança alimentar - WFP e Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura; saúde - Organização Mundial da Saúde; logística - WFP; nutrição - UNICEF; abrigo - Federação Internacional da Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho e UNHCR; e água, saneamento e higiene - UNICEF. As clusters coordenam e delineiam as responsabilidades e ações a serem desenvolvidas, com o intuito de conseguir os melhores resultados para a população afetada em todas as fases (da esquerda para a direita: prevenção, mitigação, preparação, desastre, resposta, recuperação e reconstrução) (Steets et al., 2010). Esta abordagem é ativada após a consulta com o governo e o HCT, no entanto, é uma estrutura temporária, com a finalidade de apoiar o setor nacional (IASC, 2024).

Quando mais de dois clusters são ativados, o HCT estabelece o ISCG, que reúne todos os setores ativos, com o propósito de garantir uma resposta operacional integrada. O ISCG procura eliminar a

duplicação, assegurar uma abordagem imparcial e reduzir lacunas na entrega da AH (IASC, 2024). Além disso, o ISCG e o HCT articulam-se para solucionar questões que exigem resoluções estratégicas, oferecendo orientação e apoio aos grupos de coordenação, além de monitorarem a implementação das respostas humanitárias (IASC, 2024).

Capítulo II: A Crise Humanitária dos Rohingya

Os Rohingya constituem um dos grupos étnicos de Myanmar, contudo, a sua presença e identidade têm sido contestadas, ainda que habitem há diversos séculos no país. Atualmente, a crise dos refugiados dos Rohingya representa uma das mais graves crises humanitárias, em virtude do deslocamento em massa da população. Assim, este capítulo pretende contextualizar o caso dos Rohingya, abordando a questão da sua identidade e cidadania, tal como as relações com o Estado birmanês.

A Comunidade Rohingya

Os Rohingya são uma comunidade maioritariamente muçulmana, que descende de uma diversidade de povos e culturas, entre os quais se incluem bengalis, persas, árabes, mouros, turcos e mongóis (Islam & Khatun, 2024; Scherf & Gonzalez, 2018). Segundo os censos de 2014, o número de Rohingyas estimava-se por volta de um milhão, que viviam, sobretudo nos municípios de Maungdaw, Buthidaung e Rathedaung, ao longo da fronteira com o Bangladesh, além de cerca de três milhões situados no estado de Raquine (antigo Arracão) e um milhão de Rohingya refugiados em países vizinhos (Leider, 2018).

Como referido anteriormente, a maioria da população vive na parte ocidental do país, nomeadamente no estado de Raquine, cuja presença data de há centenas de anos (Mukherjee, 2019), porém esta visão é contestada pelas autoridades de Myanmar (Mukherjee, 2019; Salehin, 2024). Assim, diversos estudos (Faisal, 2020; Farzana, 2017; Islam & Khatun, 2024; Leider, 2018; Sarmin, 2020; Takemura, 2023; Ullah, 2011) apontam para a presença de comunidades muçulmanas na região, durante o período de reinado de Mrauk-U, entre os séculos XV e XVII, quando a influência muçulmana era significativa, a tal ponto que os reis arakaneses adotavam nomes muçulmanos. Apesar das diferenças religiosas, o reino mantinha relações pacíficas com os outros reinos (Farzana, 2017). Contudo, quando o reino da Birmânia conquistou Arracão em 1784, expulsaram as famílias muçulmanas, budistas e hindus, apagando a presença e influência muçulmana na região (Leider, 2018; Takemura, 2023).

A narrativa oficial do Estado birmanês, todavia, contesta a presença histórica dos Rohingya em Raquine. Segundo as autoridades, os Rohingya são descendentes de migrantes muçulmanos oriundos do Bangladesh, que se estabeleceram durante o período colonial britânico (Islam & Khatun, 2024). Após os britânicos assumirem o controlo total sobre Myanmar em 1885, seis décadas após a integração de Arracão na Índia Britânica (Faisal, 2020; Takemura, 2023), o Império Britânico impulsionou a migração

interna entre a Índia, Myanmar e Bangladesh, com o intuito de satisfazer as necessidades laborais, económicas e comerciais (Faisal, 2020; Takemura, 2023; Ullah, 2011).

Além disso, os britânicos iniciaram campanhas de pacificação, de forma a garantir a ordem e segurança, aplicando a estratégia de dividir e governar, ou seja, criaram fronteiras étnicas, separando as minorias e dividindo-as artificialmente (Farzana, 2017; Lins & Ferraria, 2021). Esta estratégia resultou no favorecimento de alguns grupos de diferentes etnias e religiões (Alam, 2019; Farzana, 2017), uma vez que, excluiu os nativos das funções administrativas e militares, reservando-as aos grupos minoritários, o que contribuiu para um forte sentimento nacionalista, associado ao budismo (Lins & Ferraria, 2021).

Durante a Segunda Guerra Mundial, com a invasão japonesa em Myanmar, a tensão entre os diferentes grupos étnicos e os birmaneses intensificou-se. As minorias, principalmente os Rohingya, mantiveram-se leais aos britânicos, enquanto o resto da população aliou-se aos japoneses (Farzana, 2017; Takemura, 2023), o que resultou no massacre de centenas de muçulmanos (Faisal, 2020). Os Rohingya, contrários à independência de Raquine (Ansar, 2020), foram então incentivados pelos britânicos com promessas de autonomia e da criação de um território próprio no Estado de Raquine (Faisal, 2020; Lins & Ferraria, 2021).

O Período Pós-Independência

Em 1947, durante o processo de independência de Myanmar, a herança colonial de segregação étnica ainda profundamente enraizada levou à marginalização da comunidade Rohingya e de outras minorias. No decurso das negociações da independência, o *acordo Panglong*, foi assinado pelo movimento liderado por Aung San e pelos líderes dos diversos grupos étnicos, reconhecendo a autonomia e o compromisso de estabelecer um país livre. Todavia, a comunidade Rohingya não foi convidada a participar neste processo (Ansar, 2020; Faisal, 2020; Farzana, 2017).

Com a morte do líder Aung San, o estado Raquine, já fragilizado pela presença budista e pela ausência de representação política, rendeu-se ao domínio birmanês (Farzana, 2017). Assim, a 4 de janeiro de 1948, foi proclamada a República Socialista da União da Birmânia[29], cuja constituição afirma que "haverá apenas uma cidadania em toda a União; ou seja, não haverá cidadania distinta da cidadania da União"[30] (Constituição da República da União de Birmânia de 1947, 1947). Portanto, os cidadãos são

[29] Aquando da independência do império britânico, o país recebeu o nome de Birmânia, mas em 1989 o regime militar alterou a designação para República da União de Myanmar. Neste trabalho, usa-se a designação de Myanmar.

[30] Tradução própria de: "There shall be but one citizenship throughout the Union; that is to say, there shall be no citizenship of the unit as distinct from the citizenship of the Union".

aqueles que pertencem a uma raça indígena, são descendentes de cidadãos, viviam em Myanmar antes de 1942, ou que tinham pelo menos um avô de uma raça indígena (Alam, 2019; Salehin, 2024).

No entanto, a primeira lei da cidadania, o *Union Citizenship Act,* reconheceu apenas oito etnias como nativas de Myanmar, excluindo os Rohingya dessa definição. Ainda assim, previa a possibilidade de concessão de cidadania às pessoas das etnias não reconhecidas desde que comprovassem a residência no país por pelo menos duas gerações antes (Ansar, 2020; Lins & Ferraria, 2021). Complementarmente, aos Rohingya foram atribuídos cartões de identificação, mas aqueles que não tivessem meios de comprovar a residência da sua família antes de 1948 só podiam candidatar-se aos certificados de registo estrangeiro (Alam, 2019). Apesar dessas restrições, os Rohingya foram tratados como qualquer outra etnia minoritária até 1962, quando os militares assumiram o poder, momento a partir do qual se agravou a sua exclusão social e política (Mukherjee, 2019).

Os Rohingya: Um Povo Apátrida

À vista disso, a junta militar assumiu o poder, justificando a sua ação "em nome da garantia da unidade contínua da nação"[31] (Taylor, 2009, p. 293). O General Ne Win iniciou diversas campanhas militares e propagandistas, com o objetivo de expulsar os imigrantes ilegais (Haque, 2017; Kin, 1983), caracterizando Myanmar como um país onde o islamismo não teria lugar (Sultana & Harun, 2023). Desse modo, os Rohingya tornaram-se alvo do governo militar, que necessitava de um bode expiatório, um inimigo comum capaz de unir a população enfurecida (Salehin, 2024). Esta escolha explica-se por dois motivos: em primeiro lugar, por se tratar de um grupo economicamente desfavorecido e militarmente fraco; em segundo, por serem um grupo com uma religião distinta, alvo de críticas por parte da elite política e de um sentimento de antagonismo por parte dos birmaneses (Mukherjee, 2019; Salehin, 2024).

O governo de Ne Win, em 1974, de modo a especificar rigorosamente as raças indígenas, identificou 135 grupos étnicos, excluindo três grupos muçulmanos (Rohingya, Panthay e Bashu), bem como outros seis grupos étnicos, visto que o regime considerava que a antiga constituição era insuficiente para controlar e identificar os imigrantes (Alam, 2019). Além da alteração da constituição, o governo também promulgou o *Emergency Immigration Act*, que introduziu o uso de cartões de registo nacional, com a finalidade de distinguir os cidadãos dos estrangeiros. Porém, à comunidade Rohingya deixaram de emitir os cartões de registo nacional, sendo-lhes concedidos exclusivamente os certificados de registo estrangeiro (Alam, 2019).

[31] Tradução própria de: "(...) in the name of ensuring the continued unity of the nation".

A partir do momento em que a junta militar assumiu o poder, o governo criou diversas medidas que impactaram a vida da comunidade, nomeadamente no acesso à educação e ao emprego. Foram proibidos de ingressar no exército; o acesso aos cargos públicos tornou-se cada vez mais difícil; quando inseridos no serviço público, eram afastados das suas famílias, tal como as instituições políticas e sociais da comunidade foram dissolvidas (Alam, 2019; Farzana, 2017). Em 1978, o regime lançou a operação *Nagamin*, cujo propósito era reprimir os imigrantes ilegais, mediante campanhas de verificação nacional de imigração e residência (Ansar, 2020). Esta operação resultou no êxodo de cerca de 200 mil Rohingyas para o Bangladesh, uma vez que a maioria dos Rohingya não possuía documentos que comprovassem a sua residência (Bhattacharjee, 2024). Contudo, a pressão exercida pelo governo do Bangladesh e pela comunidade internacional levou à suspensão da operação, permitindo que a maioria dos refugiados Rohingya voltassem a Myanmar (Ansar, 2020).

Após o regresso dos Rohingya, o governo militar reconheceu que a lei da cidadania de 1948 mostrou-se ineficaz em controlar as questões da cidadania e da imigração associadas aos Rohingya (Haque, 2017). À vista disso, promulgaram a lei da cidadania de 1982, moldada para se adequar à estratégia de inclusão-exclusão do governo, baseando-se no princípio de *jus sanguinis* (Lins & Ferraria, 2021). Isto é, a nacionalidade é determinada pela filiação, de modo que o indivíduo adquira a nacionalidade dos seus progenitores, podendo transmiti-la aos seus descendentes (Lins & Ferraria, 2021). Pois como afirmava o general Ne Win: "racialmente, apenas nacionais de sangue puro serão chamados cidadãos"[32] (Haque, 2017, p. 456).

Assim, a lei de 1982 dividiu a cidadania em três tipos, cada um identificado por um cartão de identidade distinto (Ansar, 2020; Farzana, 2017; Haque, 2017):

a) Cidadania plena (cartões rosa): concedida aos indivíduos pertencentes às 135 etnias oficialmente reconhecidas, como os Karen, Chin, Rakhine, Shan, Kaman, entre outras, bem como àqueles cujos ancestrais estivessem estabelecidos no país desde o início da ocupação britânica no estado Raquine, no ano de 1823;

b) Cidadania associada (cartões azuis): atribuída a pessoas que se candidataram ao abrigo da lei de 1948 e aos seus descendentes, que não se enquadram na categoria de cidadãos plenos. Tal como àqueles que não tivessem evidência da residência no país, de pelo menos de um ancestral antes de 1823;

[32] Tradução própria de: "racially, only pure-blooded nationals will be called citizens".

c) Cidadania naturalizada (cartões verdes): conferida aos indivíduos que disponham de provas da sua residência anterior à independência do país, em 1948 (as que não fazem parte das raças indígenas). Bem como às pessoas cujos pais detivessem uma das cidadanias, todavia, necessitavam de ter 18 anos e falar a língua nacional.

Esta lei teve graves implicações para os Rohingya, uma vez que lhes negou efetivamente o direito à cidadania em Myanmar (Farzana, 2017), ficando apenas elegíveis à cidadania neutralizada (Haque, 2017). Isto aconteceu porque a comunidade não integrava as raças indígenas reconhecidas e era extremamente difícil comprovar a sua permanência no país, devido ao êxodo de 1977 (Haque, 2017). Por conseguinte, só tinham direito à cidadania naturalizada, no entanto, os líderes do grupo étnico rejeitavam essa categoria e pediam a restauração dos seus direitos (Haque, 2017). À vista disso, as crianças Rohingya não tinham direito à cidadania, pois um dos pais não possuía nenhuma das cidadanias, assim, o povo Rohingya tornou-se apátrida (Alam, 2019; Ansar, 2020; Farzana, 2017; Haque, 2017). Ainda que os Rohingya não fossem considerados cidadãos, foram atribuídos cartões de identificação temporários de cor branca, que os reconhecia como residentes temporários (Kipgen, 2019).

Para além da lei da cidadania, a perseguição dos Rohingya assumiu múltiplas formas: a retirada de terrenos de cultivo; expulsão das casas e vilas; ataque e demolição das mesquitas e escolas islâmicas; e o estabelecimento de bairros budistas nas terras muçulmanas; os raptos e violação das mulheres Rohingya, por parte dos militares e a imposição de políticas restritivas, como o limite de dois filhos, a necessidade de permissão para casar, mudar de casa ou viajar (Alam, 2019; Kipgen, 2019; Parnini et al., 2013). Em 2008, uma nova constituição foi aprovada, que reforçou a exclusão definitiva dos Rohingya da sociedade, dado que estabeleceu critérios de nacionalidade impossíveis de cumprir pelos grupos étnicos não reconhecidos (Alam, 2019; Lins & Ferraria, 2021).

Em 2010 instituiu-se um governo democrático e iniciou-se um processo de liberalização política, contudo, manteve-se a narrativa de que os Rohingya eram imigrantes ilegais (Lins & Ferraria, 2021). Em 2012, verificou-se uma nova vaga de violência no estado de Raquine, entre os budistas e os Rohingya, após a violação e o homicídio de uma mulher budista alegadamente por homens Rohingya (Alam, 2019; Salehin, 2024; Scherf & Gonzalez, 2018). Este incidente desencadeou ataques generalizados contra os muçulmanos Rohingya e não Rohingya, resultando em centenas de mortes, no deslocamento interno e na migração forçada da comunidade (Alam, 2019; Salehin, 2024; Scherf & Gonzalez, 2018). Por fim, em 2015, a pressão dos budistas nacionalistas levou o governo a revogar os cartões de identificação temporários, o que impediu os Rohingya de exercer o direito de voto (Bhattacharjee, 2024).

O ponto culminante de décadas de discriminação institucional, perseguição e marginalização da população Rohingya em Myanmar ocorreu em 2017, quando o governo liderou uma limpeza étnica contra a comunidade. O episódio iniciou-se em 25 de agosto de 2017, quando o Arakan Rohingya Salvation Army alegadamente atacou postos militares e policiais, no estado de Raquine, resultando na morte de doze oficiais (Salehin, 2024; Sarmin, 2020; Storai, 2018). Em resposta, o governo lançou uma operação militar de larga escala, designada de operações de limpeza (Storai, 2018), que desencadeou confrontos entre o exército e o Arakan Rohingya Salvation Army (Salehin, 2024). No entanto, estas ações, alegadamente destinadas a encontrar os culpados, transformaram-se rapidamente numa campanha sistemática de violência contra civis Rohingya, na qual os oficiais militares destruíram as vilas Rohingya e mataram, raptaram e violaram membros da comunidade (Osmani et al., 2018; Salehin, 2024; Sarmin, 2020), provocando um êxodo de cerca de 650 mil Rohingyas para o Bangladesh (Bhattacharjee, 2024).

A Crise Humanitária dos Rohingya

A intensificação das operações militares birmanesas em 2017 desencadeou o maior e mais rápido deslocamento populacional da região em décadas. Durante a 36ª reunião do Conselho dos Direitos Humanos, em 2017, Zeid Ra'ad al-Hussein, Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, classificou a situação como "um exemplo clássico de limpeza étnica"[33]. No ano seguinte, a Missão Internacional Independente de Apuração de Factos sobre Myanmar, criada pelo Conselho de Direitos Humanos, 2018, concluiu que "os crimes no estado de Raquine e como foram perpetrados são semelhantes, em natureza, gravidade e âmbito, aos que permitiram estabelecer a intenção genocida noutros contextos"[34] (United Nations Human Rights Council [HRC], 2018).

No final de 2017, na 8060ª reunião do Conselho de Segurança, o Secretário-Geral da ONU, António Guterres, classificou esta situação como a "emergência de refugiados que mais rapidamente se desenvolveu no mundo e num pesadelo humanitário e de direitos humanos"[35] (United Nations Security Council [UNSC], 2017). Assim, em dezembro de 2017, a Assembleia Geral da ONU aprovou a resolução A/RES/72/248, na qual condena as ações do governo de Myanmar e reconhece a violação dos direitos humanos dos Rohingya, marcando o reconhecimento da CH dos Rohingya (United Nations General Assembly [UNGA], 2018). No entanto, o governo de Myanmar negou a limpeza étnica, classificando essas acusações como maliciosas e sem fundamento. Apesar disso, afirmaram que estavam cientes da

[33] Tradução própria de: "textbook example of ethnic cleansing".
[34] Tradução própria de: "The crimes in Rakhine State, and the manner in which they were perpetrated, are similar in nature, gravity and scope to those that have allowed genocidal intent to be established in other contexts".
[35] Tradução própria de: "the world's fastest-developing refugee emergency and a humanitarian and human rights nightmare".

situação humanitária, mostrando preocupação com a deslocação de milhares de pessoas para o Bangladesh (UNSC, 2017).

A dimensão humanitária da crise manifestou-se particularmente no número crescente de refugiados. Em 2017, estimava-se que cerca de 950 mil Rohingya deslocaram-se para o Bangladesh (United Nations High Commissioner for Refugees [UNHCR], 2018), resultado da entrada de aproximadamente 700 mil pessoas apenas entre agosto e dezembro daquele ano (International Organization for Migration [IOM], 2018). No final de 2018, o número ultrapassava 1,3 milhão (Inter Sector Coordination Group [ISCG], 2018a), refletindo a pressão sobre infraestruturas básicas, serviços de saúde, educação e condições de saneamento.

Entre 2019 e 2021, os campos de refugiados continuaram a expandir-se, mantendo um crescimento populacional constante devido à destruição das aldeias de origem e à persistência de violência esporádica dentro de Myanmar. Em 2022 e 2023, as estimativas internacionais apontaram para cerca de um milhão e meio de Rohingyas concentrados no Cox's Bazar, dependentes da AH para alimentação, abrigo, água potável e assistência médica (*Bangladesh*, sem data). Em 2024, os refugiados atingiram o seu número máximo, com cerca de um milhão e seiscentos Rohingya deslocados (*Bangladesh*, sem data), dependentes das ações das agências da ONU e dos seus parceiros, na culminação das suas necessidades básicas (UNHCR, 2024c).

De acordo com diversos relatórios da ONU e das organizações de direitos humanos, as forças de segurança do Myanmar cometeram atos sistemáticos de violência contra a população Rohingya, configurando graves violações dos direitos humanos, constituindo um genocídio. A Tabela 2 sintetiza as principais violações documentadas à população Rohingya, por parte do governo birmanês ao longo dos anos, tendo por base o relatório do Conselho dos Direitos Humanos da ONU.

Tabela 2

Principais violações dos direitos humanos cometidas contra os Rohingya

Artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948)	**Provas de violação (UNHRC, 2018)**
"Art. 3 - Todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal (...)."	Imposições de toque de recolher, a proibição do direito de livre circulação

“Art. 12 - Ninguém será sujeito à interferência em sua vida privada, em sua família, em seu lar ou em sua correspondência, nem a ataque à sua honra e reputação. Todo ser humano tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques (...).”	por espaços além dos definidos pelo estado e a instituição de trabalhos forçados.
“Art. 13 - Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada estado (...). ”	
Art. 23 - Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.”	
“Art. 5 - Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante (...).”	Prisões arbitrárias e tratamento desumano, incluindo tortura, nas cadeias e centros de detenção.
“Art. 9 - Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado. ”	
“Art. 7 - Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. (...).”	Privação por parte do estado do acesso dessa população à comida, saúde e educação adequados, ou seja, condições mínimas de vida. Além de ações do estado categorizadas como limpeza étnica, incluindo o assassinato de mais de 10.000 Rohingya e estupros coletivos de mulheres e crianças pelas forças armadas.
“Art. 21 - Todo ser humano tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país.”	
“Art. 15 - Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.”	Proibição da concessão de nacionalidade birmanesa.
“Art. 16 - Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, têm o direito de contrair matrimônio e fundar uma família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução.”	Necessidade de autorização estatal para contrair matrimônio.
“Art. 17 - Ninguém será arbitrariamente privado de sua propriedade.”	8.000 casas de Rohingyas destruídas em um ano (2012-2013) e restrições para a aquisição de propriedade.
“Art. 18 - Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, em público ou em particular (...). ”	Proibição da reunião entre 5 ou mais pessoas e assim, consequentemente, a proibição de cultos religiosos em mesquitas.

"Art. 19 - Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras (...). "	
"Art. 20 - Todo ser humano tem direito à liberdade de reunião e associação pacífica. "	

Nota. Em *A Perseguição ao Povo Rohingya e o Desrespeito aos Direitos Humanos em Myanmar* (pp. 216-217), de Lins & Ferraria, 2021.

Os dados apresentados na Tabela 2 evidenciam que as violações cometidas contra a população Rohingya não constituem episódios isolados, mas integram uma política de perseguição sistemática. Inúmeros relatos da população Rohingya, de como as autoridades de Myanmar atacaram, queimaram, assaltaram e violaram, revelam as diversas violações dos seus direitos humanos e uma perseguição sistemática. Uma mulher Rohingya contou: "o exército incendiou a minha casa, queimando viva a minha sogra idosa e cunhada, que era deficiente mental. Não conseguimos levá-las connosco quando os militares atacaram a aldeia"[36] (Office of the High Commissioner for Human Rights [OHCHR], 2017, p. 16). Um menino Rohingya de 12 anos contou:

> Eu estava em casa com o meu tio de 13 anos quando o exército invadiu a casa. Eles bateram-nos com paus, barras de metal e pontapés. Nós chorávamos, implorando por misericórdia. Um oficial do exército bateu-me com força com uma barra de metal no meu braço direito, causando ferimentos graves. Fomos arrastados para fora da casa, que foi incendiada. O meu tio, que tentou fugir, foi apanhado, espancado e atirado para dentro da casa em chamas[37]. (OHCHR, 2017, p.27)

Um adolescente de Yae Twin Kyun declarou:

[36] Tradução própria de: "The army set fire to my house, burning my elderly mother-in-law and a sister-in-law, who was mentally disabled, alive. We were unable to carry them with us, when the military attacked the village".

[37] Tradução própria de: "I was at home with my 13-year-old uncle, when the army broke into the house. They beat us with sticks, metal rods and kicks. We were crying, pleading for mercy. An army officer hit me hard with a metal rod on my right arm, causing severe injury. We were dragged out of the house, which was set on fire. My uncle, who attempted to flee was caught, beaten and thrown into a burning house".

> Disparavam de um helicóptero quando eu estava em Yae Khat Chaung Gwa Sona a visitar a minha avó. Eu estava em frente à casa dela, a brincar com outros rapazes quando o helicóptero chegou. Fui atingido pelo helicóptero, tal como outros rapazes[38]. (OHCHR, 2017, p.15)

As práticas de violência, exclusão e deslocação forçada ao longo dos anos refletem um padrão consistente de repressão estatal. Assim, a ONU, em dezembro de 2024, condenou as violações de direitos humanos, tal como expressou preocupação com a escalada da violência e o impacto sobre os Rohingya em Raquine, destacando a necessidade de responsabilização por crimes de violação dos direitos humanos em Myanmar (UNGA, 2024).

A Reação Internacional à Crise dos Rohingya

A intensificação do deslocamento forçado no Estado de Raquine, a partir de 2017, desencadeou uma resposta internacional marcada por condenações diplomáticas, pressão política e medidas restritivas contra Myanmar. Assim, organizações internacionais e diversos governos mostraram a sua indignação e descontentamento com o processo realizado contra os Rohingya. Contudo, Myanmar recusava tais afirmações de exclusão, tanto que, em 2017, Aung San Suu Kyi, líder do partido no poder, realizou um discurso, no qual questionava o porquê dos Rohingya estarem a fugir do país, referindo que havia muitas aldeias muçulmanas que estavam seguras e pacíficas.

Por sua vez, o Bangladesh recebia inúmeros refugiados Rohingya e, embora tenha assegurado o acolhimento dos refugiados, apelou à comunidade internacional e à ONU para a necessidade de enfrentar o problema e de criar uma solução pacífica e eficaz. Assim, Sheikh Hasina, a primeira-ministra do Bangladesh, em 2017 pediu "que organizações internacionais se unam nessa iniciativa. Eu também procuro a assistência [de outras nações] para ajudar a realojar os Rohingyas em abrigos". A Associação de Nações do Sudeste Asiático também emitiu uma declaração, a pedir que o governo de Myanmar pusesse fim à violência e que se certificasse de que a população estivesse segura (Association of Southeast Asian Nations, 2017). Ainda que condenassem as ações de Myanmar, a abordagem da Associação de Nações do Sudeste Asiático regeu-se pelo princípio de não interferência e de apoio a Myanmar numa tentativa de estabelecer a paz.

A nível mundial, o secretário de Estado dos Estados Unidos da América, Rex Tillerson, em novembro de 2017, declarou que "a situação no norte do estado de Raquine constitui uma limpeza

[38] Tradução própria de: "They were shooting from a helicopter when I was in Yae Khat Chaung Gwa Son, visiting my grandmother. I was in front of her house, playing with some other boys when the helicopter came. I was shot from the helicopter, other boys were too".

étnica contra os rohingyas"[39]. Adicionalmente, também referiu a ideia de responsabilizar os autores dos atos, por meio da lei norte-americana e da possibilidade de aplicar sanções. A União Europeia também respondeu ativamente. Em 2017, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução, na qual condenava os ataques ocorridos em Raquine, apelando ao cessar imediato das ações contra os Rohingyas, tal como pediu que Myanmar permitisse o acesso das forças humanitárias (Parlamento Europeu, 2017).

Já no início de 2018, apoiou a iniciativa de Myanmar de receber voluntariamente os refugiados, enfatizando a necessidade de assegurar condições de segurança, responsabilização e respeito pelo direito no estado de Raquine (Conselho da União Europeia, 2018a). Simultaneamente, condenou a persistência das violações graves e sistemáticas dos direitos humanos, impondo sanções direcionadas contra os indivíduos responsáveis por essas ações (Conselho da União Europeia, 2018b).

Outros países levaram a condenação de Myanmar a outros patamares. A Gâmbia atuou no plano judicial: apresentou uma ação contra Myanmar no Tribunal Internacional de Justiça, alegando que o país estava a cometer um genocídio contra a população Rohingya. Ao mesmo tempo, referiu que o país não fez nenhum esforço para identificar os responsáveis pelos atos cometidos e pela responsabilização dos mesmos e pedia que se assegurasse os meios de proteção aos Rohingyas (International Court of Justice, 2019). Este processo destaca-se como uma tentativa de responsabilizar Myanmar ao abrigo da Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, exigindo medidas provisórias de proteção e de responsabilização.

Em suma, a primeira reação internacional à crise dos Rohingya compreendeu um leque de medidas, tanto diplomáticas, políticas como jurídicas e sanções internacionais. Apesar das diversas respostas, a sua eficácia foi altamente limitada pela negação de Myanmar dos acontecimentos, pelo princípio de não interferência adotado e pelas restrições regionais. Na próxima secção, vamos falar como os mecanismos adotados, em conjunto, pela ONU e pelas ONG contribuíram para ultrapassar estes desafios e responder à CH dos Rohingya.

[39] Tradução própria de: "The situation in northern Rakhine state constitutes ethnic cleansing against the Rohingya".

Capítulo III: A Cooperação entre a ONU e as ONG na Crise Humanitária dos Rohingya

Este capítulo apresenta os resultados obtidos da análise dos documentos relativos à resposta humanitária provida aos Rohingya, no contexto do estudo realizado.
Os resultados são apresentados de forma analítica e sistemática, resultantes das tabelas presentes nos apêndices. Seguem as três dimensões analíticas - os *Modelos de Cooperação*, os *Mecanismos Operacionais* e os *Desafios e Limites* - que estruturam a apresentação e discussão dos resultados. A partir desta análise, identificaram-se padrões e regularidades, que permitiram chegar às conclusões apresentadas.

Assim, a secção encontra-se organizada em duas grandes divisões. A primeira dedica-se à descrição e apresentação dos dados recolhidos. Por sua vez, a segunda secção descreve os resultados da investigação à luz da interdependência. Com efeito, analisam-se os resultados e conclusões empíricas obtidas a partir da análise documental, pretendendo-se perceber o carácter de interdependência que estrutura a cooperação entre a ONU e as ONG.

Na maioria dos documentos analisados, a segunda dimensão *Mecanismos Operacionais* é aquela que apresenta mais evidência, seguida pela dimensão *Modelos de Cooperação* e posteriormente pela dimensão relativa aos *Desafios e Limites*. Desse modo, a dimensão *Modelos de Cooperação* está presente nos documentos dos 5 organismos analisados - Joint Response Plan, OCHA, UNHCR, ISCG e dos Cluster ativos -, sobretudo nos documentos do UNHCR (2019, 2020, 2022, 2023b) e do JRP (ISCG, 2017b, 2018a, 2019a, 2020a, 2021a, 2021b, 2023, 2024b, 2025b). A dimensão dos *Mecanismos Operacionais*, encontra-se especialmente nos relatórios do OCHA (2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024) e do ISCG (2019c, 2019i, 2019j, 2020b, 2020c, 2020d, 2020f, 2020h, 2020i, 2021c, 2021d, 2021e, 2021f, 2024a, 2025a). Por fim, as evidências da terceira dimensão concentram-se essencialmente nos relatórios do ISCG (ISCG, 2018i, 2018m, 2019b, 2019d, 2019e, 2020j, 2021h, 2021i), conforme evidenciado no Apêndice 4.

Na primeira dimensão, as evidências concentram-se principalmente sobre as estruturas formais, nomeadamente, sobre o ISCG (2017b, 2017d, 2020a, 2021a, 2021b, 2023, 2024b, 2025b). Além disso, também apresenta diversas evidências sobre a liderança (ISCG, 2017b, 2018a, 2019a, 2020a, 2021a, 2021b, 2023a, 2024b, 2025a), tanto dos setores como dos projetos realizados. A segunda dimensão é definida pelo grande número de indícios sobre entrega de serviços e de missões conjuntas (ISCG, 2018f, 2019g, 2020i, 2021e, 2025a; Nutrition Sector Cox's Bazar, 2023; UNHCR, 2023a). A

dimensão *Desafios e Limites* apresenta essencialmente indícios sobre a burocracia institucional imposta pelo Estado acolhedor dos refugiados (ISCG, 2018j, 2019b, 2019g, 2020c, 2021h) e algumas falhas de coordenação entre os atores dos diversos setores presentes nos campos de refugiados (ISCG, 2017a, 2018b, 2019d, 2019e, 2020g, 2021f).

Dimensão *Modelos de Cooperação*

A primeira dimensão, através das evidências recolhidas, apresenta os padrões descritos como demonstrado na Tabela 3. Com as evidências sobre as estruturas formais de cooperação, percebe-se que o ISCG é o modelo de cooperação com mais presença nos documentos, seguido pela ocorrência da cooperação vertical e horizontal. Tanto o Cluster approach como o HCT são mencionados raramente. O cluster approach é mencionado duas vezes, no Global Report da UNHCR (UNHCR, 2019, 2022), ao referir os clusters como a ferramenta que permitiu às pessoas deslocadas internas obter ajuda humanitária. Por outro lado, o HCT é mencionado no Global Humanitarian Overview do OCHA (OCHA, 2021, 2022, 2024), no qual se verifica um aumento da participação das ONG, tanto internacionais como nacionais.

A liderança da resposta fornecida, bem como a dos setores, é exclusivamente da ONU. No entanto, verificam-se duas exceções: a primeira, relativamente ao setor da educação cuja liderança é partilhada com a ONG SC (ISCG, 2017c, 2017e, 2018a, 2018f, 2018l, 2019a, 2020a, 2021a, 2021b, 2023, 2024b, 2025b); e a segunda, a coliderança do UNHCR e IOM, no campo de refugiados em 2023 (UNHCR, 2024b). A AH é organizada verticalmente, verificando-se a organização vertical dos setores (ISCG, 2017b, 2018e, 2020a, 2023, 2024b, 2025b; UNHCR, 2020, 2025), além de que diversas atividades, mecanismos e os projetos aplicados no campo de refugiados também são coordenados verticalmente (ISCG, 2023, 2024b, 2025b). A cooperação horizontal (Education Sector Cox's Bazar, 2023; ISSG, 2017b, 2019a, 2020a, 2021b) não é tão evidente na resposta humanitária aos Rohingya, no entanto, nas poucas evidências, verifica-se entre as agências da ONU para a melhoria da mesma como, por exemplo, entre a UNICEF, WFP e UNHCR (UNHCR & WFP, 2021).

Tabela 3

Síntese dos resultados obtidos da dimensão Modelos de Cooperação

Elementos Analisados	Atores Envolvidos	Padrão Identificado
Coordenação da resposta humanitária	ISCG, ONU e ONG	A coordenação da resposta humanitária ocorre através do ISCG

Liderança dos setores	ONU e ONG	Predominância da ONU e participação pontual das ONG (setor da educação)
Estrutura das relações	ONU e ONG	Cooperação maioritariamente vertical
Relação entre setores	ONU-ONU, ONG-ONG e ONU-ONG	Relação vertical, mas verifica-se a existência de cooperação e relação horizontal

Nota. Desenvolvida pela autora.

Dessa forma, conclui-se que a cooperação entre a ONU e as ONG apresenta-se predominantemente de natureza vertical, sendo a AH predominantemente controlada pela ONU. Já a coordenação de toda a resposta humanitária só é possível porque o ISCG assume esse papel, trabalhando lado a lado com a ONU. Em termos de liderança, a ONU assume este papel, tanto nos projetos aplicados como nos setores dos campos de refugiados, existindo uma co-lead no setor da educação. Apesar desta estrutura hierarquizada, também se verificam algumas iniciativas e projetos organizados horizontalmente. Analiticamente, deduz-se que a resposta humanitária é estruturada pelo ISCG, com a liderança maioritariamente assumida pelas agências da ONU, com uma estrutura essencialmente vertical.

Segundo a interdependência complexa, há a existência de múltiplos canais de interação na sociedade (Bharti, 2023; Keohane & Nye, 2011b). Posto isto, na AH existem múltiplos canais de interação entre os atores humanitários, incluindo a cooperação vertical e horizontal, formando uma rede complexa. A cooperação vertical é um dos canais mais importantes, uma vez que, através do mesmo, estabelecem-se os mecanismos de coordenação central, como os clusters, planos e projetos conjuntos e os setores do campo de refugiados. Em termos estruturais, a cooperação vertical constitui o eixo organizador da resposta humanitária.

A cooperação horizontal, ainda que não tão utilizada, também se demonstra um canal de interação substancial, nomeadamente para o trabalho interno das agências da ONU e da relação entre as ONG. Além de que, no setor da educação este canal é indispensável para a organização do setor, dado que a sua liderança é partilhada, fazendo com que a ONU e a ONG SC trabalhem no mesmo patamar hierárquico. As estruturas formais, como o estabelecimento do ISCG no campo de atuação, demonstram-se um elemento essencial deste canal, pois permitem a coordenação da resposta humanitária fornecida.

Portanto, conclui-se que a resposta humanitária funciona como uma rede complexa, onde os dois canais de interação presentes são fundamentais para o desenvolvimento e apresentação da AH. Ademais, estes canais de interação comprovam-se fundamentais para o desenvolvimento da cooperação ONU-ONG, pois sem os mesmos, não seria possível o desenvolvimento e entrega de uma resposta humanitária eficaz.

Dimensão *Mecanismos Operacionais*

Os resultados da análise dos documentos, demonstrados na Tabela 4, apresentam maioritariamente evidências das missões conjuntas e da entrega de serviços humanitários. Nos documentos analisados, a missão conjunta das duas instituições traduz-se na melhoria da AH fornecida. Por exemplo, ocorreu a instalação de lavatórios (ISCG, 2020a), a distribuição de refeições (ISCG, 2018f), e através das mesmas garantiu-se os parâmetros das atividades (ISCG, 2019c) e a revisão da resposta humanitária (ISCG, 2020d). A entrega de serviços mostrou-se bastante evidente, nomeadamente por parte das ONG. De forma a ilustrar, a construção de infraestruturas de saúde (ISCG, 2023), a instalação de fontes de água (ISCG, 2017b) e a melhoria da capacidade de projetos pelas ONG (ISCG, 2020a) são exemplos dos trabalhos conduzidos pelas ONG.

A partilha de informação, mecanismos e serviços possui poucas evidências, contudo, verificam-se essencialmente no uso conjunto de mecanismos. O uso da rádio e da *network* da ONU pelas ONG (ISCG, 2018c, 2018d), é um exemplo desta partilha. A modo de exemplo, a recolha de bens higiénicos pela ONU e entrega pelas ONG (ISCG, 2020h, 2021g), na prática, a coordenação logística (Health Sector Cox's Bazar, 2023; ISCG, 2017b, 2018a, 2019c, 2019i, 2020f, 2020i, 2021a, 2021b, 2021f, 2024b, 2025b) assumiu uma divisão da resposta humanitária, mesmo que mais pequena. Em sequência, os indícios do financiamento conjunto compilam-se nos documentos da OCHA, como evidenciado no Apêndice 2. Assim, o financiamento é centralizado na ONU, isto é, as doações são feitas para a ONU, através do Fundo Central de Resposta a Emergências (CERF) e das *pooled funds*, e usadas com os seus parceiros (OCHA, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022). Desse modo, as missões conjuntas e entrega de serviços são os mecanismos dominantes e a partilha de informação e financiamento conjunto são mecanismos complementares nesta relação ONU-ONG.

Tabela 4

Síntese dos resultados obtidos da dimensão Mecanismos Operacionais

Elementos Analisados	Atores Envolvidos	Padrão Identificado
Missões conjuntas	ONU e ONG	Uso recorrente para entregar os melhores serviços e para analisar e avaliar a resposta humanitária fornecida
Entrega de serviços humanitários	ONU, ONG e ONU-ONG	ONG responsáveis por grande parte da implementação dos serviços humanitários em todos os setores
Partilha de informação e de mecanismos	ONU-ONU, ONG-ONG e ONU-ONG	Troca essencialmente de mecanismos operacionais
Coordenação logística	ONU-ONG	Geralmente a ONU recolhe e organiza os recursos e as ONG asseguram a distribuição no terreno
Financiamento conjunto	ONU e ONG	Fundos utilizados conjuntamente

Nota. Desenvolvida pela autora.

Assim, a cooperação entre os dois concretiza-se sobretudo através dos mecanismos formais e operacionais integrados na resposta humanitária. As ONG atuam sob a alçada da ONU, sendo os seus parceiros operacionais e implementadores. Apesar disso, as ONG mantêm projetos próprios e asseguram a entrega de serviços fundamentais à população afetada em muitos casos de forma autónoma, assegurando a qualidade da resposta humanitária oferecida aos Rohingya. As missões conjuntas mostram-se essenciais para entregar projetos e por consequência serviços mais completos, bem como para analisar e avaliar a resposta humanitária fornecida.

Como referido no quadro teórico, numa situação de interdependência, a dimensão da sensibilidade é a rapidez e a força com que um ator lida com as decisões tomadas por outro ator (Cademartor & Santos, 2016; Keohane & Nye, 2011a; Rana, 2015), portanto, na relação ONU-ONG, verificamos que a ação de um ator (ONU ou ONG) afeta diretamente a eficácia e a qualidade da resposta humanitária. À vista disso, os resultados obtidos nesta dimensão demonstram o quanto estes dois atores são sensíveis um a outro. Ou seja, a ONU é sensível à capacidade operacional das ONG, enquanto as ONG são sensíveis às decisões, regras e procedimentos da ONU. Em outras palavras, os elementos como a entrega de serviços, a partilha de informação, a coordenação logística e as missões conjuntas identificados na análise demonstram a sensibilidade desta relação.

Por exemplo, se as ONG não entregarem os serviços planeados e não cumprirem com a sua parte nas missões conjuntas, a AH entregue pela ONU fica sensibilizada e sofre um impacto. Pela perspetiva das ONG, o mesmo acontece caso a ONU tome uma decisão inesperada, isto é, nas situações de coordenação logística e de partilha de informação, o incumprimento das suas tarefas, como por exemplo, da recolha dos bens na coordenação logística e corte na partilha de um mecanismo, afeta diretamente a resposta fornecida pelas ONG. Em consequência disso, os dois atores humanitários são sensíveis às ações um do outro, pois afeta imediatamente a qualidade e eficácia da resposta humanitária fornecida por cada um deles e conjuntamente.

Dimensão *Desafios e Limites*

Apesar desta dimensão surgir com menor frequência comparativamente às anteriores, obtiveram-se resultados empíricos consistentes e convergentes, tal como refletido nos resultados apresentados na Tabela 5. Dessa maneira, a terceira dimensão apresentou diversas evidências empíricas em todos os documentos analisados, com a exceção dos documentos do OCHA, conforme apresentado nos Apêndices 1, 3, 4 e 5.

A burocracia institucional, implementada sobretudo pelo governo hospedeiro dos refugiados Rohingya, reflete-se na demora da aprovação dos vistos para as ONG (ISCG, 2021i, 2021h), na autorização de distribuição de *kits* (ISCG, 2020i, 2020j) e na aprovação do material de trabalho e dos projetos dos parceiros humanitários (ISCG, 2017b, 2018k, 2018l, 2019k, 2022). Ainda assim, verifica-se uma grande sensibilidade operacional da ONU face à capacidade implementadora das ONG.

No que toca às falhas de coordenação, estas verificam-se menos, mas a maioria das evidências correspondem à rede móvel, *network* e rádio da ONU ser inacessível pelas ONG, devido a problemas técnicos e de conexão (ISCG, 2018b, 2019d, 2019h, 2019f, 2020e). Também há registo de falta de coordenação de projetos e dos setores (ISCG, 2021f), tal como entre os parceiros no campo de refugiados. A sobreposição de mandatos não é recorrente, mas verificou-se uma duplicação de serviços de saúde (ISCG, 2019b, 2019g).

Tabela 5

Síntese dos resultados obtidos da dimensão Desafios e Limites

Elementos Analisados	Atores Envolvidos	Padrão Identificado
Falhas de coordenação	ONU e ONG	Falta de coordenação nos projetos e nos setores

Sobreposição de mandatos	ONU e ONG	ONU e ONG a entregar os mesmos serviços e a realizar os mesmos serviços
Burocracia institucional	ONU, ONG e governo do Bangladesh	A burocracia imposta dificulta a resposta humanitária

Nota. Desenvolvida pela autora.

Por mais que se verifique que a cooperação da ONU e das ONG detenha diversos mecanismos para esta ocorrer sem percalços, também se constatou alguns desafios e limites à mesma. A burocracia imposta pelo Estado, particularmente durante o período da Covid-19, nos processos de concessão de vistos e de licenças, limitou e atrasou a atuação dos parceiros humanitários. As falhas de coordenação e a sobreposição de mandatos registados, implicaram uma coordenação inconsistente nos setores e nas suas atividades e projetos. As decisões externas (do Estado do Bangladesh), juntamente com as falhas operacionais de coordenação, condicionaram a AH no campo de refugiados e por consequência a cooperação ONU-ONG.

A terceira dimensão valida a dimensão da vulnerabilidade na cooperação ONU-ONG. A vulnerabilidade é a capacidade dos atores lidarem com as decisões tomadas externamente à interdependência (Keohane & Nye, 2011a; Spindler, 2014), o que neste caso se reflete nas decisões tomadas pelo governo do Bangladesh e pelos doadores. As ONG são altamente vulneráveis devido ao financiamento gerido pela ONU, bem como às permissões legais e decisões do Bangladesh. Já a ONU é dependente das decisões do Estado do Bangladesh, como a aprovação dos materiais e dos seus parceiros humanitários.

Em outras palavras, a instituição internacional tem de se adaptar às decisões externas, pois as mesmas afetam a AH. Assim, a vulnerabilidade da interdependência ONU-ONG demonstra-se através da dimensão *Desafios e Limites*, nas evidências recolhidas sobre as ações do Estado do Bangladesh sobre os atores humanitários, o que faz com que haja uma necessidade de se adaptarem a estas mudanças, para não afetar a resposta fornecida, tal como a sua qualidade. Consequentemente, o Estado de Bangladesh atua como um constrangimento externo à cooperação, evidenciando a vulnerabilidade e dependência desta relação.

A Interdependência na Cooperação ONU - ONG no Caso dos Rohingya

Após a apresentação dos resultados por dimensão, importa agora proceder a uma leitura transversal do caso à luz dos conceitos centrais da teoria da Interdependência Complexa. Esta síntese permite identificar de que forma a interação entre a ONU e as ONG na crise dos Rohingya revela as

dinâmicas de interdependência, bem como a distribuição de custos e benefícios entre os atores envolvidos. De modo a sistematizar a articulação entre os conceitos centrais da teoria e os resultados empíricos, apresenta-se a Tabela 6, que sintetiza a correspondência entre os conceitos da Interdependência Complexa, as dimensões observadas e as evidências documentais identificadas.

Tabela 6

Operacionalização da Interdependência Complexa na cooperação ONU-ONG no caso Rohingya

Conceito Teórico	Dimensão Observável	Evidência Empírica
Múltiplos canais de interação	Modelos de Cooperação	Cooperação vertical via ISCG e ONU
		ONG SC co-lead no setor da educação
		Cooperação entre as agências da ONU
Sensibilidade	Mecanismos Operacionais	Dependência da ONU referente à capacidade implementadora das ONG
		ONG sensíveis às decisões, procedimentos e regras da ONU
Vulnerabilidade	Desafios e Limites	Dependência financeira das ONG
		Restrições impostas pelo governo do Bangladesh
Interdependência assimétrica	Modelos de Cooperação, Mecanismos Operacionais e Desafios e Limites	Liderança normativa e controlo financeiro da ONU
		Controlo operacional das ONG
		Distribuição de poder desigual, mas dependência mútua
Relação benefícios/custos	Modelos de Cooperação, Mecanismos Operacionais e Desafios e Limites	Benefícios: eficácia e qualidade garantida da resposta humanitária
		Custos: perda de autonomia das ONG e custos de coordenação da ONU

Nota. Desenvolvida pela autora.

Após a análise das três dimensões e com os seus resultados, depreende-se que, apesar da relação ONU-ONG ser de dependência mútua em diferentes parâmetros, não há igualdade em termos de poder na cooperação ONU-ONG. Assume uma forma de interdependência assimétrica. Por outras palavras, a ONU detém uma maior capacidade de controlo sobre os recursos e na definição das

prioridades humanitárias, enquanto as ONG apresentam maior vulnerabilidade estrutural. A ONU assume o papel de liderança, ao definir como a AH vai decorrer e ao organizar onde e como os outros atores humanitários devem estar. Além de que, controla e distribui os recursos financeiros aos seus parceiros.

Em contrapartida, as ONG, embora grandes parceiras operacionais, não têm poder normativo como a ONU, não podendo estruturar os próprios projetos e atividades sem a aprovação da mesma. Esta assimetria traduz uma distribuição desigual de poder, mas não elimina a dependência mútua. A ONU depende da capacidade operacional das ONG, enquanto estas últimas dependem estruturalmente do financiamento e da legitimidade institucional assegurada pela ONU. Assim, na cooperação ONU-ONG há uma desigualdade hierárquica, que não elimina a interdependência, sendo esta funcional para a entrega da resposta humanitária à população Rohingya.

A dependência mútua, da cooperação ONU-ONG, ainda que assimétrica, interliga-se ao facto da incapacidade de liderar unilateralmente numa situação de interdependência (Spindler, 2014). As ONG não conseguem liderar a AH sozinhas, e necessitam de apoio para entregar a melhor resposta possível. Ou seja, as ONG não conseguem cumprir os objetivos humanitários autopropostos e entregar uma AH de qualidade, isto porque as ONG só têm a capacidade operacional. Desse modo, a ONU tem o poder normativo e legítimo e a capacidade financeira, o que permite a melhoria da resposta fornecida. Isto posto, mesmo que seja uma relação assimétrica, a ONU é imprescindível para a eficácia da AH oferecida, numa situação de interdependência.

Keohane & Nye (2011a) consideram que numa conjuntura de interdependência complexa, as interações realizadas impõem implicações, isto é, todas as ações tomadas, sejam estas individuais ou em conjunto, acarretam custos aos atores envolvidos, apesar dos benefícios obtidos. Em termos analíticos, a interdependência complexa experienciada entre a ONU e as ONG, como referido anteriormente, permite a entrega da AH eficazmente e de qualidade, além de cumprir com os seus objetivos humanitários para a crise dos Rohingya. Assim sendo, tanto a ONU como as ONG obtêm benefícios desta interação.

No entanto, também se constatam custos associados a esta interação, designadamente a dependência financeira e a perda de autonomia operacional por parte das ONG. Para a ONU decorrem custos associados à coordenação e à dependência operacional face às ONG. Simultaneamente, os custos podem conferir-se nas falhas de coordenação e duplicação de mandatos, tal como na possibilidade das tensões burocráticas e no risco reputacional. Em outras palavras, se um ator falhar em algum parâmetro da resposta humanitária, o outro ator é automaticamente associado à falha e perde legitimidade.

Contudo, os benefícios alcançados, como a entrega da resposta humanitária proporcionada aos Rohingya eficazmente, são mais importantes na cooperação ONU-ONG, sendo superiores aos custos institucionais e operacionais identificados.

Sucintamente, a cooperação ONU-ONG é uma situação de interdependência, marcada pela dependência mútua, mas assimétrica. Isto é, à medida que os dois atores humanitários necessitam um do outro em diferentes níveis, todavia há um claro desequilíbrio de poder. Também se verifica a existência de diversos múltiplos canais de interação, como a cooperação vertical e horizontal, essenciais para a relação ONU-ONG e para a organização da resposta humanitária. A vulnerabilidade e a sensibilidade idem, detetando-se na exigência da adaptabilidade conforme as decisões tomadas pelo Estado de Bangladesh, na dependência financeira das ONG diante da ONU e da dependência humanitária e operacional da ONU, respetivamente. Em termos analíticos, o caso dos Rohingya confirma que a cooperação ONU-ONG não pode ser compreendida como mera coordenação funcional, mas sim como uma relação estrutural de interdependência complexa, marcada por assimetrias de poder, distribuição desigual de custos e benefícios e múltiplos canais de interação que sustentam a resposta humanitária.

Conclusão

A presente investigação procurou compreender como é que a cooperação entre a ONU e as ONG contribuiu para a resposta humanitária à crise dos Rohingya, analisando a estrutura da relação, os mecanismos utilizados e os desafios enfrentados. Através da metodologia dedutiva fundamentada na tabela de operacionalização da cooperação, os documentos técnicos foram interpretados para demonstrar como esta relação induz a eficácia e qualidade da resposta humanitária prestada.

No primeiro capítulo, foi realizada a operacionalização dos conceitos estruturantes humanitários e a familiarização com a lente teórica de Keohane e Nye. Esta base foi essencial para compreender que a interdependência não é apenas um conceito abstrato e a dimensão e complexidade da crise humanitária que íamos estudar. O segundo capítulo, ao descrever o percurso histórico da comunidade Rohingya, desde o reino de Mrauk-U até às perseguições sistemáticas sofridas pela população, forneceu a base empírica necessária para contextualizar a gravidade da crise e a urgência da resposta humanitária, bem como da cooperação entre a ONU e as ONG. Por fim, o último capítulo especifica os resultados empíricos obtidos da análise sistemática aos documentos, tal como as principais conclusões sobre a cooperação entre a ONU e as ONG.

Assim, pretendeu-se responder à seguinte pergunta de investigação "Como é que a cooperação entre a Organização das Nações Unidas e as Organizações Não-Governamentais contribuiu para a resposta humanitária à crise dos Rohingya?". A análise demonstrou que a cooperação ONU-ONG organiza-se verticalmente sob a alçada do ISCG, que coordena todos os atores humanitários e projetos desenvolvidos. Podendo-se afirmar que a cooperação entre a ONU e as ONG contribuiu positivamente para a resposta humanitária.

O estabelecimento da organização vertical entre os diversos atores humanitários, isto é, o facto das diversas ONG responderem e seguirem a liderança da ONU, imprimiu um carácter legítimo à AH. A co-lead no setor da educação permitiu que a mobilização de atores, recursos e atividades ocorresse de modo abrangente, devido às distintas visões da ONU e das ONG. Já as missões conjuntas e o fornecimento dos serviços pelas ONG, tornaram a AH mais completa e permitiram que a população Rohingya acedesse aos serviços com mais facilidade e em maior quantidade. Ademais, o financiamento conjunto foi essencial para o decorrer da resposta humanitária, visto que concedeu os meios necessários para o desenvolvimento dos projetos, atividades, mecanismos e dos serviços, tanto do domínio da ONU como das ONG. Por fim, as diferentes funções assumidas, isto é, a de regular e controlar da ONU e a de

operacionalização das ONG, viabilizaram a organização formal da resposta humanitária, bem como a separação de poderes.

Portanto, através destes padrões consegue-se perceber que o porquê da cooperação ONU-ONG ter sido fundamental para a resposta humanitária aos Rohingya. Sem a cooperação, a resposta humanitária entregue seria incompleta. Ou seja, a AH sendo só fornecida pelas ONG, como no início desta crise, somente alcançava uma parte da população afetada. Diante disso, a participação e coordenação da ONU elevou a qualidade, o alcance e a formalização da resposta. Além disso, também disponibilizou mais serviços, abrangendo toda a população Rohingya afetada.

O financiamento da ONU compartilhado com as ONG possibilitou que os serviços das ONG fossem concluídos, pois o orçamento das mesmas não permite a realização de projetos de grande escala. Por último, a participação da ONU legitimou a resposta humanitária dos Rohingya, pois a capacidade operacional das ONG, ainda que importante, não é suficiente para obter ajuda externa, como a do Estado do Bangladesh, e de outros mecanismos. Assim sendo, conclui-se que a cooperação entre a ONU e as ONG contribuiu positivamente para a qualidade, abrangência e eficácia da resposta humanitária entregue. A união entre as duas instituições possibilitou a ampliação da AH prestada nos diferentes domínios, permitindo uma melhor resposta humanitária para os Rohingya.

Assim, os resultados obtidos pela análise confirmam os princípios da teoria, mas com especificidades no contexto humanitário. A cooperação entre a ONU e as ONG é uma situação de interdependência mútua assimétrica. Isto porque ambos os atores institucionais detêm poder na entrega da resposta humanitária, ainda que em níveis distintos hierárquicos. A relação marcada pelos diversos canais de interação e pelas dimensões de sensibilidade e vulnerabilidade demonstra que se trata de um vínculo que traz tantos benefícios como custos. Embora existam múltiplos canais de interação entre os atores humanitários, estes configuram-se de forma hierárquica, com a ONU a assumir as funções centrais.

A dependência mútua não inviabiliza a sensibilidade e a vulnerabilidade desta relação. Dessa forma, a ONU demonstra-se dependente face à implementação efetuada pelas ONG e, por outro lado, as ONG são dependentes de recursos financeiros e enquadramento institucional provido pela ONU. Por último, esta relação de interdependência não é equilibrada, uma vez que a ONU detém a maior capacidade de controlo enquanto as ONG ocupam uma posição mais dependente. Portanto, o caso estudado evidencia que em contextos humanitários a interdependência tende a ser estruturada por relações hierárquicas e desigualdades de poder.

Embora exista um corpo relevante de literatura sobre a interação entre as organizações internacionais, nomeadamente a ONU e as ONG, a análise tem permanecido centrada na colaboração entre os dois atores e de forma superficial. Dessa maneira, permanece limitada a compreensão sobre a cooperação entre a ONU e as ONG no mundo humanitário, não existindo conhecimento aprofundado sobre as repercussões da cooperação na resposta humanitária entregue, tal como quais os modelos de cooperação, mecanismos utilizados e as dificuldades sentidas nesta ação. Face a esta limitação, o presente estudo aprofundou-a, apresentando conclusões sobre como a cooperação ONU-ONG ocorre e se organiza para entregar a resposta humanitária. Além disso, também contribui para perceber quais os desafios enfrentados pelos dois e o modo como esta auxilia a resposta humanitária, além de que introduz uma leitura sob a lente teórica da interdependência complexa.

Não obstante os contributos deste estudo, importa reconhecer um conjunto de limitações, que se prendem com a escassez de documentos técnicos. A natureza das fontes primárias baseia-se essencialmente em documentos oficiais da ONU e do ISCG, que refletem uma narrativa institucional e formal da resposta humanitária. Desse modo, reconhece-se que estes documentos podem ocultar as tensões políticas e as falhas operacionais. Já a ausência de documentação autónoma das ONG sugere uma atuação sob as diretrizes e molduras das organizações internacionais, confirmando a sua posição como parceiras de implementação no sistema.

Face às conclusões apresentadas e às limitações metodológicas identificadas, abrem-se caminhos pertinentes para o aprofundamento deste debate académico. Em primeiro lugar, sugere-se a realização da análise comparativa entre a resposta à crise dos Rohingya e a outras crises humanitárias, de modo a aferir se os padrões de interdependência aqui observados são sistémicos ou condicionados pelas especificidades da crise humanitária. Torna-se igualmente pertinente analisar a cooperação sob a ótica do trabalho realizado estreitamente pelas ONG, nomeadamente as locais. Por último, propõe-se a análise destes dados à luz de lentes teóricas mais clássicas, para avaliar de que forma os pressupostos clássicos das relações internacionais interpretam a cooperação ONU-ONG e contrastam com as conclusões obtidas pela análise da interdependência complexa.

Bibliografia

Fontes Primárias

Association of Southeast Asian Nations. (2017, setembro 23). *Chairman's Statement on the humanitarian situation in Rakhine State* [Comunicado de Imprensa]. https://asean.org/asean-chairmans-statement-on-the-humanitarian-situation-in-rakhine-state/

Birmânia. (1947). *Constituição da República da União da Birmânia*. http://www.myanmar-law-library.org/law-library/laws-and-regulations/constitutions/1947-constitution.html

Conselho da União Europeia. (2018a, 25 de junho). *Mianmar/Birmânia: A UE sanciona sete pessoas—Altos responsáveis militares, membros da polícia e da guarda de fronteiras—Responsáveis por violações graves dos direitos humanos contra a população roinja ou elas associadas.* [Comunicado de Imprensa]. https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2018/06/25/myanmar-burma-eu-sanctions-7-senior-military-border-guard-and-police-officials-responsible-for-or-associated-with-serious-human-rights-violations-against-rohingya-population/

Conselho da União Europeia. (2018b, 21 de dezembro). *Mianmar/Birmânia: UE acrescenta à lista de sanções sete militares e elementos da guarda de fronteiras responsáveis por violações dos direitos humanos* [Comunicado de Imprensa]. https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2018/12/21/myanmar-burma-eu-adds-7-military-and-border-guard-police-officials-responsible-for-human-rights-violations-to-sanctions-list/

Education Sector Cox's Bazar. (2023). *Education Sector Strategy 2022: Rohingya Humanitarian Response*. https://rohingyaresponse.org/wp-content/uploads/2023/10/Education-Sector-Strategy-2022-Rohingya-Response.pdf

Health Sector Cox's Bazar. (2023). *Health Sector Strategic Plan 2023-2024: Rohingya Humanitarian Response*. https://rohingyaresponse.org/wp-content/uploads/2023/04/Health-Sector-Strategic-Plan-2023-2024.pdf

International Organization for Migration. (2018). *IOM Bangladesh: Rohingya Refugee Crisis Response external update*. https://bangladesh.iom.int/sites/g/files/tmzbdl1006/files/documents/2018-03-15-iom-rohingya-crisis-response-external-sitrep.pdf

Inter-Sector Coordination Group. (2017a). *2017 Monitoring Report: Rohingya Refugee Crisis Response Plan*. https://reliefweb.int/report/bangladesh/2017-monitoring-report-rohingya-refugee-crisis-response-plan

Inter-Sector Coordination Group. (2017b). *Humanitarian Response Plan (JRP) for Rohingya Humanitarian Crisis in Bangladesh - 2017*. https://data.unhcr.org/en/documents/details/111242

Inter-Sector Coordination Group. (2017c). *ISCG Situation Report: Rohingya Refugee Crisis, Cox's Bazar | 26 November 2017*. https://reliefweb.int/report/bangladesh/iscg-situation-report-rohingya-refugee-crisis-cox-s-bazar-26-november-2017

Inter-Sector Coordination Group. (2017d). *ISCG Situation Report: Rohingya Refugee Crisis, Cox's Bazar | 31 December 2017*. https://reliefweb.int/report/bangladesh/iscg-situation-report-rohingya-refugee-crisis-cox-s-bazar-31-december-2017

Inter-Sector Coordination Group. (2017e). *ISCG Situation Update: Rohingya Refugee Crisis, Cox's Bazar | 29 October 2017*. https://reliefweb.int/report/bangladesh/iscg-situation-update-rohingya-refugee-crisis-cox-s-bazar-29-october-2017

Inter-Sector Coordination Group. (2018a). *2018 Joint Response Plan for Rohingya Humanitarian Crisis*. https://rohingyaresponse.org/project/2018-jrp/

Inter-Sector Coordination Group. (2018b). *ISCG Situation Report: Rohingya Refugee Crisis, Cox's Bazar | 1 November 2018 (covering 9-29 October)*. https://reliefweb.int/report/bangladesh/iscg-situation-report-rohingya-refugee-crisis-cox-s-bazar-1-november-2018-covering

Inter-Sector Coordination Group. (2018c). *ISCG Situation Report: Rohingya Refugee Crisis, Cox's Bazar | 02 August 2018 (covering 17th—30th July)*. https://reliefweb.int/report/bangladesh/iscg-situation-report-rohingya-crisis-coxs-bazar-02-august-2018-covering-17th-30th

Inter-Sector Coordination Group. (2018d). *ISCG Situation Report: Rohingya Refugee Crisis, Cox's Bazar | 5 September 2018 (covering 14th August – 27th August)*. https://reliefweb.int/report/bangladesh/iscg-situation-report-rohingya-crisis-coxs-bazar-5-september-2018-covering-14th

Inter-Sector Coordination Group. (2018e). *ISCG Situation Report: Rohingya Refugee Crisis, Cox's Bazar | 13 December 2018 (covering 27 November – 10 December)*.

https://reliefweb.int/report/bangladesh/iscg-situation-report-rohingya-refugee-crisis-cox-s-bazar-13-december-2018-0

Inter-Sector Coordination Group. (2018f). *ISCG Situation Report: Rohingya Refugee Crisis, Cox's Bazar | 27 January 2018*. https://reliefweb.int/report/bangladesh/iscg-situation-update-rohingya-refugee-crisis-cox-s-bazar-27-january-2018

Inter-Sector Coordination Group. (2018g). *ISCG Situation Report: Rohingya Refugee Crisis, Cox's Bazar | 27 September 2018 (covering 28th August – 24th September)*. https://reliefweb.int/report/bangladesh/iscg-situation-report-rohingya-refugee-crisis-cox-s-bazar-27-september-2018

Inter-Sector Coordination Group. (2018h). *ISCG Situation Report: Rohingya Refugee Crisis, Cox's Bazar | 29 November 2018 (covering 13 – 26 November)*. https://reliefweb.int/report/bangladesh/iscg-situation-report-rohingya-refugee-crisis-cox-s-bazar-29-november-2018

Inter-Sector Coordination Group. (2018i). *ISCG Situation Report: Rohingya Refugee Crisis, Cox's Bazar—10 May 2018 (covering 24th April—7th May)*. https://reliefweb.int/report/bangladesh/iscg-situation-report-rohingya-refugee-crisis-cox-s-bazar-10-may-2018

Inter-Sector Coordination Group. (2018j). *ISCG Situation Report: Rohingya Refugee Crisis, Cox's Bazar—21 June 2018 (covering 05th—20th June)*. https://reliefweb.int/report/bangladesh/iscg-situation-report-rohingya-refugee-crisis-cox-s-bazar-21-june-2018

Inter-Sector Coordination Group. (2018k). *ISCG Situation Report: Rohingya Refugee Crisis, Cox's Bazar—25 February 2018*. https://reliefweb.int/report/bangladesh/iscg-situation-report-rohingya-refugee-crisis-cox-s-bazar-25-february-2018

Inter-Sector Coordination Group. (2018l). *ISCG Situation Report: Rohingya Refugee Crisis, Cox's Bazar—25 March 2018*. https://reliefweb.int/report/bangladesh/iscg-situation-report-rohingya-refugee-crisis-cox-s-bazar-25-march-2018

Inter-Sector Coordination Group. (2018m). *ISCG Situation Report: Rohingya Refugee Crisis, Cox's Bazar—26 April 2018*. https://reliefweb.int/report/bangladesh/iscg-situation-report-rohingya-refugee-crisis-cox-s-bazar-26-april-2018

Inter-Sector Coordination Group. (2018n). *JRP for Rohingya Humanitarian Crisis-Snapshot*. https://data.unhcr.org/en/documents/details/62873

Inter-Sector Coordination Group. (2019a). *2019 Joint Response Plan for Rohingya Humanitarian Crisis*. https://rohingyaresponse.org/project/2019-jrp/

Inter-Sector Coordination Group. (2019b). *ISCG Situation Report: Rohingya Refugee Crisis, Cox's Bazar / April 2019*. https://reliefweb.int/report/bangladesh/iscg-situation-report-rohingya-refugee-crisis-cox-s-bazar-march-2019

Inter-Sector Coordination Group. (2019c). *ISCG Situation Report: Rohingya Refugee Crisis, Cox's Bazar / August 2019*. https://reliefweb.int/report/bangladesh/iscg-situation-report-rohingya-refugee-crisis-cox-s-bazar-august-2019

Inter-Sector Coordination Group. (2019d). *ISCG Situation Report: Rohingya Refugee Crisis, Cox's Bazar / December 2019*. https://reliefweb.int/report/bangladesh/iscg-situation-report-rohingya-refugee-crisis-cox-s-bazar-december-2019

Inter-Sector Coordination Group. (2019e). *ISCG Situation Report: Rohingya Refugee Crisis, Cox's Bazar / January 2019*. https://reliefweb.int/report/bangladesh/iscg-situation-report-rohingya-refugee-crisis-cox-s-bazar-january-2019

Inter-Sector Coordination Group. (2019f). *ISCG Situation Report: Rohingya Refugee Crisis, Cox's Bazar / June 2019*. https://reliefweb.int/report/bangladesh/iscg-situation-report-rohingya-refugee-crisis-cox-s-bazar-june-2019

Inter-Sector Coordination Group. (2019g). *ISCG Situation Report: Rohingya Refugee Crisis, Cox's Bazar / March 2019*. https://reliefweb.int/report/bangladesh/iscg-situation-report-rohingya-refugee-crisis-cox-s-bazar-march-2019

Inter-Sector Coordination Group. (2019h). *ISCG Situation Report: Rohingya Refugee Crisis, Cox's Bazar / May 2019*. https://reliefweb.int/report/bangladesh/iscg-situation-report-rohingya-refugee-crisis-cox-s-bazar-may-2019

Inter-Sector Coordination Group. (2019i). *ISCG Situation Report: Rohingya Refugee Crisis, Cox's Bazar / November 2019*. https://reliefweb.int/report/bangladesh/iscg-situation-report-rohingya-crisis-coxs-bazar-november-2019

Inter-Sector Coordination Group. (2019j). *ISCG Situation Report: Rohingya Refugee Crisis, Cox's Bazar / October 2019*. https://reliefweb.int/report/bangladesh/iscg-situation-report-rohingya-crisis-coxs-bazar-october-2019

Inter-Sector Coordination Group. (2019k). *ISCG Situation Report: Rohingya Refugee Crisis, Cox's Bazar / September 2019*. https://reliefweb.int/report/bangladesh/iscg-situation-report-rohingya-crisis-coxs-bazar-september-2019

Inter-Sector Coordination Group. (2020a). *2020 Joint Response Plan for Rohingya Humanitarian Crisis*. https://rohingyaresponse.org/project/2020-jrp/

Inter-Sector Coordination Group. (2020b). *ISCG Situation Report: Rohingya Refugee Crisis, Cox's Bazar / April 2020*. https://reliefweb.int/report/bangladesh/iscg-situation-report-rohingya-refugee-crisis-cox-s-bazar-april-2020

Inter-Sector Coordination Group. (2020c). *ISCG Situation Report: Rohingya Refugee Crisis, Cox's Bazar / August 2020*. https://reliefweb.int/report/bangladesh/iscg-situation-report-rohingya-refugee-crisis-cox-s-bazar-august-2020

Inter-Sector Coordination Group. (2020d). *ISCG Situation Report: Rohingya Refugee Crisis, Cox's Bazar / February 2020*. https://reliefweb.int/report/bangladesh/iscg-situation-report-rohingya-refugee-crisis-cox-s-bazar-january-2020

Inter-Sector Coordination Group. (2020e). *ISCG Situation Report: Rohingya Refugee Crisis, Cox's Bazar / January 2020*. https://reliefweb.int/report/bangladesh/iscg-situation-report-rohingya-refugee-crisis-cox-s-bazar-january-2020

Inter-Sector Coordination Group. (2020f). *ISCG Situation Report: Rohingya Refugee Crisis, Cox's Bazar / June 2020*. https://reliefweb.int/report/bangladesh/iscg-situation-report-rohingya-refugee-crisis-cox-s-bazar-june-2020

Inter-Sector Coordination Group. (2020g). *ISCG Situation Report: Rohingya Refugee Crisis, Cox's Bazar / March 2020*. https://reliefweb.int/report/bangladesh/iscg-situation-report-rohingya-refugee-crisis-cox-s-bazar-march-2020

Inter-Sector Coordination Group. (2020h). *ISCG Situation Report: Rohingya Refugee Crisis, Cox's Bazar / May 2020*. https://reliefweb.int/report/bangladesh/iscg-situation-report-rohingya-refugee-crisis-cox-s-bazar-may-2020

Inter-Sector Coordination Group. (2020i). *ISCG Situation Report: Rohingya Refugee Crisis, Cox's Bazar / October 2020*. https://reliefweb.int/report/bangladesh/iscg-situation-report-rohingya-refugee-crisis-cox-s-bazar-september-2020

Inter-Sector Coordination Group. (2020j). *ISCG Situation Report: Rohingya Refugee Crisis, Cox's Bazar | September 2020*. https://reliefweb.int/report/bangladesh/iscg-situation-report-rohingya-refugee-crisis-cox-s-bazar-september-2020

Inter-Sector Coordination Group. (2021a). *2021 Joint Response Plan for Rohingya Humanitarian Crisis*. https://rohingyaresponse.org/project/2021-jrp/

Inter-Sector Coordination Group. (2021b). *2022 Joint Response Plan for Rohingya Humanitarian Crisis*. https://rohingyaresponse.org/project/2022-jrp/

Inter-Sector Coordination Group. (2021c). *ISCG Situation Report: Rohingya Refugee Crisis, Cox's Bazar | December 2020*. https://reliefweb.int/report/bangladesh/iscg-situation-report-rohingya-refugee-crisis-cox-s-bazar-december-2020

Inter-Sector Coordination Group. (2021d). *ISCG Situation Report: Rohingya Refugee Crisis, Cox's Bazar | February 2021*. https://reliefweb.int/report/bangladesh/iscg-situation-report-rohingya-refugee-crisis-cox-s-bazar-february-2021

Inter-Sector Coordination Group. (2021e). *ISCG Situation Report: Rohingya Refugee Crisis, Cox's Bazar | January 2021*. https://reliefweb.int/report/bangladesh/iscg-situation-report-rohingya-refugee-crisis-cox-s-bazar-january-2021

Inter-Sector Coordination Group. (2021f). *ISCG Situation Report: Rohingya Refugee Crisis, Cox's Bazar | March 2021*. https://reliefweb.int/report/bangladesh/iscg-situation-report-rohingya-refugee-crisis-cox-s-bazar-march-2021

Inter-Sector Coordination Group. (2021g). *ISCG Situation Report: Rohingya Refugee Crisis, Cox's Bazar | November 2020*. https://reliefweb.int/report/bangladesh/iscg-situation-report-rohingya-refugee-crisis-cox-s-bazar-november-2020

Inter-Sector Coordination Group. (2021h). *Joint Response Plan: Rohingya Humanitarian Crisis – Implementation Update (August–September 2021)*. https://reliefweb.int/report/bangladesh/rohingya-humanitarian-crisis-joint-response-plan-implementation-update-august

Inter-Sector Coordination Group. (2021i). *Joint Response Plan: Rohingya Humanitarian Crisis – Implementation Update (June–July 2021)*. https://reliefweb.int/report/bangladesh/rohingya-humanitarian-crisis-joint-response-plan-implementation-update-june-july

Inter-Sector Coordination Group. (2022). *Joint Response Plan: Rohingya Humanitarian Crisis – Implementation Update (October—December 2021)*. https://reliefweb.int/report/bangladesh/rohingya-humanitarian-crisis-joint-response-plan-implementation-update-october

Inter-Sector Coordination Group. (2023). *2023 Joint Response Plan for Rohingya Humanitarian Crisis*. https://rohingyaresponse.org/project/2023-jrp/

Inter-Sector Coordination Group. (2024a). *2023 Joint Response Plan: Rohingya Humanitarian Crisis – Year-End Report*. https://rohingyaresponse.org/wp-content/uploads/2024/06/JRP-2023-Report.pdf

Inter-Sector Coordination Group. (2024b). *2024 Joint Response Plan for Rohingya Humanitarian Crisis*. https://rohingyaresponse.org/project/2024-jrp/

Inter-Sector Coordination Group. (2025a). *2024 Report on the Joint Response Plan Rohingya Humanitarian Crisis*. https://rohingyaresponse.org/wp-content/uploads/2025/07/JRP-2024-Year-End-Report.pdf

Inter-Sector Coordination Group. (2025b). *2025-26 Joint Response Plan for Rohingya Humanitarian Crisis*. https://rohingyaresponse.org/project/2025-26-jrp/

International Court of Justice. (2019). *Application instituting proceedings and request for the indication of provisional measures (The Gambia v. Myanmar)*. https://www.icj-cij.org/sites/default/files/case-related/178/178-20191111-APP-01-00-EN.pdf

Nutrition Sector Cox's Bazar. (2023). *Nutrition Sector Cox's Bazar: Multi-Year Strategy 2023-2025*. https://www.nutritioncluster.net/sites/nutritioncluster.com/files/2023-03/NS-CXB-Multi-Year%20Strategy%202023-2025.pdf

Office of the High Commissioner for Human Rights. (2017). *Report of OHCHR mission to Bangladesh: Interviews with Rohingyas fleeing from Myanmar since 9 October 2016*. https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Countries/MM/FlashReport3Feb2017.pdf

Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights. (2017, setembro 11). *"Darker and more dangerous": High Commissioner updates the Human Rights Council on human rights issues in 40 countries* [Discurso]. United Nations Human Rights Council 36th session. https://www.ohchr.org/en/statements-and-speeches/2017/09/darker-and-more-dangerous-high-commissioner-updates-human-rights

Organização das Nações Unidas. (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos* (Resolução 217A [III]). https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos

Parlamento Europeu. (2017). *Resolução do Parlamento Europeu, de 14 de setembro de 2017, sobre Mianmar, em particular, a situação dos Rohingya* (2017/2838(RSP)). https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-8-2017-0351_PT.html

United Nations General Assembly. (2018). *Situation of human rights in Myanmar* (Resolution A/RES/72/248). https://docs.un.org/en/a/res/72/2483

United Nations General Assembly. (2024). *Situation of human rights of Rohingya Muslims and other minorities in Myanmar* (Resolution A/RES/79/182). https://docs.un.org/en/A/res/79/182

United Nations High Commissioner for Refugees. (2018). *UNHCR Bangladesh - Weekly Operational Update External 7 January (#12)* [Situation Report]. https://reliefweb.int/report/bangladesh/unhcr-bangladesh-operational-update-27-december-2017-7-january-2018

United Nations High Commissioner for Refugees. (2019). *UNHCR Global Report 2018*. https://www.unhcr.org/media/global-report-2018

United Nations High Commissioner for Refugees. (2020). *UNHCR Global Report 2019*. https://www.unhcr.org/media/global-report-2019

United Nations High Commissioner for Refugees. (2022). *UNHCR Global Report 2021*. https://www.unhcr.org/media/global-report-2021

United Nations High Commissioner for Refugees. (2023a). *Bangladesh Annual Results Report 2022*. https://webarchive.archive.unhcr.org/+/https://reporting.unhcr.org/sites/default/files/2023-06/Asia%20-%20Bangladesh.pdf

United Nations High Commissioner for Refugees. (2023b). *UNHCR Global Report 2022*. https://www.unhcr.org/media/global-report-2022

United Nations High Commissioner for Refugees. (2024a). *Bangladesh Annual Results Report 2023*. https://webarchive.archive.unhcr.org/+/https://reporting.unhcr.org/sites/default/files/2024-06/Asia%20-%20Bangladesh%20ARR%202023.pdf

United Nations High Commissioner for Refugees. (2024b). *UNHCR Global Report 2023*. https://www.unhcr.org/media/global-report-2023

United Nations High Commissioner for Refugees. (2024c). *UNHCR May 2024 Operational Update*. https://www.unhcr.org/sites/default/files/2024-07/UNHCR%20May%202024%20ops%20update_final.pdf

United Nations High Commissioner for Refugees. (2025). *Bangladesh Annual Results Report 2024*. https://www.unhcr.org/sites/default/files/2025-06/bangladesh_arr_2024.pdf

United Nations High Commissioner for Refugees & World Food Programme. (2021). *UNHCR-WFP Joint Assessment Mission Report: Cox's Bazar, Bangladesh*. https://data.unhcr.org/en/documents/details/90054

United Nations Human Rights Council. (2018). *Report of the Independent International Fact-Finding Mission on Myanmar* (A/HRC/39/64). https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/HRBodies/HRCouncil/FFM-Myanmar/A_HRC_39_64.pdf

United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. (2017). *Global Humanitarian Overview 2018*. https://reliefweb.int/report/world/global-humanitarian-overview-2018-enaresfrzh

United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. (2018). *Global Humanitarian Overview 2019*. https://www.unocha.org/publications/report/world/global-humanitarian-overview-2019-enaresfrzh

United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. (2019). *Global Humanitarian Overview 2020*. https://reliefweb.int/report/world/global-humanitarian-overview-2020-enarfrzh

United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. (2020). *Global Humanitarian Overview 2021*. https://www.unocha.org/publications/report/world/global-humanitarian-overview-2021-enarfres

United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. (2021). *Global Humanitarian Overview 2022*. https://www.unocha.org/publications/report/world/global-humanitarian-overview-2022

United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. (2022). *Global Humanitarian Overview 2023*. https://reliefweb.int/report/world/global-humanitarian-overview-2023-enaresfr

United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. (2024). *Global Humanitarian Overview 2025*. https://www.unocha.org/publications/report/world/global-humanitarian-overview-2025-enarfres

United Nations Security Council. (2017, 28 de setembro). *Amid "Humanitarian and Human Rights Nightmare" in Myanmar, Secretary-General Urges Full Access for Aid, Safe Return of Displaced Rohingya, End to Military Operations* [Comunicado de Imprensa SC/13012]. https://press.un.org/en/2017/sc13012.doc.htm

Fontes Secundárias

Akhtar, P., Marr, N. E., & Garnevska, E. V. (2012). Coordination in humanitarian relief chains: Chain coordinators. *Journal of Humanitarian Logistics and Supply Chain Management*, *2*(1), 85–103. https://doi.org/10.1108/20426741211226019

Alam, J. (2019). The Current Rohingya Crisis in Myanmar in Historical Perspective. *Journal of Muslim Minority Affairs*, *39*(1), 1–25. https://doi.org/10.1080/13602004.2019.1575560

Alexander, D. (2000). *Confronting catastrophe: New perspectives on natural disasters*. Oxford University Press.

Ansar, A. (2020). The Unfolding of Belonging, Exclusion and Exile: A Reflection on the History of Rohingya Refugee Crisis in Southeast Asia. *Journal of Muslim Minority Affairs*, *40*(3), 441–456. https://doi.org/10.1080/13602004.2020.1819126

Ansar, A., & Khaled, A. F. Md. (2021). From solidarity to resistance: Host communities' evolving response to the Rohingya refugees in Bangladesh. *Journal of International Humanitarian Action*, *6*(1), 16. https://doi.org/10.1186/s41018-021-00104-9

Atar, E., Hossain, F., & Ullah, A. K. M. A. (2023). Syrian refugees in Turkey: Exploring the role of I/NGOs in refugee crisis. *Third World Quarterly*, *44*(2), 231–245. https://doi.org/10.1080/01436597.2022.2144208

Baldwin, D. A. (1980). Interdependence and Power: A Conceptual Analysis. *International Organization*, *34*(4), 471–506. https://www.jstor.org/stable/2706510

Bangladesh: Rohingya Refugee Crisis Joint Response Plan 2022 | Humanitarian Action. (s.d.). Obtido 6 de novembro de 2025, de https://humanitarianaction.info/plan/1082

Barnett, M. N. (2013). Humanitarianism during Wartime. Em M. N. Barnett, *Empire of humanity: A history of humanitarianism* (pp. 177–210). Cornell University Press. https://doi.org/10.7591/9780801460616

Barnett, M., & Weiss, T. G. (2011). Turbulent humanitarianism since 1989: Rhetoric meets reality. Em M. Barnett & T. G. Weiss, *Humanitarianism Contested: Where Angels Fear to Tread* (pp. 125–141). Routledge. https://doi.org/10.4324/9780203829301

Bharti, S. S. (2023). Development Policy and An Analysis of Complex Interdependence Theory. *Reality of Politics*, *26*(4), 7–18. https://doi.org/10.15804/rop2023401

Bhattacharjee, M. (2024). Statelessness of an ethnic minority: The case of Rohingya. *Frontiers in Political Science*, *6*(1144493). https://doi.org/10.3389/fpos.2024.1144493

Binder, M. (2009). Humanitarian Crises and the International Politics of Selectivity. *Human Rights Review*, *10*(3), 327–348. https://doi.org/10.1007/s12142-009-0121-7

Cademartor, L. H. U., & Santos, P. C. (2016). A Interdependência Complexa e a Questão dos Direitos Humanos no Contexto das Relações Internacionais. *Revista Brasileira de Direito*, *12*(2), 71–81. https://doi.org/10.18256/2238-0604/revistadedireito.v12n2p71-81

Chowdhury, M., Williams, N. L., Thompson, K., & Ferdous, G. (2022). The Rohingya refugee crisis in Bangladesh: An analysis of the involvement of local humanitarian actors. *Third World Quarterly*, *43*(9), 2188–2208. https://doi.org/10.1080/01436597.2022.2085087

Clegg, S., & Bailey, J. (2008). Collaboration and Cooperation. Em S. Clegg & J. Bailey, *International Encyclopedia of Organization Studies*. SAGE Publications, Inc. https://doi.org/10.4135/9781412956246.n69

Cluster Approach. (2025). United Nations High Commissioner for Refugees. https://emergency.unhcr.org/coordination-and-communication/cluster-system/cluster-approach

Coppedge, M. (1999). Thickening Thin Concepts and Theories: Combining Large N and Small in Comparative Politics. *Comparative Politics*, *31*(4), 465–476. https://doi.org/10.2307/422240

Crisp, J. (2018). Humanitarian Action and Coordination. Em T. G. Weiss & S. Daws, *The Oxford Handbook on the United Nations* (2ªed, pp. 583–600). Oxford University Press. https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780198803164.013.32

Darmayadi, A., Surya, A., & Soares, J. R. (2024). The role of international organizations in handling the humanitarian crisis as a impact of the russian-ukrainian war. *Proceeding of International Conference on Business, Economics, Social Sciences, and Humanities*, *7*, 335–347. https://doi.org/10.34010/icobest.v7i.543

Donini, A. (1995). The bureaucracy and the free spirits: Stagnation and innovation in the relationship between the UN and NGOs. *Third World Quarterly*, *16*(3), 421–440. https://doi.org/10.1080/01436599550035988

Donini, A. (1996). The Policies of Mercy. UN Coordination in Afghanistan, Mozambique and Rwanda. *Occasional Papers of the Watson Institute*, (22). https://wfp.tind.io/record/4709

Duffield, M. (2001). Strategic Complexes and Global Governance. Em M. Duffield, *Global Governance and the New Wars: The Merging of Development and Security* (pp. 44–74). Zed Books.

Edwards, M. (1999). International Development NGOS: Agents of Foreign Aid or Vehicles for International Cooperation? *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, *28*(1), 25–37. https://doi.org/10.1177/089976499773746410

Elayah, M., & Al-Mansori, R. (2024). Yemen's humanitarian collaboration during conflict: UN and local NGOs in focus. *World Development Perspectives*, *34*, 100585. https://doi.org/10.1016/j.wdp.2024.100585

Emmanuelar, I. (2015). Insurgency and humanitarian crises in Northern Nigeria: The case of Boko Haram. *African Journal of Political Science and International Relations*, *9*(7), 284–296. https://doi.org/10.5897/AJPSIR2015.0789

Faisal, M. M. (2020). The Rohingya Refugee Crisis of Myanmar: A History of Persecution and Human Rights Violations. *International Journal of Social, Political and Economic Research*, *7*(3), 743–761. https://doi.org/10.46291/IJOSPERvol7iss3pp743-761

Familoye, I. T., & Toyin, S. U. (2024). Navigating the complexities of global security: The role of the United Nations in Conflict Resolution, Safeguarding, and Humanitarian Aid. *World Journal of Advanced Research and Reviews*, *23*(2), 2433–2449. https://doi.org/10.30574/wjarr.2024.23.2.2621

Farzana, K. F. (2017). The Historical and Politico-Military Context of the Border. Em K. F. Farzana, *Memories of Burmese Rohingya Refugees* (pp. 41–58). Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1057/978-1-137-58360-4_2

Faye, M. (2021). A forced migration from Myanmar to Bangladesh and beyond: Humanitarian response to Rohingya refugee crisis. *Journal of International Humanitarian Action*, *6*(1), 13. https://doi.org/10.1186/s41018-021-00098-4

Frangonikolopoulos, C. A. (2005). Non-governmental organisations and humanitarian action: The need for a viable change of Praxis and Ethos. *Global Society*, *19*(1), 49–72. https://doi.org/10.1080/1360082042000316040

Furlong, P., & Marsh, D. (2010). A Skin Not a Sweater: Ontology and Epistemology in Political Science. Em David Marsh & G. Stoker, *Theory and Methods in Political Science* (3ª, Vol. 3, pp. 184–211). Palgrave Macmillan.

Gambo, N. N. (2020). *Boko haram insurgency and humanitarian crisis in nigeria: a case study of borno state*. 1–26. https://www.researchgate.net/publication/373549485_BOKO_HARAM_INSURGENCY_AND_HUMANITARIAN_CRISIS_IN_NIGERIA_A_CASE_STUDY_OF_BORNO_STATE

Glossário INEE. (s.d.). *Humanitarian crisis*. Obtido 23 de setembro de 2025, de https://inee.org/eie-glossary/humanitarian-crisis

Good Humanitarian Donorship. (2018). *24 Principles and Good Practice of Humanitarian Donorship*. https://www.ghdinitiative.org/ghd/gns/principles-good-practice-of-ghd/principles-good-practice-ghd.html

Gülal, A. G. G., Seyirci, T., & Tuncer, F. F. (2022). Humanitarian crisis in Myanmar: Another failure for "responsibility to protect". *Journal of Public Affairs*, *22*(S1), 2778. https://doi.org/10.1002/pa.2778

Haque, Md. M. (2017). Rohingya Ethnic Muslim Minority and the 1982 Citizenship Law in Burma. *Journal of Muslim Minority Affairs*, *37*(4), 454–469. https://doi.org/10.1080/13602004.2017.1399600

Harat, A., Chojnacki, M., & Leksowski, K. (2015). Humanitarian aid of the European Union and United Nations: Actions, responsibilities, and finances. *Bulletin of Geography. Socio-Economic Series*, *29*(29), 65–73. https://doi.org/10.1515/bog-2015-0025

Harmer, A., & Macrae, J. (2003). Humanitarian action and the 'global war on terror': A review of trends and issues. *HPG - Humanitarian Policy Briefing*, (9), 1–4. https://media.odi.org/documents/355.pdf

Harvey, P. (2013). International humanitarian actors and governments in areas of conflict: Challenges, obligations, and opportunities. *Disasters*, *37*(s2). https://doi.org/10.1111/disa.12019

Hulme, D., & Edwards, M. (2013). NGOs, States and Donors: An Overview. Em D. Hulme & M. Edwards, *NGOs, States and Donors: Too Close for Comfort?* (pp. 5–22). Palgrave Macmillan.

Iji, G. O. (2025). Principles of humanitarian actions: a comprehensive examination. *ScienceOpen Preprints,* (1-18). https://doi.org/10.14293/PR2199.001432.v1

Inter-Agency Standing Committee. (2009). *Guidance for Humanitarian Country Teams*. https://interagencystandingcommittee.org/iasc-sub-working-group-leadership-and-humanitarian-coordination/iasc-guidance-humanitarian-country-teams-2009

Inter-Agency Standing Committee. (2024). *Leadership in Humanitarian Action: Handbook for Humanitarian Coordinators*. ReliefWeb. https://reliefweb.int/report/world/leadership-humanitarian-action-handbook-humanitarian-coordinators-february-2024?utm_source=chatgpt.com

Işiksal, H. (2004). To What Extent Complex Interdependence Theorists Challenge Structural Realist School of International Relations? *Alternatives: Turkish Journal of International Relations*, *3*(2 & 3), 130–156. https://dergipark.org.tr/en/download/article-file/19446

Islam, Md. R., & Khatun, A. (2024). A History of Rohingya Displacement, Rohingya Ethnicity, and Contested Identity in Myanmar and Bangladesh. Em K. Ahmed & Md. R. Islam, *Understanding the Rohingya Displacement: Security, Media, and Humanitarian Perspectives* (pp. 23–36). Springer Nature. https://doi.org/10.1007/978-981-97-1424-7_2

Kader, M. F., & Choudhury, A. H. (2019). Historical Background of The Rohingya Refugee Crisis And The Implication of Their Statelessness. *Innovation Journal of Social Sciences and Economic Review*, *1*(1), 8–15. https://doi.org/10.36923/ijsser.v1i1.23

Kahn, C., & Cunningham, A. (2013). Introduction to the issue of state sovereignty and humanitarian action. *Disasters*, *37*(S2), 139–150. https://doi.org/10.1111/disa.12018

Kent, R. C. (2004). The United Nations' Humanitarian Pillar: Refocusing the UN's Disaster and Emergency Roles and Responsibilities. *Disasters*, *28*(2), 216–233. https://doi.org/10.1111/j.0361-3666.2004.00254.x

Keohane, R. O., & Nye, J. S. (1987). Power and Interdependence Revisited. *International Organization*, *41*(4), 725–753. https://doi.org/10.1017/S0020818300027661

Keohane, R. O., & Nye, J. S. (2011a). Interdependence in World Politics. Em R. O. Keohane & J. S. Nye, *Power and Interdependence* (4ª, pp. 3–19). Pearson.

Keohane, R. O., & Nye, J. S. (2011b). Realism and Complex Interdependence. Em R. O. Keohane & J. S. Nye, *Power and Interdependence* (4ª, pp. 20–32). Pearson.

Keohane, R. O., & Nye, J. S. (2022). Power and Interdependence. Em R. K. Betts, *Conflict After the Cold War: Arguments on Causes of War and Peace* (6ª, pp. 261–271). Routledge. https://www.routledge.com/Conflict-After-the-Cold-War-Arguments-on-Causes-of-War-and-Peace/Betts/p/book/9781032010083

Khairunnisa, A., Aiyub Kadir, M. Y., & Mahfud, M. (2023). Addressing Crisis in Myanmar: The Role of NGOs in Promoting International Human Rights Standards. *Udayana Journal of Law and Culture*, *7*(1), 80. https://doi.org/10.24843/UJLC.2023.v07.i01.p05

Kin, A. (1983). BURMA IN 1982: On the Road to Recovery. *Southeast Asian Affairs*, 87–101. https://www.jstor.org/stable/27908475

Kipgen, N. (2019). The Rohingya Crisis: The Centrality of Identity and Citizenship. *Journal of Muslim Minority Affairs*, *39*(1), 61–74. https://doi.org/10.1080/13602004.2019.1575019

Klee, J., & Klee, U. (2002). Cooperation between United Nations and Private Sector Addressing Issues of Global Concern. *Seton Hall Journal of Diplomacy and International Relations*, 39–51. https://ciaotest.cc.columbia.edu/olj/shjdir/v3n2/shjdir_v3n2d.pdf

Kroll, J. A. (1993). The Complexity of Interdependence. *International Studies Quarterly*, *37*(3), 321–347. https://doi.org/10.2307/2600811

Leider, J. (2018). Rohingya: The History of a Muslim Identity in Myanmar. Em D. Ludden (Ed.), *Oxford Research Encyclopedia of Asian History*. https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190277727.013.115

Lewis, D. (2019). Humanitarianism, civil society and the Rohingya refugee crisis in Bangladesh. *Third World Quarterly*, *40*(10), 1884–1902. https://doi.org/10.1080/01436597.2019.1652897

Lewis, D. (2023). Non-governmental Organizations, Definitions, and History. Em A. Salvatore, S. Hanafi, & K. Obuse (Eds.), *International Encyclopedia of Civil Society* (pp. 1–9). Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-319-99675-2_3-1

Lijphart, A. (1971). Comparative Politics and the Comparative Method. *American Political Science Review*, *65*(3), 682–693. https://doi.org/10.2307/1955513

Lins, M., & Ferraria, K. V. (2021). A perseguição ao povo Rohingya e o desrespeito aos direitos humanos em Myanmar. *Humanidades em diálogo*, *10*, 210–226. https://doi.org/10.11606/issn.1982-7547.hd.2021.158678

MacCormack, C. F. (2013). 10. Coordination and Collaboration: An NGO View. Em K. M. Cahill, *The Pulse of Humanitarian Assistance* (pp. 243–262). Fordham University Press. https://doi.org/10.1515/9780823260744-013

Martens, K. (2005a). Activities in the UN Context - Changing Patterns of Interaction. Em K. Martens, *NGOs and the United Nations: Institutionalization, Professionalization and Adaptation* (pp. 45–94). Palgrave Macmillan UK. https://doi.org/10.1057/9780230511880_2

Martens, K. (2005b). NGO Institutionalization into the UN System - Theoretical Framework. Em K. Martens, *NGOs and the United Nations: Institutionalization, Professionalization and Adaptation* (pp. 12–44). Palgrave Macmillan UK. https://doi.org/10.1057/9780230511880_2

Martens, K. (2005c). NGOs, International Relations and the UN System - Introductory Observations. Em K. Martens, *NGOs and the United Nations: Institutionalization, Professionalization and Adaptation* (pp. 1–11). Palgrave Macmillan UK. https://doi.org/10.1057/9780230511880_1

Martens, K. (2006). NGOs in the United Nations system: Evaluating theoretical approaches. *Journal of International Development*, *18*(5), 691–700. https://doi.org/10.1002/jid.1303

McDermott, A. (1998). The UN and NGOs: Humanitarian interventions in future conflicts. *Contemporary Security Policy*, *19*(3), 1–26. https://doi.org/10.1080/13523269808404200

Michalak, S. J. (1979). Theoretical Perspectives for Understanding International Interdependence. *World Politics*, *32*(1), 136–150. https://doi.org/10.2307/2010085

Mills, K. (2005). Neo-Humanitarianism: The Role of International Humanitarian Norms and Organizations in Contemporary Conflict. *Global Governance*, *11*(2), 161–183. https://www.jstor.org/stable/27800563

Minear, L. (2002). Humanitarian Politics. Em Minear, L., *The Humanitarian Enterprise: Dilemmas and Discoveries* (pp. 75–98). Kumarian Press.

Minear, L., & Weiss, T. G. (1995). Humanitarian and Political Actors. Em Minear, L., & Weiss, T. G., *Humanitarian Politics* (pp. 20–31). Foreign Policy Assn.

Mochizuki, J., Toyasaki, F., & Sigala, I. F. (2015). Toward resilient humanitarian cooperation: Examining the performance of horizontal cooperation among humanitarian organizations using an agent-based modeling (ABM) approach. *Journal of Natural Disaster Science*, *36*(2), 35–52. https://doi.org/10.2328/jnds.36.35

Morse, E. L. (1972). Crisis Diplomacy, Interdependence, and the Politics of International Economic Relations. *World Politics*, *24*, 123–150. https://doi.org/10.2307/2010561

Mukherjee, K. (2019). The Ethnic Minority Question and Rohingya Crisis in Contemporary Myanmar. *Journal of Muslim Minority Affairs*, *39*(1), 26–43. https://doi.org/10.1080/13602004.2019.1575021

Natsios, A. S. (1995). NGOs and the UN system in complex humanitarian emergencies: Conflict or cooperation? *Third World Quarterly*, *16*(3), 405–420. https://doi.org/10.1080/01436599550035979

Nolte, I. M. (2018). Interorganizational Collaborations for Humanitarian Aid: An Analysis of Partnership, Community, and Single Organization Outcomes. *Public Performance & Management Review*, *41*(3), 596–619. https://doi.org/10.1080/15309576.2018.1462212

Office for the Coordination of Humanitarian Affairs. (2022). *OCHA on Message: Humanitarian Principles*. ICVA. https://www.icvanetwork.org/uploads/2023/06/OOM_Humanitarian-Principles_Eng.pdf

Organização das Nações Unidas. (1997). *UNTERM - complex emergency*. https://unterm.un.org/unterm2/en/view/UNHQ/C5C090DE181D1B7485256A00000755B0

Osmani, N. M., Hossen, B., Shah, Q., & Aung, M. A. S. @ U. T. (2018). Genocide of rohingya muslims: a classical model of ethnic cleansing. *Al-Shajarah: Journal of the International Institute of Islamic Thought and Civilisation, International Islamic University Malaysia (ISTAC-IIUM)*, 215–236. https://doi.org/10.31436/shajarah.v0i0.744

Özerdem, A., & Rufini, G. (2005). Humanitarianism and the Principles of Humanitarian Action in a Post-Cold War Context. Em S. Barakat, *After the Conflict: Reconstruction and Development in the Aftermath of War* (pp. 51–66). I.B. Tauris & Co Ltd.

Pain, R. de S. (2005). O papel das organizações não governamentais na cooperação internacional. *Fronteira: revista de iniciação científica em Relações Internacionais*, *4*(8), 125–146. https://doi.org/10.1590/S0104-12902012000200006

Parnini, S. N., Othman, M. R., & Ghazali, A. S. (2013). The Rohingya Refugee Crisis and Bangladesh-Myanmar Relations. *Asian and Pacific Migration Journal*, *22*(1), 133–146. https://doi.org/10.1177/011719681302200107

Radtke, K., & Roepstorff, K. (2025). Humanitarian action in a changing world. Em K. Radtke & K. Roepstorff, *An Introduction to Humanitarian Action* (pp. 3–29). Routledge. https://doi.org/10.4324/9781003350279

Ramos, É. P., Donda, E. O. C. S., & Silva, R. C. (2017). Ação Humanitária. Em T. Botega, T. Tonhati, & D. Araújo, *Dicionário crítico de migrações internacionais*. Editora UnB. https://doi.org/10.7476/9788523013400

Rana, W. (2015). Theory of Complex Interdependence: A Comparative Analysis of Realist and Neoliberal Thoughts. *International Journal of Business and Social Science*, *6*(2), 290–297. https://ijbss.thebrpi.org/journals/Vol_6_No_2_February_2015/33.pdf

Rex Tillerson. (2017). *US calls Myanmar treatment of Rohingya «ethnic cleansing»* [Entrevista]. The Guardian. https://www.theguardian.com/world/2017/nov/23/us-calls-myanmar-treatment-of-rohingya-ethnic-cleansing

Ritchie, C. (1995). Coordinate? Cooperate? Harmonise? NGO policy and operational coalitions. *Third World Quarterly*, *16*(3), 513–524. https://doi.org/10.1080/01436599550036031

Robinson, M. (2013). Privatising the Voluntary Sector: NGOs as Public Service Contractors? Em D. Hulme & M. Edwards, *NGOs, States and Donors: Too Close for Comfort?* (pp. 5–22). Palgrave Macmillan.

Romero, L. D., Padilla, J. J., Palacio, K., & Frydenlund, E. (2024). Mapping cooperation: Insights into Colombia's humanitarian response to migration from Venezuela. *Frontiers in Human Dynamics*, *6*, 1345110. https://doi.org/10.3389/fhumd.2024.1345110

Roth, S. (2019). Humanitarian NGOs. Em T. Davies, *Routledge Handbook of NGOs and International Relations* (pp. 267–282). Routledge. https://doi.org/10.4324/9781315268927

Rozakou, K. (2020). Crisis. Em A. De Lauri, *Humanitarianism: Keywords* (pp. 38–40). BRILL. https://doi.org/10.1163/9789004431140

Ryfman, P. (2007). Non-governmental organizations: An indispensable player of humanitarian aid. *International Review of the Red Cross*, *89*(865), 21–46. https://doi.org/10.1017/S1816383107000926

Salehin, M. M. (2024). The Rohingya Crisis: Background on Myanmar, the Current Conflict, and Relevant Actors. Em M. M. Salehin, *Gendered Vulnerabilities and Violence in Forced Migration: The Rohingya from Myanmar* (pp. 27–43). Springer Nature Switzerland.

Samarasinghe, N., & Kuele, G. (2023). The UN system. Em T. G. Weiss & R. Wilkinson, *International Organization and Global Governance* (3.ª ed., pp. 261–276). Routledge. https://doi.org/10.4324/9781003266365

Sarmin, A. (2020). Ongoing Persecution of the Rohingya: A History of Periodic Ethnic Cleansings and Genocides. *Intellectual Discourse*, *28*(2), 675–696. https://doi.org/10.31436/id.v28i2.1665

Scherf, E. da L., & Gonzalez, R. M. (2018). Migração forçada e crise humanitária no Miamar: Rohingya: sem território, sem nação e sem direitos. *Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais*, *5*(10), 37–73. https://doi.org/10.22478/ufpb.2318-9452.2018v5n10.37368

Shahin, K. M., & Hasan, M. (2023). The Rohingya refugee crisis: Political and humanitarian perspectives. *Southeast Asia: A Multidisciplinary Journal*, *23*(3), 151–161. https://doi.org/10.1108/SEAMJ-05-2023-0041

Sheikh Hasina. (2017). *Primeira-ministra de Bangladesh se diz 'desapontada' com falta de progresso na crise dos rohingya* [Comunicado de Imprensa]. Nações Unidas Brasil. https://brasil.un.org/pt-br/81256-primeira-ministra-de-bangladesh-se-diz-%E2%80%98desapontada%E2%80%99-com-falta-de-progresso-na-crise-dos

Sillah, A. (2016). *NGO - Government Collaboration: An Uneasy Alliance*. https://www.academia.edu/26203312/NGO_Government_Collaboration_An_Uneasy_Alliance

Silva, J. J. D., Gulfo, C., & Araújo, A. (2023). A Organização das Nações Unidas hoje e as derrotas humanitárias. *Tempo Exterior*, *24*(46), 77–88. https://pub.igadi.gal/tempoexterior/article/view/38

Spindler, M. (2014). Interdependence. Em S. Schieder & M. Spindler, *Theories of International Relations* (pp. 56–75). Routledge. https://doi.org/10.4324/9781315797366

Steets, J., Grünewald, F., Binder, A., de Geoffroy, V., Kauffmann, D., Krüger, S., Meier, C., & Sokpoh, B. (2010). *IASC CLUSTER APPROACH EVALUATION, 2ND PHASE APRIL 2010*. https://digitallibrary.un.org/record/752307

Steffek, J. (2013). Explaining cooperation between IGOs and NGOs – push factors, pull factors, and the policy cycle. *Review of International Studies*, *39*(4), 993–1013. https://doi.org/10.1017/S0260210512000393

Stephenson, M. (2006). Toward a Descriptive Model of Humanitarian Assistance Coordination. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, *17*(1), 40–56. https://doi.org/10.1007/s11266-005-9005-x

Storai, Y. (2018). Systematic Ethnic Cleansing: The Case Study of Rohingya. *Arts and Social Sciences Journal*, *09*(04). https://doi.org/10.4172/2151-6200.1000357

Storey, A. (1997). Non-neutral humanitarianism: Ngos and the Rwanda crisis. *Development in Practice*, *7*(4), 384–394. https://doi.org/10.1080/09614529754170

Sultana, I. Z., & Harun, A. (2023). A Historical Overview of the Rohingya: The Nexus among Refugeeness, Religion, and Geopolitics. Em S. T. M. Haque, B. Siddiqi, & M. R. Bhuiyan, *The Displaced Rohingyas: A Tale* of a Vulnerable Community (pp. 19–34). Routledge India. https://doi.org/10.4324/9781003228707

Takemura, H. (2023). Background to the Rohingya Crisis. Em H. Takemura (Ed.), *The Rohingya Crisis and the International Criminal Court* (pp. 11–26). Springer Nature. https://doi.org/10.1007/978-981-99-2734-0_2

Tan, A. (2021). A critical assessment of human rights diplomacy by western states in myanmar (burma) from 2007 to 2020. *Asian Affairs*, *52*(3), 655–687. https://doi.org/10.1080/03068374.2021.1953783

Taylor, R. H. (2009). Reasserting The State, 1962-1987. Em R. H. Taylor, *The State in Myanmar* (pp. 293–374). HURST Publishers Lda.

Ullah, A. K. M. A. (2016). Rohingya Crisis in Myanmar: Seeking Justice for the "Stateless". *Journal of Contemporary Criminal Justice*, *32*(3), 285–301. https://doi.org/10.1177/1043986216660811

Ullah, A. A. (2011). Rohingya Refugees to Bangladesh: Historical Exclusions and Contemporary Marginalization. *Journal of Immigrant & Refugee Studies*, *9*(2), 139–161. https://doi.org/10.1080/15562948.2011.567149

Vakil, A. C. (1997). Confronting the classification problem: Toward a taxonomy of NGOs. *World Development*, *25*(12), 2057–2070. https://doi.org/10.1016/S0305-750X(97)00098-3

van Mierop, E. S. (2018). *Local humanitarian actors and the principle of impartiality*. https://www.chaberlin.org/wp-content/uploads/2019/02/humhilfe-studie-unparteilichkeit_2018_Mierop_EN.pdf

Victor, C., & Sanches, L. (2020). CRISE HUMANITÁRIA E OS DESLOCAMENTOS INTERNOS POR CONFLITOS E DESASTRES SOB AS LENTES DO JORNALISMO HUMANITÁRIO E DE PAZ. *Prometheus - Journal of Philosophy*, (34). https://doi.org/10.52052/issn.2176-5960.pro.v12i34.14468

Walker, P., & Maxwell, D. (2009). International organizations. Em P. Walker & D. Maxwell, *Shaping the Humanitarian World* (pp. 97–116). Routledge. https://doi.org/10.4324/9780203614532

Walker, T. C. (2013). A circumspect revival of liberalism: Robert O. Keohane and Joseph S. Nye's Power and Interdependence. Em H. Bliddal, C. Sylvest, & P. Wilson, *Classics of International Relations: Essays in Criticism and Appreciation*. Routledge. https://doi.org/10.4324/9780203761472

Waltz, K. N. (1970). The Myth of National Interdependence. Em C. P. Kindleberger, *The International Corporation* (pp. 205–223). MIT Press.

Weber, R. P. (1990). *Basic content analysis*. SAGE Publications, Inc.

Weiss, T. G. (2013). Coordination vs. Competition in an Unregulated Market. Em T. G. Weiss, *Humanitarian Business* (pp. 96–122). Polity Press.

Apêndices

Apêndice 1 - Tabela de análise do conteúdo documental: Joint Response Plan

Documento	Ano	Organismo	Dimensão	Evidência	Interpretação
2017 Joint Response Plan Rohingya Humanitarian Crisis	2017	JRP	3. Desafios e Limitações	Necessidade de mais financiamento	Dependência financeira
			1. Modelos de Cooperação	As agências da ONU são responsáveis pelos setores do campo de refugiados	Cluster approach
			1. Modelos de Cooperação	ONG humanitárias asseguram a ação humanitária	Cooperação horizontal
			2. Mecanismos Operacionais	Coordenação inter-setor	Missão conjunta (assegurar a AH)
			1. Modelos de Cooperação	Aconselhamento estratégico entre ONU/ONG/Doador	Partilha de informação, serviços e mecanismos
			1. Modelos de Cooperação	ISCG realiza a coordenação no campo	ISCG
			1. Modelos de Cooperação	Presença de 45 ONG no campo Cox's Bazar	Liderança da ONU
			3. Desafios e Limitações	Necessidade de ONG	Dependência humanitária
			1. Modelos de Cooperação	Colaboração entre setores	Cooperação horizontal
			1. Modelos de Cooperação	ONG SC co-coordenadora do setor da educação	Liderança co-lead
			1. Modelos de Cooperação	ISCG	ISCG
			3. Desafios e Limitações	Necessidade de apoio para implementar projetos de saúde	Dependência humanitária
			1. Modelos de Cooperação	Ligação entre setores	Cooperação horizontal
			1. Modelos de Cooperação	WFP lidera o setor das telecomunicações	Lead agencie
			1. Modelos de Cooperação	Coordenação intra-setor (nutrição)	Cooperação vertical
			1. Modelos de Cooperação	Coordenação entre a agência da ONU e as ONG	Cooperação vertical
			1. Modelos de Cooperação	Colaboração com os outros setores	Cooperação horizontal
			2. Mecanismos Operacionais	Mecanismo para encaminhar casos às ONG	Partilha de mecanismos

			2. Mecanismos Operacionais	ONG asseguram que itens necessários chegam aos destinatários	Coordenação logística
			1. Modelos de Cooperação	ONG entregam feedback à ONU	Cooperação vertical
			1. Modelos de Cooperação	IOM lidera a equipa de coordenação	Lead agencie
			2. Mecanismos Operacionais	ONG distribuem comida	Coordenação logística
			2. Mecanismos Operacionais	ONG asseguram a melhoria dos abrigos e da localização dos mesmos	Entrega de serviços (construção dos abrigos)
			2. Mecanismos Operacionais	ONG do setor de água, saneamento e higiene envolvidos na provisão de água, através da instalação de fontes	Entrega de serviços (provisão da água)
			2. Mecanismos Operacionais	ONG do setor de água, saneamento e higiene asseguram a qualidade da água, através de um sistema de vigilância	Entrega de serviços (qualidade da água)
2018 Joint Response Plan Rohingya Humanitarian Crisis	2018	JRP	1. Modelos de Cooperação	ISCG lidera os setores	ISCG
			1. Modelos de Cooperação	IOM coordenador e ONG Caritas co-coordenadora	Liderança co-lead
			1. Modelos de Cooperação	ISCG desenvolve planos humanitários em caso de emergência	ISCG
			2. Mecanismos Operacionais	ONG entregam *kits* de emergência	Coordenação logística
			2. Mecanismos Operacionais	Parceria entre os setores de proteção e de água, saneamento e higiene para construção de mecanismo para melhorar a higiene	Missão conjunta (melhorar a higiene)
			2. Mecanismos Operacionais	ONG entregam serviços de proteção	Entrega de serviços (proteger os refugiados)
			2. Mecanismos Operacionais	Os ONG do setor de água, saneamento e higiene aumentam a sua capacidade de realizar furos de água para assegurar o fornecimento de água	Entrega de serviços (água potável)

2019 Joint Response Plan Rohingya Humanitarian Crisis	2019	JRP	3. Desafios e Limitações	Dependência financeira	Necessidade de financiamento (para assegurar a AH)
			2. Mecanismos Operacionais	Roadmap criado em conjunto pela ONU e pelas ONG	Partilha de informação e mecanismo
			1. Modelos de Cooperação	ONG participam na coordenação humanitária principal	Cooperação horizontal
			1. Modelos de Cooperação	Sénior coordenador (da ONU) lidera as ONG	Liderança da ONU
			2. Mecanismos Operacionais	ONG em parcerias para melhorar a capacidade de proteção das crianças	Entrega de serviços (proteger as crianças refugiadas)
			3. Desafios e Limitações	Setor de nutrição melhora a coordenação entre as ONG para eliminar a sobreposição de mandatos	Sobreposição de mandatos
			1. Modelos de Cooperação	Coordenação para melhorar a cooperação horizontal na cadeia de suplementos	Cooperação horizontal
			1. Modelos de Cooperação	Treino inter agência, cujo ONG lideram	Lead agencie
			1. Modelos de Cooperação	ONG Caritas co-coordenador do setor abrigo	Liderança co-lead
			2. Mecanismos Operacionais	ONG do setor proteção melhoram o programa de monitorização e de análise de riscos e ameaças no campo	Entrega de serviços (monitorização dos campos de refugiados)
			2. Mecanismos Operacionais	Coordenação entre setores, de modo a promover alternativas para a distribuição de comida	Missão conjunta (distribuição de comida)
2020 Joint Response Plan Rohingya Humanitarian Crisis	2020	JRP	3. Desafios e Limitações	ONG como espinha dorsal na resposta humanitária	Dependência humanitária
			1. Modelos de Cooperação	ISCG lidera a resposta humanitária nos campos de refugiados	ISCG
			1. Modelos de Cooperação	ONG (SC, Caritas e SCV) nos setores de educação, de abrigo e de água, saneamento e higiene como co-coordenadores dos setores	Liderança co-lead
			1. Modelos de Cooperação	Plataforma de coordenação das ONG	Cooperação horizontal

			1. Modelos de Cooperação	ONG trabalham em pontos em coordenação com a ONU	Cooperação vertical
			2. Mecanismos Operacionais	As ONG parceiras do setor de água, saneamento e higiene melhoram as condições sanitárias	Entrega de serviços (melhorar as condições sanitárias)
			2. Mecanismos Operacionais	ONG dos setores de abrigo e de abrigo e itens não-alimentares desenvolveram *guidelines* para distribuição	Missão conjunta (garantir parâmetros na distribuição)
			2. Mecanismos Operacionais	ONG realizam projetos que envolvam adolescentes refugiados	Entrega de serviços (envolvimento dos refugiados)
			1. Modelos de Cooperação	Colaboração ISCG com as ONG do setor proteção no plano de resposta a ciclones	ISCG
			2. Mecanismos Operacionais	ONG inseridos no *Psychosocial First Aid*	Missão conjunta
			1. Modelos de Cooperação	ONG inseridos no *Psychosocial First Aid* sob a coordenação do setor de saúde	Cooperação vertical
			2. Mecanismos Operacionais	ONG implementam infraestruturas de saúde	Entrega de serviços (serviços de saúde)
			2. Mecanismos Operacionais	ONG asseguram que o acesso às estruturas de saúde seja seguro	Missão conjunta (ONU oferece serviços, ONG garante que tenham acesso)
			2. Mecanismos Operacionais	ONG parceiras do setor abrigo iniciam melhorias de pequena-escala	Entrega de serviços (melhoria dos abrigos)
			2. Mecanismos Operacionais	ONG do setor abrigo distribuem vouchers de comida	Entrega de serviços (distribuição de comida)
2021 Joint Response Plan Rohingya	2021	JRP	1. Modelos de Cooperação	Coordenador sénior (ONU) e ISCG coordenam resposta humanitária	ISCG
			2. Mecanismos Operacionais	ONG de saúde mantêm capacidade de camas	Entrega de serviços (cuidados de saúde)

Humanitarian Crisis			2. Mecanismos Operacionais	ONG entregam vouchers de abrigo e de itens não-alimentares	Coordenação logística
			2. Mecanismos Operacionais	ONG focam-se na provisão de serviços de nutrição	Entrega de serviços (serviços de nutrição)
			1. Modelos de Cooperação	ISCG apoia a estrutura de coordenação humanitária	ISCG
			2. Mecanismos Operacionais	Melhoria das condições sanitárias pelas ONG	Entrega de serviços (melhorar as condições sanitárias)
			1. Modelos de Cooperação	ONG SC co-coordenadora do setor da educação	Liderança co-lead
2022 Joint Response Plan Rohingya Humanitarian Crisis	2022	JRP	2. Mecanismos Operacionais	ONG distribuem vouchers para abrigo e itens não-alimentares	Coordenação logística
			2. Mecanismos Operacionais	ONG providenciam serviços de nutrição essenciais	Entrega de serviços (alimentação e nutrição)
			1. Modelos de Cooperação	Caritas (ONG) co-coordenador do setor abrigo	Liderança co-lead
			1. Modelos de Cooperação	SC (ONG) co-coordenador do setor educação	Liderança co-lead
			1. Modelos de Cooperação	ISCG coordenador da resposta humanitária	ISCG
			2. Mecanismos Operacionais	ONG mantêm stock de emergência no setor de segurança alimentar	Coordenação logística
			1. Modelos de Cooperação	Coordenação intra-setor, de modo a garantir a distribuição dos *kits* de higiene	Cooperação horizontal
2023 Joint Response Plan Rohingya Humanitarian Crisis	2023	JRP	1. Modelos de Cooperação	ISCG coordenador da resposta humanitária	ISCG
			1. Modelos de Cooperação	ONG SC co-coordenadora do setor da educação	Liderança co-lead
			2. Mecanismos Operacionais	ONG mobilizam recursos fora do JPR, mas cumprem os objetivos dos JPR	Financiamento conjunto
			1. Modelos de Cooperação	Coordenação com o setor de água, saneamento e higiene para assegurar estruturas inclusivas	Missão conjunta (inclusão dos refugiados)

			1. Modelos de Cooperação	Setor de emergência e telecomunicações assegura que as ONG funcionam em situações de ciclones	Lead agencie
			1. Modelos de Cooperação	Coordenação com o setor de desenvolvimento para assegurar as atividades viáveis e sustentáveis	Missão conjunta
			2. Mecanismos Operacionais	ONG estabeleceram infraestruturas de nutrição	Entrega de serviços (construção de clínicas)
			1. Modelos de Cooperação	Setor e ONG continuam a apoiar a resposta humanitária conforme as emergências	Cooperação vertical
2024 Joint Response Plan Rohingya Humanitarian Crisis	2024	JRP	1. Modelos de Cooperação	ISCG coordenador da resposta humanitária	ISCG
			1. Modelos de Cooperação	ONG SC co-coordenadora do setor da educação	Liderança co-lead
			2. Mecanismos Operacionais	ONG mobilizam recursos fora do JPR, mas cumprem os objetivos dos JPR	Financiamento conjunto
			1. Modelos de Cooperação	Colaboração entre setores para garantir que as atividades sejam viáveis	Missão conjunta
			2. Mecanismos Operacionais	ONG estabeleceram infraestruturas de nutrição	Entrega de serviços (construção de clínicas)
			1. Modelos de Cooperação	Setor e ONG continuam a apoiar a resposta humanitária conforme as emergências	Cooperação vertical
			2. Mecanismos Operacionais	Colaboração com as ONG do setor proteção para mitigar a violência com base no género	Missão conjunta (mitigação da violência com base no género)
			2. Mecanismos Operacionais	ONU recolhe itens de água, saneamento e higiene e as ONG distribuem	Coordenação logística
2025-26 Joint Response Plan	2025	JRP	1. Modelos de Cooperação	ISCG coordena a resposta humanitária	ISCG
			1. Modelos de Cooperação	ONG SC co-coordenadora do setor da educação	Liderança co-lead
			2. Mecanismos Operacionais	ONG mobilizam recursos fora do JPR, mas cumprem os objetivos dos JPR	Financiamento conjunto

Rohingya Humanitarian Crisis			3. Desafios e Limitações	Financiamento do setor de segurança alimentar dependente das ONG	Dependência humanitária
			2. Mecanismos Operacionais	ONG apoiam as necessidades educativas nos campos de refugiados	Entrega de serviços (garantir a educação das crianças refugiadas)
			2. Mecanismos Operacionais	ONG estabeleceram sistema de saúde coerente	Entrega de serviços (saúde)
			2. Mecanismos Operacionais	Setor e ONG asseguraram a resposta durante emergências	Missão conjunta (assegurar a AH)
			2. Mecanismos Operacionais	ONG estabeleceram infraestruturas de nutrição	Entrega de serviços (resolver a má-nutrição sistemática)
			1. Modelos de Cooperação	Setor de nutrição e as ONG preparam a preparação do apoio em emergências	Cooperação vertical
			2. Mecanismos Operacionais	ONU recolhe itens de higiene e ONG distribuem	Coordenação logística

Apêndice 2 - Tabela de análise do conteúdo documental: OCHA

Documento	Ano	Organismo	Dimensão	Evidência	Interpretação
Global Humanitarian Overview	2018	OCHA	2. Mecanismos Operacionais	As country-based pooled funds fornecem financiamento às agências da ONU e às ONG	Financiamento conjunto
			2. Mecanismos Operacionais	CERF	Financiamento conjunto
Global Humanitarian Overview	2019	OCHA	2. Mecanismos Operacionais	2 milhões de dólares para o CERF	Financiamento conjunto
Global Humanitarian Overview	2020	OCHA	2. Mecanismos Operacionais	O CERF é um programa de vários anos	Financiamento conjunto
Global Humanitarian Overview	2021	OCHA	2. Mecanismos Operacionais	Pooled funds - 11 milhões atribuídos	Financiamento conjunto
Global Humanitarian Overview	2022	OCHA	1. Modelos de Cooperação	O HCT aplica lentes mais vastas para analisar a situação	HCT
			2. Mecanismos Operacionais	22 milhões para as pooled funds e 10 milhões para o CERF	Financiamento conjunto
Global Humanitarian Overview	2023	OCHA	1. Modelos de Cooperação	80% dos atores locais incluídos no HCT	HCT
			2. Mecanismos Operacionais	12 milhões para o CERF	Financiamento conjunto
Global Humanitarian Overview	2025	OCHA	1. Modelos de Cooperação	Aumento da participação das ONG no HCT	HCT

Apêndice 3 - Tabela de análise do conteúdo documental: UNHCR

Documento	Ano	Organismo	Dimensão	Evidência	Interpretação
Annual Results Report | Bangladesh	2022	UNHCR	1. Modelos de Cooperação	Parceria com 27 ONG (nacionais e internacionais) para entregar serviços	Liderança da ONU
			3. Desafios e Limitações	Não há *framework* legal para os refugiados	Burocracia institucional
Annual Results Report | Bangladesh	2023	UNHCR	1. Modelos de Cooperação	Parceria com 23 ONG	Liderança da ONU
			3. Desafios e Limitações	Não há um *framework* legal para os pedidos de asilo dos refugiados	Burocracia institucional
			2. Mecanismos Operacionais	Parceria com a UNICEF para implementar o programa da proteção das crianças	Missão conjunta (proteger as crianças)
			2. Mecanismos Operacionais	UNHCR e ONG asseguram acesso às oportunidades de educação	Missão conjunta (garantir acesso à educação)
Annual Results Report | Bangladesh	2024	UNHCR	3. Desafios e Limitações	Existe uma imitação legal para proteger os Rohingyas	Burocracia institucional
			3. Desafios e Limitações	Condições de segurança impõem limitações na atuação da ONU e das ONG	Burocracia institucional
			1. Modelos de Cooperação	Parceria com 17 ONG	Liderança da ONU
			3. Desafios e Limitações	Rohingyas não reconhecidos como refugiados afetam a atuação humanitária	Burocracia institucional
Global Report	2018	UNHCR	3. Desafios e Limitações	Acesso humanitário limitado	Burocracia institucional
			2. Mecanismos Operacionais	Trabalho com as ONG para asseguram a assistência e a segurança dos refugiados	Missão conjunta (garantir segurança dos refugiados)
			1. Modelos de Cooperação	Tendas distribuídas por UNHCR através do cluster de abrigo	Cluster approach
Global Report	2019	UNHCR	1. Modelos de Cooperação	Respostas de proteção e assistência a casas vulneráveis entre a UNHCR e as ONG	Cooperação vertical

Global Report	2021	UNHCR	1. Modelos de Cooperação	Através do sistema de clusters a UNHCR chegou a pessoas deslocadas internamente vulneráveis	Cluster approach
Global Report	2022	UNHCR	1. Modelos de Cooperação	UNHCR e as ONG apoiam atividades que contribuem para a coesão social	Missão conjunta (garantir a coesão social)
Global Report	2023	UNHCR	1. Modelos de Cooperação	Co-liderança do UNHCR e IOM no JRP	Co-liderança
UNHCR-WFP Joint Assessment Mission Report Cox's Bazar	2021	UNHCR	1. Modelos de Cooperação	ISCG coordenador de toda resposta humanitária no Cox's Bazar	ISCG
			1. Modelos de Cooperação	Colaboração UNICEF, WFP e UNHCR	Cooperação horizontal

Apêndice 4 - Tabela de análise do conteúdo documental: ISCG

Documento	Ano	Organismo	Dimensão	Evidência	Interpretação
Situation Report: Rohingya Refugee Crisis | Novembro	2017	ISCG	1. Modelos de Cooperação	ONG SC com a liderança partilhada no setor da educação	Liderança co-lead
			3. Desafios e Limitações	Falta de coordenador do setor no campo	Falha na coordenação
Situation Report: Rohingya Refugee Crisis | Outubro	2017	ISCG	1. Modelos de Cooperação	ONG SC com a liderança partilhada no setor da educação	Liderança co-lead
			2. Mecanismos Operacionais	Com uma ONG testam uma aplicação de feedback	Missão conjunta (melhorar qualidade de vida dos refugiados)
Situation Report: Rohingya Refugee Crisis | Dezembro	2017	ISCG	1. Modelos de Cooperação	ISCG coordena o plano de resposta do JRP	ISCG
Situation Report: Rohingya Refugee Crisis | Janeiro	2018	ISCG	1. Modelos de Cooperação	ONG SC com a liderança partilhada no setor da educação	Liderança co-lead
			2. Mecanismos Operacionais	Distribuição de comida pela WFP e seis ONG	Missão conjunta
Situation Report: Rohingya Refugee Crisis | Fevereiro	2018	ISCG	1. Modelos de Cooperação	ONG SC com a liderança partilhada no setor da educação	Liderança co-lead
			3. Desafios e Limitações	Demora na aprovação nos projetos das ONG no setor de abrigo	Burocracia institucional
Situation Report: Rohingya Refugee Crisis | Março	2018	ISCG	1. Modelos de Cooperação	ONG SC com a liderança partilhada no setor da educação	Liderança co-lead
			3. Desafios e Limitações	Demora na aprovação nos projetos e financiamento das ONG no setor de abrigo	Burocracia institucional
	2018	ISCG	3. Desafios e Limitações	Licenças DF7 atrasadas para as ONG	Burocracia institucional

Situation Report: Rohingya Refugee Crisis | Abril			3. Desafios e Limitações	Demora na aprovação dos projetos, financiamento e materiais das ONG no setor de abrigo	Burocracia institucional
			3. Desafios e Limitações	Licenças DF7 não claras para as ONG	Burocracia institucional
Situation Report: Rohingya Refugee Crisis | Maio	2018	ISCG	3. Desafios e Limitações	Licenças DF7 atrasadas para as ONG	Burocracia institucional
			3. Desafios e Limitações	Demora na aprovação nos projetos e financiamento das ONG no setor de abrigo	Burocracia institucional
Situation Report: Rohingya Refugee Crisis | Junho	2018	ISCG	3. Desafios e Limitações	Demora na aprovação nos projetos e financiamento das ONG no setor de abrigo	Burocracia institucional
			2. Mecanismos Operacionais	Uso da *network* do campo pelas ONG	Partilha de informação/serviços
Situation Report: Rohingya Refugee Crisis | Julho	2018	ISCG	3. Desafios e Limitações	Demora na aprovação nos projetos e financiamento das ONG no setor de abrigo	Burocracia institucional
Situation Report: Rohingya Refugee Crisis | Agosto	2018	ISCG	3. Desafios e Limitações	Demora na aprovação nos projetos das ONG no setor de abrigo	Burocracia institucional
			2. Mecanismos Operacionais	Acesso permitido às ONG à rede da rádio da ONU	Partilha de informação/serviços
Situation Report: Rohingya Refugee Crisis | Setembro	2018	ISCG	3. Desafios e Limitações	Demora na aprovação nos projetos e financiamento das ONG no setor de abrigo	Burocracia institucional
			2. Mecanismos Operacionais	Acesso permitido às ONG à rede da rádio da ONU	Partilha de informação/serviços
Situation Report: Rohingya Refugee Crisis | Outubro	2018	ISCG	3. Desafios e Limitações	Demora na aprovação nos projetos e financiamento das ONG no setor de abrigo	Burocracia institucional
			3. Desafios e Limitações	ONG sem acesso à *network* da rádio da ONU	Falha na coordenação

Situation Report: Rohingya Refugee Crisis | Novembro	2018	ISCG	3. Desafios e Limitações	Demora na aprovação dos projetos, financiamento e materiais das ONG no setor de abrigo	Burocracia institucional
			2. Mecanismos Operacionais	Grupo de 3 agências da ONU e de 5 ONG revêm projetos do setor de água, saneamento e higiene	Missão conjunta (perceber quais os projetos a aplicar)
			3. Desafios e Limitações	ONG sem acesso à *network* da rádio da ONU	Falha na coordenação
Situation Report: Rohingya Refugee Crisis | Dezembro	2018	ISCG	3. Desafios e Limitações	Demora na aprovação nos projetos das ONG no setor de abrigo	Burocracia institucional
			1. Modelos de Cooperação	Comitê de 2 agências da ONU e 5 ONG aprovam projetos do setor de água, saneamento e higiene	Cooperação vertical
			3. Desafios e Limitações	ONG sem acesso às frequências do rádio da ONU	Falha de coordenação
Situation Report: Rohingya Refugee Crisis | Janeiro	2019	ISCG	3. Desafios e Limitações	Construções de abrigos limitados pela falta de vistos das ONG	Burocracia institucional
			3. Desafios e Limitações	Equipamentos dos ONG não são aprovados	Burocracia institucional
			3. Desafios e Limitações	ONG continuam sem acesso à rádio ONU	Falha na coordenação
Situation Report: Rohingya Refugee Crisis | Março	2019	ISCG	3. Desafios e Limitações	Duplicação dos serviços de saúde	Sobreposição de mandatos
			2. Mecanismos Operacionais	ONG fornecem um sistema de iluminação aos refugiados	Entrega de serviços (sistema de iluminação)
			3. Desafios e Limitações	Demora na aprovação dos projetos, financiamento e materiais das ONG no setor de abrigo	Burocracia institucional
	2019	ISCG	3. Desafios e Limitações	Duplicação dos serviços de saúde	Sobreposição de mandatos

Situation Report: Rohingya Refugee Crisis | Abril			3. Desafios e Limitações	Demora na aprovação dos projetos, financiamento e materiais das ONG no setor de abrigo	Burocracia institucional
			3. Desafios e Limitações	ONG sem acesso ao VHF e sem meios de coordenação com as agências da ONU	Falha de coordenação
Situation Report: Rohingya Refugee Crisis | Maio	2019	ISCG	3. Desafios e Limitações	Demora na aprovação dos projetos, financiamento e materiais das ONG no setor de abrigo	Burocracia institucional
			3. Desafios e Limitações	ONG sem acesso ao VHF e sem meios de coordenação com as agências da ONU	Falha de coordenação
Situation Report: Rohingya Refugee Crisis | Junho	2019	ISCG	2. Mecanismos Operacionais	ONG do setor da violência com base no género distribuem *kits*	Entrega de serviços (*kits*)
			3. Desafios e Limitações	ONG sem acesso ao VHF e sem meios de coordenação com as agências da ONU	Falha de coordenação
Situation Report: Rohingya Refugee Crisis | Agosto	2019	ISCG	2. Mecanismos Operacionais	ONG do setor de proteção conduzem atividades de proteção	Coordenação logística
Situation Report: Rohingya Refugee Crisis | Setembro	2019	ISCG	2. Mecanismos Operacionais	ONG do setor de proteção conduzem atividades de proteção	Coordenação logística
			3. Desafios e Limitações	Demora nos visa das ONG do setor da nutrição	Burocracia institucional
			2. Mecanismos Operacionais	Partilha de containers térmicos às ONG	Partilha de informação/serviços
Situation Report: Rohingya Refugee Crisis | Outubro	2019	ISCG	2. Mecanismos Operacionais	ONG do setor de proteção conduzem as atividades	Coordenação logística
			2. Mecanismos Operacionais	ONG do setor da proteção das crianças aumentaram os mecanismos de proteção	Coordenação logística

Situation Report: Rohingya Refugee Crisis | Novembro	2019	ISCG	2. Mecanismos Operacionais	ONG do setor de proteção conduzem atividades de proteção	Coordenação logística
			3. Desafios e Limitações	O acesso limitado aos serviços comerciais condiciona a atividade humanitária	Burocracia institucional
Situation Report: Rohingya Refugee Crisis |Dezembro	2019	ISCG	2. Mecanismos Operacionais	ONG do setor de proteção das crianças aumentaram os mecanismos de prevenção	Entrega de serviços
			3. Desafios e Limitações	Diminuição do acesso à internet móvel afeta a coordenação humanitária	Falhas de coordenação
			3. Desafios e Limitações	Aumento das medidas de segurança diminui o acesso e ação humanitária	Burocracia institucional
			3. Desafios e Limitações	O acesso limitado aos serviços comerciais condiciona atividade humanitária	Burocracia institucional
Situation Report: Rohingya Refugee Crisis | Janeiro	2020	ISCG	3. Desafios e Limitações	Acesso limitado à *network* móvel dificulta coordenação	Falha de coordenação
			2. Mecanismos Operacionais	As ONG do subsetor da proteção das crianças geriram os casos das crianças	Entrega de serviços
			3. Desafios e Limitações	Acesso limitado à *network* móvel dificulta a ação das ONG	Falha de coordenação
Situation Report: Rohingya Refugee Crisis | Fevereiro	2020	ISCG	3. Desafios e Limitações	Acesso limitado à *network* móvel dificulta a coordenação humanitária	Falha de coordenação
			2. Mecanismos Operacionais	As ONG do subsetor da proteção das crianças geriram os casos das crianças	Entrega de serviços
			2. Mecanismos Operacionais	ONG do subsetor da proteção das crianças aumentaram os esforços para aumentar a coesão entre a comunidade humanitária e os Rohingya	Entrega de serviços (proteção das crianças)

Situation Report: Rohingya Refugee Crisis | Março	2020	ISCG	2. Mecanismos Operacionais	ONG do setor da proteção construem escolas	Entrega de serviços (entrega de escolas)
			3. Desafios e Limitações	Acesso limitado à internet dificulta o atendimento remoto de saúde	Falhas de coordenação
Situation Report: Rohingya Refugee Crisis | Abril	2020	ISCG	2. Mecanismos Operacionais	Instalação de lavatórios nos campos e abrigos pelo setor de água, saneamento e higiene e ONG	Missão conjunta (melhorar condições sanitárias)
Situation Report: Rohingya Refugee Crisis | Maio	2020	ISCG	2. Mecanismos Operacionais	As ONG do subsetor da proteção das crianças apoiam as crianças	Entrega de serviços (proteger as crianças)
			2. Mecanismos Operacionais	ONG distribuem *kits* higiénicos	Coordenação logística
Situation Report: Rohingya Refugee Crisis | Junho	2020	ISCG	2. Mecanismos Operacionais	ONG fornecem abrigos de emergência	Entrega de serviços (entrega de abrigos)
			2. Mecanismos Operacionais	As ONG do subsector da proteção das crianças gerem os casos das crianças	Entrega de serviços (proteção das crianças)
			2. Mecanismos Operacionais	ONG distribuem *kits* higiénicos	Coordenação logística
Situation Report: Rohingya Refugee Crisis | Agosto	2020	ISCG	2. Mecanismos Operacionais	ONG fornecem assistência alimentícia	Coordenação logística
			2. Mecanismos Operacionais	ONG fornecem abrigos de emergência	Entrega de serviços (entrega de abrigos)
			3. Desafios e Limitações	A distribuição de *kits* de abrigo e de itens não-alimentares necessitam de aprovação das autoridades locais	Burocracia institucional
Situation Report: Rohingya Refugee Crisis | Setembro	2020	ISCG	2. Mecanismos Operacionais	ONG fornecem assistência alimentícia	Coordenação logística
			2. Mecanismos Operacionais	ONG fornecem abrigos de emergência	Entrega de serviços (entrega de abrigos)

			3. Desafios e Limitações	A distribuição de *kits* de abrigo e de itens não-alimentares necessitam de aprovação das autoridades locais	Burocracia institucional
			3. Desafios e Limitações	Inconsistência na administração dos campos impacta a ação humanitária	Burocracia institucional
Situation Report: Rohingya Refugee Crisis | Outubro	2020	ISCG	2. Mecanismos Operacionais	ONG construem instalações sanitárias e de lavatórios	Entrega de serviços (melhoria das condições sanitárias)
			2. Mecanismos Operacionais	ONG distribuem *kits* de higiene	Coordenação logística
			2. Mecanismos Operacionais	ONG construem abrigos de emergência	Entrega de serviços (entrega de abrigos)
			3. Desafios e Limitações	Administração inconsistente impacta a ação humanitária	Burocracia institucional
Situation Report: Rohingya Refugee Crisis | Novembro	2020	ISCG	2. Mecanismos Operacionais	ONG construíram instalações sanitárias e de lavatórios	Entrega de serviços (melhoria das condições sanitárias)
			2. Mecanismos Operacionais	ONG distribuem *kits* de higiene	Coordenação logística
			2. Mecanismos Operacionais	ONG construem abrigos de emergência	Entrega de serviços (entrega de abrigos)
			3. Desafios e Limitações	Administração inconsistente impacta a ação humanitária	Burocracia institucional
Situation Report: Rohingya Refugee Crisis | Dezembro	2020	ISCG	2. Mecanismos Operacionais	ONG construíram instalações sanitárias e de lavatórios	Entrega de serviços (melhoria das condições sanitárias)
			2. Mecanismos Operacionais	ONG distribuem *kits* de higiene	Coordenação logística

			2. Mecanismos Operacionais	ONG construem abrigos de emergência	Entrega de serviços (entrega de abrigos)
			2. Mecanismos Operacionais	ONG do subsector da proteção das crianças gerem os casos das crianças	Entrega de serviços
Situation Report: Rohingya Refugee Crisis | Janeiro	2021	ISCG	2. Mecanismos Operacionais	ONG construíram instalações sanitárias e de lavatórios	Entrega de serviços (melhoria das condições sanitárias)
			2. Mecanismos Operacionais	ONG distribuem *kits* de higiene	Coordenação logística
			2. Mecanismos Operacionais	ONG construem abrigos de emergência	Entrega de serviços (entrega de abrigos)
Situation Report: Rohingya Refugee Crisis | Fevereiro	2021	ISCG	2. Mecanismos Operacionais	ONG construíram instalações sanitárias e de lavatórios	Entrega de serviços (melhoria das condições sanitárias)
			2. Mecanismos Operacionais	ONG construem abrigos de emergência	Entrega de serviços (entrega de abrigos)
			2. Mecanismos Operacionais	ONG construíram instalações sanitárias e de lavatórios	Entrega de serviços (melhoria das condições sanitárias)
Situation Report: Rohingya Refugee Crisis | Março	2021	ISCG	2. Mecanismos Operacionais	ONG construem abrigos de emergência	Entrega de serviços (melhoria das condições sanitárias)
			2. Mecanismos Operacionais	ONG do setor de coordenação local envolvidos em coordenação multi-setor para realocar refugiados	Missão conjunta (realocação dos refugiados)
			3. Desafios e Limitações	Falta de coordenação entre as ONG no Bhasan Char	Falha de coordenação

			2. Mecanismos Operacionais	Distribuição de *kits* de dignidade pelas ONG	Coordenação logística
JRP Implementation Update | Junho - Julho	2021	ISCG	3. Desafios e Limitações	Falta de vistos das ONG	Burocracia institucional
JRP Implementation Update | Agosto - Setembro	2021	ISCG	3. Desafios e Limitações	Demora na aprovação dos projetos pelo governo do Bangladesh	Burocracia institucional
			3. Desafios e Limitações	Rede limitada impede o trabalho remoto do setor nos campos	Falha de coordenação
			3. Desafios e Limitações	Falta de vistos das ONG	Burocracia institucional
JRP Implementation Update | Outubro - Dezembro	2022	ISCG	2. Mecanismos Operacionais	ONG construem abrigos	Entrega de serviços (entrega de abrigos)
			3. Desafios e Limitações	A comunidade humanitária enfrenta desafios burocráticos	Burocracia institucional
2023 Year-End Report on the Joint Response Plan Rohingya Humanitarian Crisis	2023	ISCG	1. Modelos de Cooperação	Liderança do setor da educação: UNICEF e SC	Liderança co-lead
			2. Mecanismos Operacionais	Serviços do setor das telecomunicações utilizados pelas ONG	Partilha de informação/instrumentos
			2. Mecanismos Operacionais	Coordenação entre o setor da saúde e ONG externas (MSF, IFRC e AFAD)	Missão conjunta (melhorar serviços oferecidos de saúde)
			2. Mecanismos Operacionais	ONG (MSF) fornece serviços para emergências	Entrega de serviços (entrega de serviços de urgência)
			2. Mecanismos Operacionais	Atividades complementares no setor da proteção da criança pelas ONG (caritas, educo e world vision)	Coordenação logística

2024 Year-End Report on the Joint Response Plan Rohingya Humanitarian Crisis	2024	ISCG	2. Mecanismos Operacionais	Coordenação entre o setor da saúde e ONG externas (MSF, IFRC e AFAD) para garantir acesso aos serviços de saúde	Entrega de serviços (entrega de serviços de saúde)

Apêndice 5 - Tabela de análise do conteúdo documental: Clusters

Documento	Ano	Organismo	Dimensão	Evidência	Interpretação
Health Sector Strategic Plan 2023-2024	2023	OMS	1. Modelos de Cooperação	Organização Mundial da Saúde como lead agencie	Liderança da ONU
			2. Mecanismos Operacionais	ONG entregam artigos em caso de necessidade	Coordenação logística
Education Sector Strategy (2022-2024)	2022	UNICEF	1. Modelos de Cooperação	ONG como parceiros implementadores principais dos projetos	Cooperação horizontal
Nutrition Sector Multi Year Strategy	2023	WFP	2. Mecanismos Operacionais	ONG como coordenadores dos projetos	Entrega de serviços
Monitoring Report	2017		1. Modelos de Cooperação	Presença de 79 ONG	Liderança da ONU
			3. Desafios e Limitações	Impedimentos burocráticos na aprovação das operações das ONG	Burocracia institucional
			3. Desafios e Limitações	No setor da saúde, as ONG não têm conhecimento de que atividades realizar	Falha na coordenação
			3. Desafios e Limitações	Coordenação inconsistente nos vários setores	Falha na coordenação